

RELATÓRIO DE  
**GESTÃO**

2 0 1 8

**JMU**

JUSTIÇA MILITAR DA  
UNIÃO

RELATÓRIO DE  
**GESTÃO**

**2 0 1 8**



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ADCT</b>	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias	<b>EC</b>	Emenda Constitucional
<b>ASCOM</b>	Assessoria de Comunicação	<b>ENTIC</b>	Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>ASLIC</b>	Assessoria de Licitações e Contratos	<b>e-Proc/JMU</b>	Processo Judicial por meio eletrônico da Justiça Militar da União
<b>ASPAR</b>	Assessoria de Assuntos Parlamentares	<b>GEAFIN</b>	Sistema de Gestão Administrativa e Financeira
<b>BF</b>	Balanco Financeiro	<b>Igov</b>	Índice de Governança
<b>BO</b>	Balanco Orçamentário	<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
<b>BP</b>	Balanco Patrimonial	<b>JMU</b>	Justiça Militar da União
<b>BSC</b>	Balanced Scorecard	<b>LAI</b>	Lei de Acesso à Informação
<b>CAAIAC</b>	Comitê de Análise e Avaliação das Informações de Custos	<b>LIBRAS</b>	Língua Brasileira de Sinais
<b>CETEFE</b>	Centro de Treinamento de Educação Física Especial	<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>CJM</b>	Circunscrição Judiciária Militar	<b>LOJM</b>	Lei de Organização da Justiça Militar da União
<b>CN</b>	Congresso Nacional	<b>MPOG</b>	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
<b>CNGTIC</b>	Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	<b>NBCT SP</b>	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
<b>CNJ</b>	Conselho Nacional de Justiça	<b>PAA</b>	Plano Anual de Auditoria
<b>COAUD</b>	Coordenadoria de Auditoria	<b>PALP</b>	Plano de Auditoria de Longo Prazo
<b>CF</b>	Constituição Federal	<b>PDTIC</b>	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>COPAP</b>	Comissão Permanente de Avaliação Patrimonial	<b>PEC</b>	Proposta de Emenda à Constituição
<b>CPM</b>	Código Penal Militar	<b>PE-JMU</b>	Planejamento Estratégico da Justiça Militar da União
<b>DCONJMU</b>	Demonstrações Contábeis Consolidadas da Justiça Militar da União	<b>PETIC</b>	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>DEC</b>	Departamento de Engenharia do Exército	<b>PLS</b>	Plano de Logística Sustentável
<b>DFC</b>	Demonstração dos Fluxos de Caixa	<b>PPEP</b>	Portfólio de Projetos Estratégicos Priorizados
<b>DISAU</b>	Diretoria de Saúde	<b>PROGVALOR</b>	Programa de Valorização da 1ª Instância
<b>DIDOC</b>	Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento	<b>RBM</b>	Relatório de Bens Móveis
<b>DIPES</b>	Diretoria de Pessoal	<b>SEAUD</b>	Seção de Auditoria
<b>DIRAD</b>	Diretoria de Administração	<b>SEI</b>	Sistema Eletrônico de Informações
<b>DIREG</b>	Diretor-Geral	<b>SEJUD</b>	Secretaria Judiciária
<b>DORFI</b>	Diretoria de Orçamento e Finanças	<b>SEPLA</b>	Secretaria de Planejamento
<b>DFC</b>	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	<b>SERH</b>	Sistema de Recursos Humanos
<b>DVP</b>	Demonstração das Variações Patrimoniais	<b>SERPRO</b>	Serviço Federal de Processamento de Dados
<b>EaD</b>	Ensino a Distância	<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>SICDE</b>	Seção de Informações de Custos e Despesas
<b>SIPOC</b>	Sistema de Planejamento, Orçamento e Controle
<b>SPU</b>	Secretaria do Patrimônio da União
<b>SRH</b>	Sistema de Recursos Humanos
<b>STM</b>	Superior Tribunal Militar
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TI</b>	Tecnologia da Informação
<b>TIC</b>	Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>TRF-4</b>	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
<b>UG</b>	Unidade Gestora
<b>UNB</b>	Universidade de Brasília

 **SUMÁRIO**

<b>Mensagem do Presidente do STM</b> .....	<b>6</b>	<b>Gestão Orçamentária e Financeira</b> .....	<b>68</b>
<b>Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo</b> .....	<b>10</b>	Principais Entraves para o Alcance dos Objetivos Estratégicos .....	74
A Justiça Militar da União .....	10	Próximos Desafios e Perspectivas Futuras .....	75
Declaração do Diretor Geral, Eder Soares .....	11	<b>Controles Internos e Gestão de Riscos</b> .....	<b>77</b>
Estrutura Organizacional .....	15	<b>Demonstrações Contábeis</b> .....	<b>79</b>
Sistema de Governança .....	16	Declaração da Contadora, Érica Albuquerque .....	79
Ambiente Externo .....	18	<b>Outras Informações Relevantes</b> .....	<b>106</b>
Modelo de Negócio .....	19	<b>Anexos e Apêndices</b> .....	<b>110</b>
<b>Planejamento Estratégico</b> .....	<b>21</b>		
<b>Resultados da Gestão</b> .....	<b>24</b>		
Gestão Estratégica .....	24		
Área Finalística .....	27		
Área de Apoio .....	32		
Objetivos Estratégicos e Resultados .....	33		
Principais Canais de Comunicação com a Sociedade .....	34		
Gestão da Tecnologia da Informação .....	39		
Gestão Patrimonial e Infraestrutura .....	46		
Gestão de Licitações e Contratos .....	49		
Gestão da Informação, da Documentação e do Conhecimento .....	51		
Sustentabilidade Ambiental .....	53		
Gestão de Pessoas .....	56		
Promoção da Saúde .....	63		
Declaração do Diretor de Orçamento e Finanças, Afonso Ivan Machado .....	66		





## MENSAGEM DO MINISTRO-PRESIDENTE, JOSÉ COELHO FERREIRA



“Nosso objetivo maior foi, e continua sendo, o de modernização, transformação da gestão!”

**A**o iniciar esta mensagem de abertura do Relatório de Gestão 2018, reporto-me ao meu discurso de posse na Presidência desta Egrégia Corte, no qual tracei as linhas mestras gerais que guiarão esta gestão 2017-2019.

Nele citei, como metas: implantar durante o nosso mandato o processo judicial por meio eletrônico na Justiça Militar da União; promover a modernização de sistemas e métodos da gestão em estreita cooperação com as demais instituições dos Poderes da República, buscar a aprovação de matérias do interesse da Justiça Militar da União, como a PEC que trata da imprescindível inclusão de um representante da Justiça Militar da União no Conselho Nacional de Justiça, o Projeto de Lei que dispõe sobre a modificação da Lei que trata da Organização da Justiça Militar da União e o Projeto de Lei relativo à criação de cargos e funções na Justiça Militar da União, para que possamos continuar atuando com eficiência e celeridade, e ainda a ampliação da competência da Justiça Militar da União, matéria no momento em análise no Conselho Nacional de Justiça. Elenquei nessas metas a priorização e valorização da primeira instância de nosso ramo de Justiça; a absolutamente essencial valorização dos servidores efetivos da JMU, prestigiando suas carreiras, com capacitação e ocupação, dentro das regras legais, dos cargos e funções que aspiram naturalmente na estrutura da Justiça Militar da União; a priorização da transparência na gestão e no

emprego judicioso dos recursos públicos; e a preservação e facilitação do acesso público a nossa riquíssima memória arquivística.

Nosso objetivo maior foi, e continua sendo, o de modernização, **TRANSFORMAÇÃO DA GESTÃO!** Muito foi realizado, já em 2017, no primeiro ano desta administração, e 2018 foi a continuidade desse verdadeiro grande programa modernizador, com expressivos resultados alcançados.

Destarte, esta gestão focou em ações que ampliaram nossa interação e cooperação mútua com os órgãos dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo; e em iniciativas, projetos e programas para a priorização e valorização da primeira instância; de valorização dos servidores e suas carreiras; de ampliação da transparência; de modernização tecnológica, na qual a implantação do sistema judicial por meio eletrônico, por intermédio do sistema e-Proc/JMU, é um ícone; de implantação de processos e rotinas de trabalho mais racionais e otimizados, por meio da Gestão de Processos; de preservação da memória histórica da JMU e mesmo do País; de maior eficiência da gestão administrativa, com a racionalização do emprego de recursos; e de implantação da Gestão de Riscos. Todas estas iniciativas estratégicas estão entre as realizações empreendidas neste ano que se finda.

Para não me estender muito além do necessário, enfocarei, nesta mensagem inaugural, nos resultados daquelas iniciativas e projetos

estratégicos de nossa Justiça Militar da União (JMU) mais relevantes. Ao longo do Relatório estes e outros projetos e seus resultados são melhor detalhados. Portanto, dentre os resultados alcançados, reporto-me a mencionar os tópicos, a saber:

**N**o campo das relações institucionais: Na atuação com os demais órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, dentre outras conquistas, neste ano de 2018, posso mencionar uma de grande alcance, para a Justiça Militar da União (JMU), que é a modernização da Lei de Organização da Justiça Militar da União (LOJM), sancionada pelo Presidente da República, por meio da Lei nº 13.774, de 19 de dezembro de 2018. Esta foi, sem dúvidas, a maior transformação modernizadora estrutural pelo qual passou a organização da JMU, em especial a sua 1ª instância.

Nossa participação, informando e esclarecendo, foi fundamental para agilizar a tramitação do projeto de lei, junto aos deputados e senadores, foi fundamental. Em especial, cito a intensa participação de nossa Assessoria de Assuntos Parlamentares (ASPAR), no Congresso Nacional, fruto de reformulação estrutural implementada na sua estratégia e na forma de atuação por esta gestão 2017-2019 do STM.

**N**o âmbito da valorização da 1ª instância: Foi desenvolvido, com as auditorias da 1ª Instância da Justiça Militar da União, o Programa de Valorização dos Servidores,



## MENSAGEM DO MINISTRO-PRESIDENTE, JOSÉ COELHO FERREIRA

envolvendo atividades, com oficinas de capacitações, com foco no trabalho em equipe, em temas relacionados ao sistema e-Proc/JMU e atividades de apoio e assessoramento à área fim; oficina de aprendizagem e discussão sobre os diferentes perfis comportamentais dos membros de cada equipe, por meio da metodologia DISC; reuniões baseadas na metodologia do “World Café” com foco na promoção de melhorias no clima organizacional; bem como discussões sobre políticas integradas da área de saúde. Segundo depoimentos dos magistrados e servidores, esse programa inédito facilitou a troca de informações, a interação e possibilitou melhor compreensão dos problemas enfrentados na 1ª instância, propiciando a adoção imediata e em curto prazo de soluções que permitam a celeridade e eficácia da prestação jurisdicional e a melhoria do clima organizacional. Aproximadamente 220 pessoas participaram das oficinas do programa.

**O** **Processo judicial por meio eletrônico, e-Proc/JMU:**  
Em junho de 2018, concluímos a implantação, em todo o Brasil, em um tempo recorde, do sistema de processo judicial por meio eletrônico. Uma grande vitória, uma vez que optamos pelo sistema e-Proc, oriundo do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em uma parceria que permitiu a cessão gratuita do sistema para a JMU. O sistema digital e-Proc recebeu, por equipe da própria JMU, as

necessárias customizações e parametrizações para adaptá-lo à realidade do rito processual penal militar, passando a se chamar, na Justiça Militar da União, de e-Proc/JMU. O sistema está totalmente operacional e é, hoje, a única forma pela qual são confeccionados e tramitados os feitos judiciais penais militares neste ramo especializado de Justiça.

Como já mencionado, o e-Proc/JMU é um ícone significativo da mudança de paradigmas pelo qual passa a nossa Justiça Militar da União. Este sistema tem se mostrado como o sistema de processo judicial por meio eletrônico mais estável, amigável, eficiente, eficaz e confiável do Judiciário Brasileiro. O único que integralmente opera e com efetivo sucesso no âmbito da Justiça Penal.

Além disso, nesses tempos em que nos preocupamos com o ecossistema, no âmbito da sustentabilidade socioambiental e na necessária economia de recursos, nosso ramo especializado de Justiça, com o e-Proc/JMU, está racionalizando, reduzindo extraordinariamente gastos com papel e outros insumos que eram inerentes aos antigos processos físicos, bem como com a contratação de serviços, como, por exemplo, é o caso do dispendioso e inseguro transporte de volumes de processos entre as Auditorias espalhadas por todo o País, de Manaus ao Rio de Janeiro, de Fortaleza à Bagé, e entre estas e o STM, em Brasília.

### **A** **Arquivos históricos e outras iniciativas afins:**

A memória contida em nossos processos históricos recebeu, também, prioridade nesta gestão. Em seus 210 anos de existência, completados neste ano de 2018, a Justiça Militar da União esteve presente em praticamente quase todos os episódios de nossa história, em especial nos momentos de crises políticas e militares, insurgências e guerras, desde o Império até os dias atuais.

A preservação de nossa riquíssima memória, aliás, uma memória única, extremamente valiosa da história do Brasil, contou com um esforço significativo de restauração, digitalização e indexação desses processos.

Sobre este projeto, é importante relevar o trabalho de pessoas com deficiência, por intermédio da Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE) - um marco em termos de responsabilidade social de nossa JMU. Essa parceria possibilitou a digitalização, em 2018, de 48.689 processos históricos, com um total de 6.294.393 imagens digitalizadas.

Outros projetos visando facilitar o acesso a nosso acervo foram concluídos, sendo disponibilizada, em 2018, a plataforma digital Arquimedes, acrônimo para “Arquivo, Memória e Descrição Documental”, pela qual estamos fomentando ainda mais a chamada “transparência ativa”. A plataforma digital Arquimedes é um instrumento

em evolução, e dia a dia deverá ser enriquecida com novos documentos e imagens, até finalmente conter todos os documentos judiciais arquivados disponibilizados, por meio desta facilidade tecnológica, para historiadores, pesquisadores, estudantes e cidadãos em geral. Por oportuno, vale mencionar, que, com a intenção de promover a cidadania, facilitar a acessibilidade das pessoas com deficiência e zelar para que todos os brasileiros, sem distinção, tenham acesso aos processos julgados, notícias, dados de transparência e demais textos produzidos, no âmbito desta instituição, implantamos em nosso portal da internet a ferramenta Rybená, que permite aos surdos e mudos acessarem seus conteúdos. A ferramenta está plenamente operacional. Cito, ainda, os investimentos em facilidades de acesso pelas pessoas com deficiência às instalações prediais.

### **N** **a economia de recursos:**

No plano geral do emprego dos recursos orçamentários, dinheiro do povo brasileiro colocado à disposição da JMU para sustentar sua missão institucional, foi implementada uma política de racionalidade e razoabilidade nos gastos, com resultados significativos.

Vale mencionar, *exempli gratia*, o caso das diárias e passagens aéreas, área em que foi implantada uma austera política de racionalização de gastos, adequada à legislação vigente e às novas normas internas então estabelecidas, com critérios mais



## MENSAGEM DO MINISTRO-PRESIDENTE, JOSÉ COELHO FERREIRA

objetivos, inexoráveis e transparentes, observada a necessidade do serviço como fundamento orientador. Dentre outras medidas concernentes, adotaram-se restrições à realização de cursos no exterior ou em cidades fora das sedes do Tribunal e das Auditorias, priorizados aqueles similares existentes nas respectivas cidades sede. Além disso, os convites para magistrados e servidores atuarem como palestrantes, em cidades que não as de suas respectivas sedes passaram a ser custeados pelas instituições autoras dos convites, e a redução da participação em conclaves em outras cidades passaram a atender critérios mais racionais.

Como resultado, no exercício de 2017, a JMU executou com diárias R\$ 2.249.500,10, enquanto em 2018 foi realizada despesa de R\$ 1.694.300,22, ou seja, uma economia de mais de 0,5 milhão, ou seja, quase 25%. Quanto às passagens aéreas, em 2017, foram gastos R\$ 778.004,33. Em 2018, a despesa foi de R\$ 633.760,00; uma redução de aproximadamente 19%. Se levarmos em conta o considerável aumento no preço das passagens aéreas ocorrido, essa economia para os cofres da União foi ainda bem mais significativa.

Como parte também desta política global de racionalização do emprego dos recursos, em 2018, houve, entre outros resultados, redução de aproximadamente 7% do gasto com papel, diminuição de 39% no consumo de água envasada, economia de cerca de 6% com energia

elétrica e 20% com combustível. Como resultado da implementação de ações do Plano de Obras, que sistematizou a execução planejada de obras e de manutenção predial, tivemos economia de cerca de 2% apenas com o consumo de água encanada, para citar um exemplo.

**O Táxi-STM:**  
Da mesma forma, com foco na racionalização do emprego dos recursos públicos, foi implantado o sistema Táxi-STM. Com este sistema de transporte de servidores públicos mediante agenciamento de táxis, em apenas dois meses de implantação, este Tribunal reduziu em 70% o contrato dos serviços de motoristas terceirizados, cujos custos passaram de R\$ 73 mil para R\$ 20 mil mensais. Sem contar, ainda, a redução com a manutenção de veículos próprios e combustíveis.

**Gestão por Processos:**  
Outro projeto estratégico de grande alcance, em fase de conclusão, é o de Gestão por Processos, realizado por meio de profícua parceria com a Universidade de Brasília - UNB, por meio de Termo de Execução Descentralizada. O projeto foi iniciado em 2017, com previsão de conclusão da parceria para março de 2019, após Termo Aditivo celebrado em 2018. Diversas ações foram efetivadas, tempestivamente, em 2018, visando à otimização e à melhoria de nossos processos e rotinas de trabalho, embora, algumas iniciativas de significativa importância, não puderam ser

implementadas, naquele ano, por dependerem ainda de decisões pendentes do Plenário da Corte.

**Gestão de Riscos:**  
No final de 2018, por meio de Resolução, proposta pela Presidência da Corte e aprovada por seu Plenário, foi instituída a Política de Gestão de Riscos na Justiça Militar da União, alinhada ao Planejamento Estratégico institucional e às recomendações do TCU.

A Política de Gestão de Riscos da Justiça Militar da União, um conjunto de instrumentos de governança e de gestão que suportam a concepção, a implementação, o monitoramento e a melhoria contínua da gestão de riscos, institucionaliza os princípios, as diretrizes, os objetivos, as responsabilidades, a estrutura e o processo de gestão de riscos nesta instituição.

Estabelece como objetivos a alcançar com a gestão de riscos na JMU: estruturar e fortalecer a governança institucional; constituir uma base confiável para a tomada de decisão; otimizar o uso dos recursos da instituição; aprimorar as estruturas de planejamento, monitoramento e controle; instituir a gestão de incidentes; estabelecer métodos para a prevenção de perdas e danos institucionais; alinhar o “apetite a risco” com a estratégia adotada; e promover a gestão para resultados.

A Alta Administração da instituição decidiu pela execução das diretrizes desta Política de forma gradual e progressiva, por meio de ciclos de

revisão e de melhoria contínua.

**C**oncluindo, podemos externar que o Superior Tribunal Militar e a Justiça Militar da União, como um todo, apesar das dificuldades impostas pelas críticas circunstâncias econômicas que atravessamos nestes últimos anos, e que afetam a todos os órgãos públicos do País, muito realizou, cumprindo integralmente as metas estabelecidas para sua gestão no ano, com raras e justificáveis exceções, obtendo resultados, conforme detalha o presente relatório. Este gestor maior desta instituição, que transfere o bastão da presidência em meados do próximo mês de março, está cômico de que muito foi realizado nestes dois anos, em especial, na modernização e transformação da gestão.

Cabe, aqui, uma palavra de reconhecimento a meus pares, ministros da Corte, aos juizes federais da Justiça Militar, e, em especial, aos servidores, aos militares cedidos pelas Forças que aqui labutam, aos terceirizados e estagiários de toda a Justiça Militar da União pelo desempenho obtido por esta gestão no ano que findou. Os resultados de 2018, traduzidos neste relatório, expressam a estimulante realidade deste último ano passado.

Esta administração encerrar-se-á em março, como já mencionado, na segura certeza de que haverá continuidade na otimização de processos, modernização tecnológica, razoabilidade na administração de despesas e custos, na



## MENSAGEM DO MINISTRO-PRESIDENTE, JOSÉ COELHO FERREIRA

transparência dos atos administrativos, na gestão por resultados e na condução da estratégia institucional no porvir. Sabemos que, embora muito tenha sido realizado, sempre haverá muito por fazer, para manter este ramo especializado de Justiça mais eficiente, transparente, eficaz e efetivo - objetivos que perseguimos.

A modernidade e transformação da gestão da Justiça Militar da União, pelos atributos antes elencados, é o marco e legado que fica!

JOSÉ COELHO FERREIRA  
Ministro-Presidente

**JMU** JUSTIÇA MILITAR  
DA UNIÃO



## **VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO** ▶ A Justiça Militar da União

A Justiça Militar da União (JMU) é a mais antiga do Brasil, com mais de 200 anos. Ela nasce em decorrência da própria existência das Forças Armadas. Além disso, passou a integrar o Poder Judiciário a partir da Constituição de 1934 e seus julgamentos seguem a mesma sistemática do Judiciário Brasileiro.

Vale destacar que, conforme previsto no artigo 124 da Constituição Federal de 1998, cabe a JMU julgar os crimes militares definidos em lei, assim entendidos como os previstos no Código Penal Militar (CPM) – Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969.

Contudo, ressalta-se que as competências atribuídas à JMU apresentaram mudanças ao longo do tempo, devido, entre outros fatores, ao momento histórico e político vivenciado pelo país.

É o caso, por exemplo, da última alteração dada pela edição da Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017, que estende os crimes militares àqueles previstos na legislação penal comum, desde que praticados pelos agentes elencados no artigo 9º do CPM. Ademais, a referida Lei transfere para a Justiça Militar a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, se praticados de acordo com as hipóteses descritas nos incisos I a III do § 2º do art. 9º do CPM, que, até então, ficava a cargo da Justiça Comum.

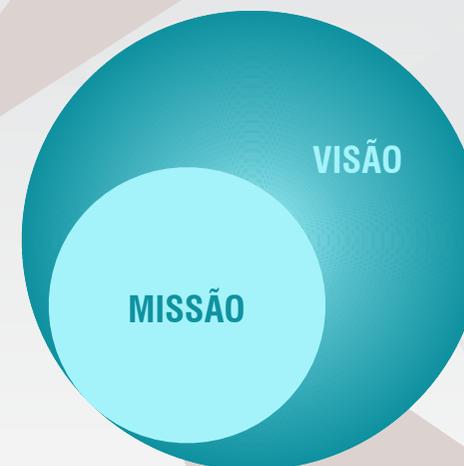
Destaca-se que a JMU possui jurisdição em todo o território nacional. O Superior Tribunal Militar (STM) é a Instância Superior da JMU, composta por 15 Ministros indicados pelo Presidente da República oriundos das Forças Armadas, da Advocacia, do Ministério Público e do Quadro da Magistratura da Primeira Instância.

A Primeira Instância, distribuída nos estados da federação, conta com 38 Juízes Federais, sendo um titular e um substituto em cada Auditoria das 12 Circunscrições Judiciárias Militares (CJMs). Cada Circunscrição possui uma Auditoria, excetuando-se as Circunscrições da 1ª CJM (RJ), 2ª CJM (SP), 3ª CJM (RS) e 11ª CJM (BSB), as quais abrigam 4, 2, 3 e 2 Auditorias, respectivamente.

Existe, ainda, a Corregedoria da Justiça Militar, composta por um Ministro-Corregedor e um 1 Juiz-Corregedor Auxiliar, a qual compete, dentre outras atribuições, fiscalizar e orientar o STM e as Auditorias Militares no correto exercício das suas funções.

É válido notar, também, que a Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, organiza a JMU e regula o funcionamento dos seus serviços auxiliares. O Regimento Interno do STM reproduz alguns dispositivos da referida Lei, tratando sobre a organização e o funcionamento do Tribunal e estabelece as competências e atribuições de seus órgãos e da Administração Superior. Quanto aos serviços administrativos, tanto o STM como as Auditorias Militares possuem quadros de pessoal, compostas por cargos efetivos, cargos em comissão, funções comissionadas, estagiários e, ainda, conta com a colaboração de servidores militares oriundos das três Forças Armadas e de terceirizados.

Ressalta-se que a Secretaria do STM é regida pelo Manual de Organização do STM, aprovado pela Resolução nº 241, de 9 de maio de 2017, que dispõe sobre a estrutura, responsabilidades, competências das unidades organizacionais do STM, estabelecendo as atribuições das Unidades, dos cargos em comissão e das funções comissionadas, na forma prevista no organograma apresentado neste Relatório de Gestão. Já as Secretarias da Primeira Instância são regidas pelo Regulamento das Auditorias de Correição e da Primeira Instância da JMU, aprovado pela Resolução nº 80, de 29 de outubro de 1998.



### **1. MISSÃO**

Processar e julgar crimes militares definidos em lei, a fim de contribuir para a promoção da Justiça

### **2. VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como instituição de excelência do Poder Judiciário



## VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO ▶ Declaração do Diretor Geral



DECLARAÇÃO DO DIRETOR GERAL

### EDER SOARES DE OLIVEIRA



“O gestor público é constantemente desafiado a fomentar boas práticas de gestão para subsidiar sua tomada de decisões, conduzindo-se de forma transparente e ética”

A Constituição Federal de 1988 preceitua que a Administração Pública direta e indireta obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, consagrando também a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Nesse contexto, a CF estabelece metas que deverão ser sempre aferidas por controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes. A Gestão Pública legítima só pode ser concebida com a observância das normas constitucionais que dão suporte a esse ramo de conhecimento e mediante a aplicação rigorosa da Lei de Responsabilidade Fiscal e das Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual, colocando na ordem do dia o monitoramento dos limites de gastos impostos pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Com esses regramentos postos e diante da complexidade do extenso rol de normativos que regem as receitas e despesas públicas, o gestor público é constantemente desafiado a fomentar boas práticas de gestão para subsidiar sua tomada de decisões, conduzindo-se de forma transparente e ética. Para tanto, isso só se torna

possível por meio do Planejamento Estratégico e de Governança.

Nessa esteira, importa registrar que o STM tem alcançado significativos avanços na adoção de boas práticas de gestão, considerando o papel do Conselho Nacional de Justiça referente ao estabelecimento de metas e diretrizes a serem seguidas pelos órgãos do Poder Judiciário, por meio de resoluções, recomendações e pedidos de providências, bem como o constante auxílio do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União por meio de Acórdãos, Decisões e de pedido de diligências. Aliás, tem sido de grande valia os questionários elaborados pelo Tribunal de Contas nos últimos dois anos sobre Liderança, Estratégia e *Accountability*, pois trouxe significativos subsídios para que esta Administração aperfeiçoasse o quesito “Governança, Gestão de Riscos e Controles Externos”.

A Gestão do Superior Tribunal Militar vem desempenhando um relevante papel no Planejamento Estratégico da JMU, o qual contemplou 14 (catorze) objetivos estratégicos e 62 (sessenta e duas) iniciativas estratégicas. No exercício de 2018, foi possível notar um significativo nível de maturidade das unidades administrativas da JMU no gerenciamento dos projetos, considerando os resultados alcançados por meio da execução das ações estratégicas definidas no denominado Portfólio de Projetos Estratégicos Priorizados da JMU.

Na estrutura interna de Governança da JMU, a

Diretoria-Geral do STM tem a missão de executar os serviços administrativos do STM, em conformidade com a orientação estabelecida pelo Presidente e as deliberações do Tribunal. A Diretoria-Geral (DIREG) tem como unidades subordinadas o Gabinete do Diretor-Geral (GADIR), o Núcleo de Apoio ao Gabinete do Diretor-Geral (NUADG), a Comissão Permanente Disciplinar (CPD), a Assessoria Jurídica do Diretor-Geral (ASJUR), a Assessoria de Licitações e Contratos (ASLIC), a Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI), a Diretoria de Administração (DIRAD), a Diretoria de Tecnologia da Informação (DITIN), a Diretoria de Pessoal (DIPES), a Diretoria de Gestão de Serviços de Saúde (DISAU) e a Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento (DIDOC).

Dentre outras atribuições regimentais e regulamentares, o Diretor-Geral (DG) exerce papel fundamental para que sejam alcançados os objetivos estratégicos, conforme estabelecido no Plano Estratégico da JMU. Nesse sentido, destacam-se as seguintes atribuições: propor ao Ministro-Presidente a priorização dos projetos estratégicos, mediante apoio técnico da Assessoria de Gestão Estratégica; elaborar diretrizes para a Administração do Tribunal e submetê-las ao Presidente, bem como aprovar planos de trabalho para áreas específicas; consolidar o Plano de Obras da Justiça Militar da União, encaminhando-o à Presidência do Tribunal para análise e votação pelo Conselho de Administração do STM, etc.



## VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO ▶ Declaração do Diretor Geral

Além disso, o DG subsidia as atividades das áreas finalísticas da 1ª Instância da JMU, distribuída por todo território nacional, bem como as atividades desta Instância superior. Aliás, no que diz respeito ao Plano de Indicadores e Metas Estratégicas da Justiça Militar da União para o biênio 2017-2020, com o objetivo de estabelecer parâmetros que permitam o acompanhamento e a medição do desempenho da Justiça Militar da União na execução do Planejamento Estratégico, o DG, com apoio da Assessoria de Gestão Estratégica (AGEST), promove a racionalização das atividades das unidades subordinadas, com o objetivo de conferir celeridade na prestação de informações dos dados sobre os indicadores e metas setoriais de nível tático e operacional inerentes à JMU.

Vale, ainda, registrar que o DG participa ativamente de algumas comissões e comitês vinculados à estrutura interna de Governança do STM, uma vez que é membro de vários colegiados, destacando-se os seguintes: Comitê-Gestor Estratégico para Acompanhar e Apreçar a Execução do Planejamento Estratégico da JMU 2012 a 2020, no qual o DG é responsável pela designação, para cada iniciativa e para cada meta, respectivamente, de um Gestor de Iniciativa e de um Gestor de Meta; Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC); Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores da JMU (CGAIS); e Comissão de Segurança Institucional da Justiça Militar da

União (ComSeg).

No que diz respeito à implantação da Gestão de Riscos, compete ao DG: avaliar os aspectos administrativos para a condução eficaz da Política de Gestão de Riscos e de seus desdobramentos; solicitar as atualizações na Política de Gestão de Riscos e no plano de implementação e monitoramento dos riscos institucionais; acompanhar a execução da Política de Gestão de Riscos; determinar o tratamento tempestivo dos riscos críticos que lhe forem submetidos, considerando sua abrangência de competência; realizar as ações de sensibilização e de capacitação relacionadas à gestão de riscos; observar os riscos organizacionais quando da tomada de decisão; e promover a gestão para resultados.

Vale salientar que o STM já contemplava a Gestão de Riscos para cada projeto estratégico inserido no Portfólio de Projetos Estratégicos Priorizados – PPEP. Tal postura vem sendo aperfeiçoada, notadamente porque, no exercício de 2018, foi aprovado o Plano de Projeto para a implantação do Sistema de Gestão de Riscos na Justiça Militar da União, que contempla 5 (cinco) ciclos para o período de 2018 a 2020, visando atender ao Plano Estratégico da Justiça Militar da União - 2012/2020.

Em 12 de dezembro de 2018, o Plenário do STM aprovou a Resolução nº 257, de 12 de dezembro de 2018, que institui a Política de Gestão de Riscos da Justiça Militar da União, que atende à recomendação do Tribunal de Contas da União

(TCU), ou seja, para que o STM proceda à estruturação, sistematização e implementação de um processo de avaliação de riscos por meio da utilização de métodos, técnicas e ferramentas de apoio para identificação, avaliação e implementação de respostas a riscos, seguindo as boas práticas dispostas no COSO – Estrutura Integrada de Controles Internos –, no Gerenciamento de Riscos Corporativos e na ABNT NBR ISO 31.000:2009.

É importante realçar que o método de gestão adotado pelo STM está voltado para a consecução de resultados, buscando incentivar o planejamento e a perenidade das ações institucionais, bem como o seu devido alinhamento aos objetivos estratégicos e às prioridades de gestão.

Nesse sentido, no exercício de 2018, o dirigente máximo da JMU elegeu como prioridades a modernização e a transformação da gestão da Justiça Militar da União, mediante o estreitamento de relações com diversos órgãos públicos, com os quais foram celebrados acordos de cooperação, o que permitiu alcançar a maior parte dos resultados que se encontravam alinhados aos objetivos, estratégias e prioridades da JMU. A esse propósito, considerando a metodologia adotada para o presente relato integrado, os resultados da Gestão na área finalística e na área de apoio encontram-se disponibilizados e detalhados em apontamentos específicos deste Relatório.

De qualquer forma, vale referenciar que a

Diretoria-Geral empreendeu gestão por resultados em relação aos projetos estratégicos priorizados e correlacionados aos seguintes objetivos: Aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação e Comunicação; Construção e aprimoramento de Infraestruturas e Instalações; Implementação da Gestão Estratégica de Forma Efetiva; Aprimoramento da Gestão de Pessoas; e Aperfeiçoamento e Modernização da Gestão e das Estruturas Administrativas e das Ações de Controle.

Em relação ao Aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação e Comunicação, foram implantados o Sistema de Processo Judicial por meio Eletrônico (e-Proc/JMU) na 1ª Instância e na Instância superior da Justiça Militar da União, por meio de parceria estabelecida entre o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o STM; o Sistema de Planejamento, Orçamento e Controle (SIPOC) para a JMU, em plataforma disponível para a Internet; e o Programa de Modernização de Equipamentos, Infraestrutura e Segurança de TIC – PROMOTIC – JMU. Porém, ainda se encontra em andamento as tratativas entre o STM e o TRF/4ª Região, para que seja celebrado o Termo de Cessão de Uso para implantação do Sistema de Recursos Humanos (SERH), como solução para modernização da Gestão de Pessoas deste Tribunal.

No tocante ao objetivo “Construção e aprimoramento de Infraestruturas e Instalações”, houve monitoramento do Termo de Execução Descentralizada celebrado entre o STM



## **VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO** ▶ Declaração do Diretor Geral

e o Exército Brasileiro, por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), para a Elaboração dos Projetos Executivos de Arquitetura, Estruturas e Instalações do futuro Edifício-Sede do STM, finalizando o exercício de 2018 com a entrega de vários projetos para análise e aprovação da etapa referente ao Projeto-Básico; foi aperfeiçoado o monitoramento do Plano de Obras da 1ª Instância e da Instância Superior, o qual, no exercício de 2018, foi recepcionado e inserido no Portfólio de Projetos Estratégicos Priorizados – PPEP, cabendo destacar o avanço relacionado à criação de um projeto-piloto para ser replicado a toda construção da 1ª Instância da Justiça Militar, no que se refere à inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, foi elaborado um Projeto-Básico para reforma da Auditoria da 4ª CJM, observando as normas técnicas de acessibilidade, pendência que vem sendo apontada pelo Ministério Público Federal perante algumas Auditorias da JMU nos últimos anos.

Quanto ao objetivo “Implementação da Gestão Estratégica de Forma Efetiva”, destaca-se o projeto estratégico “Gestão por Processos”, mediante a parceria estabelecida por TED entre o STM e a Universidade de Brasília (UNB). Em 2018, em que diversas unidades administrativas tiveram os seus processos mapeados e algumas ações foram implantadas imediatamente, conforme os redesenhos propostos pela equipe Next/UnB. Contudo, outras ações significativas

só poderão ser implementadas mediante alteração da legislação interna que regulamenta a estrutura organizacional do STM e ainda se encontram pendentes de decisão por parte do principal colegiado da estrutura interna de Governança do Tribunal (Plenário do STM).

Em relação ao objetivo “Aprimoramento da Gestão de Pessoas”, destacam-se as ações implementadas na execução do Projeto Gestão de Pessoas por Competência, uma vez que foi dada continuidade à promoção do desenvolvimento das competências gerenciais, transversais (comuns a todos os servidores) e técnicas. No exercício de 2018, foram finalizados o mapeamento das competências de gestão e fiscalização de contratos administrativos, produzindo-se um Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Justiça Militar da União com auxílio de um tutor pertencente aos Quadros do TCU; foi fomentada a capacitação dos servidores por meio de Treinamentos in-company ou priorizando cursos por meio de EAD. Além disso foram, ainda, aperfeiçoadas, dentre outras, ações voltadas para gestão do clima organizacional no STM e na 1ª Instância da JMU, a exemplo da implementação do Programa de Valorização da 1ª Instância (PROGVALOR).

Em referência ao objetivo “Aperfeiçoamento e Modernização da Gestão e das Estruturas Administrativas e das Ações de Controle”, o Diretor-Geral empreendeu gestão por resultados na execução dos projetos estratégicos “Descrição Documental do Acervo Arquivístico

do STM”, para identificação do acervo documental do STM; “Digitalização e Restauração do Acervo Processual Histórico, para digitalização e restauração do acervo processual histórico do STM; além do início da implantação do já citado Processo de Gestão de Riscos na JMU.

Com o propósito de fomentar inovações tecnológicas na Gestão Documental da JMU, alinhando-se à Recomendação do CNJ nº 37/2011, no que diz respeito à observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME, bem como para observar as disposições da Lei de Acesso à Informação – LAI, o STM colocou à disposição dos cidadãos algumas ferramentas e plataformas, tais como a ferramenta “Integra-JMU”, que reúne, em uma mesma interface, doutrina, jurisprudência e legislação; a plataforma “Arquimedes”, que contempla a disseminação e preservação do acervo da JMU; e o “Tesouro-JMU”, instrumento de controle terminológico utilizado para traduzir a linguagem natural para uma linguagem sistêmica.

Relativamente às Ações de Controle, a estratégia referente ao aperfeiçoamento e intensificação das ações de controle interno alcançou êxito na implantação do Processo de Gestão de Riscos na JMU, conforme já foi explanado anteriormente, envolvendo toda a estrutura interna de Governança, com a participação integral da

Secretaria de Controle Interno (SECIN), em parceria com a Presidência do STM, a Diretoria-Geral e respectivas unidades administrativas subordinadas.

No que se refere à atuação dos controles internos na tarefa de gerir os riscos da Organização, a Diretoria-Geral é apoiada pela Secretaria de Controle Interno (SECIN), a qual, entre outras atribuições, opera ativamente subsidiando os gestores da JMU com o objetivo de possibilitar a conformidade das atividades com as leis, normas, planos e programas, propiciando integridade e confiabilidade das informações geradas, bem como para assegurar que as informações geradas pela JMU e veiculadas sejam íntegras e confiáveis.

A esse propósito, vale registrar que, no exercício de 2018, esta Diretoria-Geral cumpriu 16 (dezesseis) diligências oriundas do Tribunal de Contas da União e recebeu, por meio do novo sistema e-pessoal, 56 (cinquenta e seis) indícios para análise e esclarecimentos do STM, dos quais 49 (quarenta e nove) foram atendidos e 7 (sete) encontram-se em andamento. Além disso, foram recepcionados 9 (nove) Acórdãos sobre assuntos diversos.

Já em relação às auditorias do Controle Interno, a Diretoria-Geral recebeu 53 (cinquenta e três) recomendações, 27 (vinte e sete) foram atendidas e 26 (vinte e seis) estão em andamento, valendo enfatizar que o Plano Anual de Auditoria tem representado um instrumento extremamente importante para gerir os riscos da



## VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO ▶ Declaração do Diretor Geral

organização, dada a relevância dos trabalhos da SECIN na avaliação dos controles internos dos elementos críticos para que sejam alcançados os objetivos organizacionais deste Tribunal.

Destaca-se, também, o atendimento da nova metodologia adotada pela Corregedoria Nacional de Justiça, na forma do Provimento nº 64, de 1º de dezembro de 2018, no qual foram estabelecidas diretrizes gerais para o pagamento dos subsídios dos magistrados brasileiros sob a jurisdição do Conselho Nacional de Justiça. Segundo o referido provimento, o ordenador de despesas de cada Tribunal deverá observar que o pagamento de qualquer nova verba remuneratória ou indenizatória prevista ou não na LOMAN, seja a que título for ou rubrica, só poderá ser realizado mediante autorização do CNJ.

Enfim, com o apoio dos órgãos externos e interno de controle, é possível asseverar que houve uma sensível evolução no nível de maturidade da Gestão Estratégica do STM no exercício de 2018, período que foi marcado por uma severa racionalização dos recursos públicos, com redução de gastos com diárias e passagens, mediante a edição do Ato Normativo nº 258/2018, cujas disposições são mais adequadas às orientações decorrentes da observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias; redução dos gastos com contratos terceirizados, seja por meio de redução de postos, seja por adoção de boas práticas, a exemplo da implantação do TÁXI-STM, modelo também já adotado pelo Governo

Federal; a modernização tecnológica da JMU com emprego de recursos irrisórios, considerando a parceria estabelecida entre o STM e o TRF/4ª Região; os avanços alcançados nas medidas de cunho social, contemplando projeto mediante o emprego de pessoal com deficiência, citando como exemplo a contratação da Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE). Além disso, pode-se afirmar que o STM definitivamente elevou o seu nível de Governança ao implantar também o Projeto de Gestão de Riscos da Instituição, sempre buscando atuar sob os princípios éticos, de integridade e transparência. Apesar disso, há muitos desafios e incertezas que continuarão a exigir monitoramento especial por parte desta UPC para a efetiva continuidade do Planejamento Estratégico da JMU. Alguns desafios, correlacionados a assuntos que afetam, de maneira significativa, a médio prazo, a capacidade desta Unidade Prestadora de Contas de alcançar seus objetivos, já estão sendo tratados internamente ou por meio de parceria com outros órgãos. Nesse sentido, no que diz respeito a um Sistema confiável para avaliação e mensuração do ativo imobilizado da JMU, já foi implantado o Sistema GEAFIN, contemplando um cronograma de implantação da descentralização patrimonial, incluindo capacitação e atualização de normativos e legislações pertinentes, no biênio de 2019/2020. Relativamente à dificuldade enfrentada por esta UPC para calcular as provisões da folha de

pagamento, ante a limitação do atual Sistema de Recursos Humanos, o STM ainda aguarda a implantação do Sistema de Recursos Humanos (SERH), desenvolvido e de propriedade do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Outra dificuldade diz respeito ao atendimento de prazos para implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social, bem como do Sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf. Para a solução de ambos, foi criado um Grupo de Trabalho pela Portaria DIREG Nº 1.917/2018.

Quanto às incertezas que poderão impactar os objetivos estratégicos da JMU, vale circunstanciar os riscos de ordem legislativa decorrentes da edição da Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017, a qual alterou o Código Penal Militar. Esta novel legislação aumentou significativamente a competência da JMU, o que deverá exigir algumas iniciativas dirigidas à reestruturação das áreas finalísticas dos órgãos da Instância Superior e da 1ª Instância. A incerteza potencializa-se mais ainda pelo fato de o atual cenário econômico, voltado para o controle de gastos públicos, dificultar a tramitação e a aprovação do Projeto de Lei nº 1184/2015, proposto para criação de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros Permanentes da Secretaria do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar da União.

De qualquer forma, relativamente aos problemas estruturantes, a Gestão do STM tem procurado realizar ações dirigidas à recomposição da sua força de trabalho, em razão do alto índice de aposentadorias dos servidores, observando-se, evidentemente, as disposições impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016 e o Anexo V da LOA/2019.

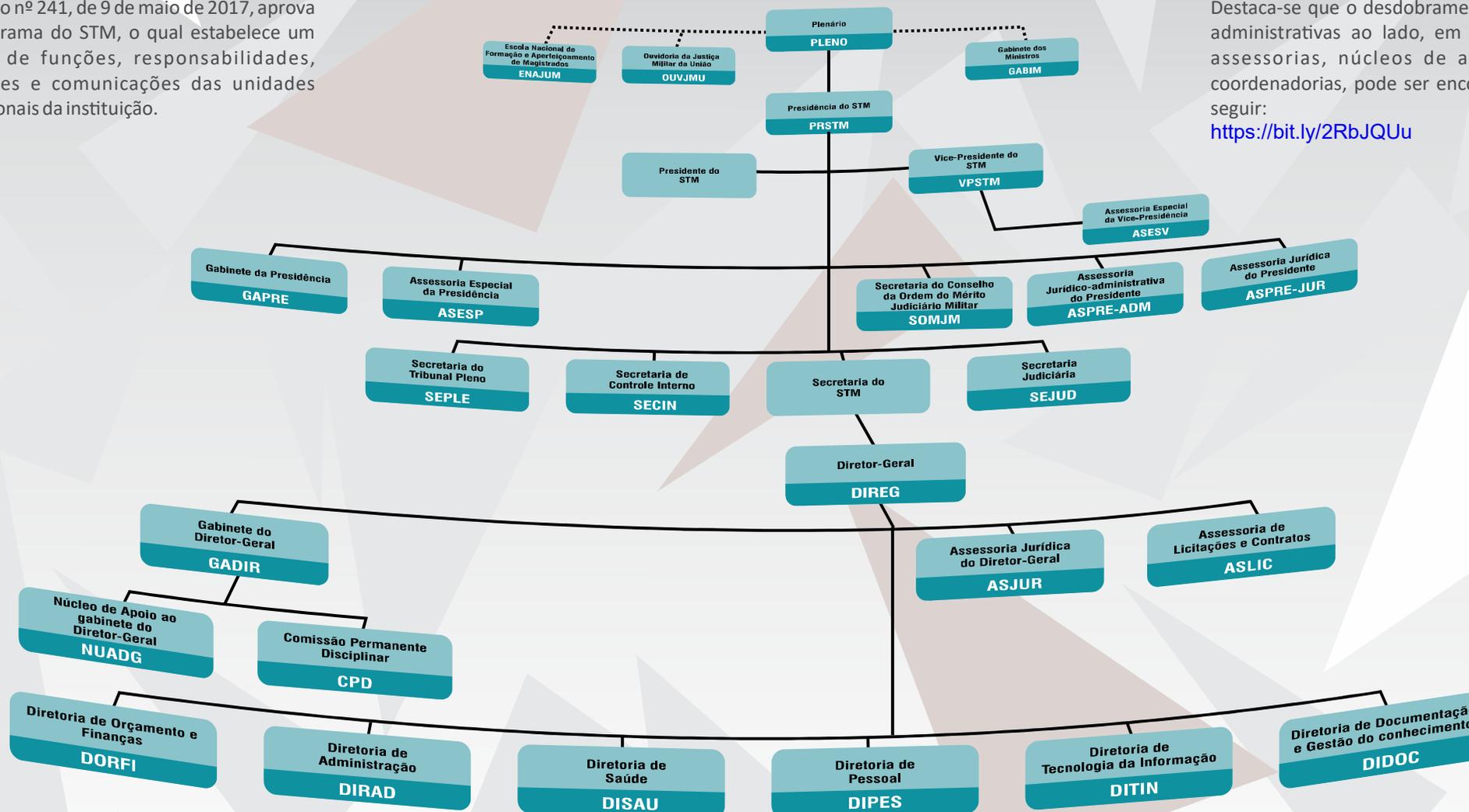
Pelas considerações e apontamentos expostos, levando em consideração o teor das declarações de conformidade dos gestores responsáveis pelas unidades do STM, e ressalvando as dificuldades e incertezas anteriormente expostas, declaro o cumprimento satisfatório das metas contidas nos planos para o exercício de 2018, a legalidade dos atos e a eficácia, eficiência e economicidade da gestão dos órgãos integrantes da Justiça Militar da União, tudo dirigido a conferir concretude aos objetivos estratégicos alinhados ao Plano Estratégico da JMU.



## VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO Estrutura Organizacional

A Resolução nº 241, de 9 de maio de 2017, aprova o Organograma do STM, o qual estabelece um conjunto de funções, responsabilidades, autoridades e comunicações das unidades organizacionais da instituição.

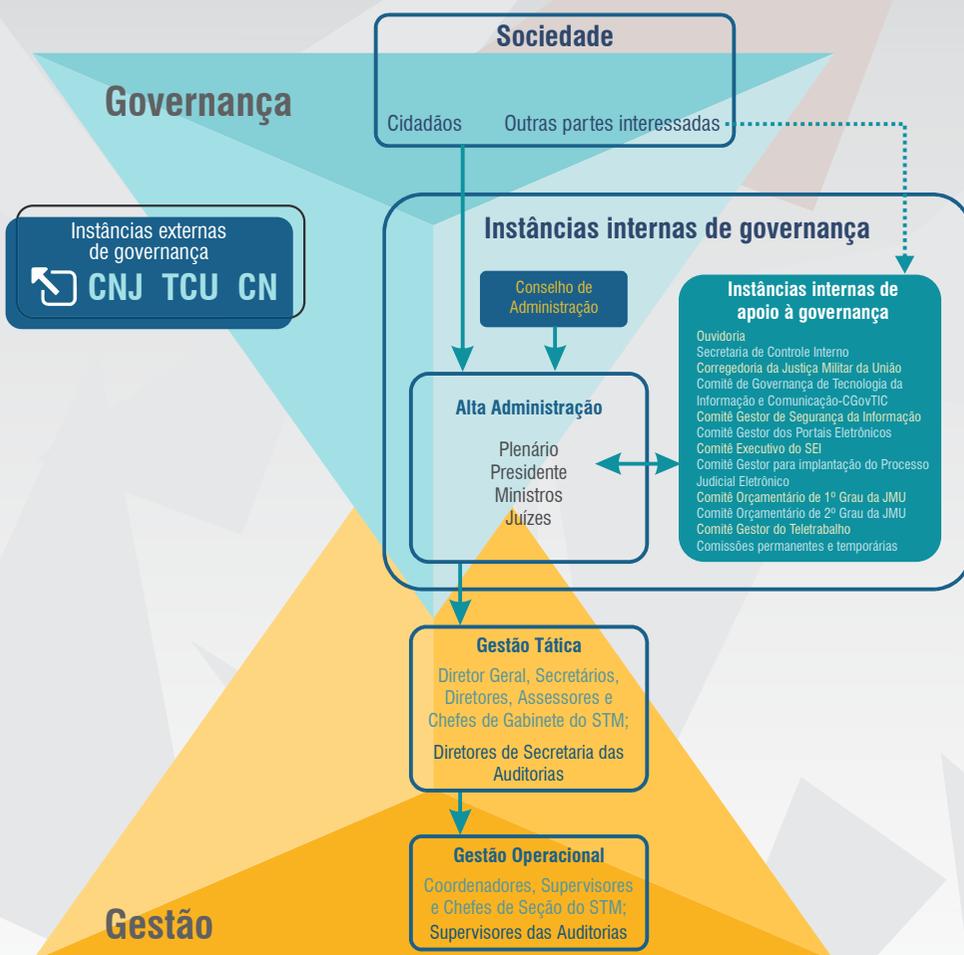
Destaca-se que o desdobramento das unidades administrativas ao lado, em suas respectivas assessorias, núcleos de apoio, seções e coordenadorias, pode ser encontrado no link a seguir:  
<https://bit.ly/2RbJQUu>





## VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO ▶ Sistema de Governança

A figura abaixo apresenta, de maneira esquemática, o modelo de governança corporativo da Justiça Militar da União com representação das principais instâncias internas e externas de governança:



### 1

## PRINCIPAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

### Alta Administração

Compõe-se de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três Oficiais-Generais da Marinha, quatro Oficiais-Generais do Exército, três Oficiais-Generais da Aeronáutica e cinco civis. Os Ministros civis são escolhidos pelo Presidente da República.

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é presidido pelo Presidente do Tribunal e integrado pelo Vice-Presidente e por mais três Ministros, escolhidos preferencialmente entre os mais antigos, observada, sempre que possível, a relação de um Ministro civil e dois Ministros militares.

Ao Conselho de Administração incumbe decidir sobre matéria administrativa da Justiça Militar.

### 2

## PRINCIPAIS INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA

### Ouidoria

A Ouvidoria da Justiça Militar da União é uma unidade vinculada à Presidência do Superior Tribunal Militar. Regulamentada pela Resolução STM nº 225, de 24 de agosto de 2016, com a finalidade de servir de canal de comunicação entre o cidadão e a Justiça Militar da União.

<https://bit.ly/2VO9Zdz>

### Secretaria de Controle Interno

Unidade de Auditoria Interna da JMU, cujas atribuições estão fixadas no Ato Normativo nº 12, de 15 de março de 2011.

<https://bit.ly/2WFFyj4>



## VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO ▶ Sistema de Governança

### Corregedoria da Justiça Militar da União

Órgão de fiscalização e orientação jurídico-administrativa, criado pela Lei nº 13.774, de 19 de dezembro de 2018.

### Comitê Gestor Estratégico

Criado pela Resolução STM nº 186, de 24 de outubro de 2012, com a função de acompanhar e apreciar a execução do Plano Estratégico da JMU.

### Comitê Orçamentário de 1º Grau da JMU e Comitê Orçamentário de 2º Grau da JMU

Criados pelo Ato Normativo nº 172, de 11 de fevereiro de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar a distribuição do orçamento nas instâncias da Justiça Militar da União.

### Comitê Gestor do Teletrabalho

Criado pelo Ato nº 2535, de 30 de novembro de 2018, observadas as disposições da Resolução CNJ nº 227, de 15 de junho de 2016, com a principal função de acompanhar e avaliar os resultados do teletrabalho na JMU.

### Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGovTIC

Criado pela Resolução STM nº 243, de 24 de maio de 2017, em atendimento à Resolução CNJ nº 211, de 15 de dezembro de 2015, com a principal função de estabelecer a melhoria da infraestrutura e governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

### Comitê Gestor de Segurança da Informação

Criado pela Resolução STM nº 194, de 28 de agosto de 2013, tendo como principal função promover a segurança da informação.

### Comissões permanentes e temporárias

Tem como finalidade tratar de matérias específicas relacionadas à gestão. As Comissões Permanentes são formadas por quatro Ministros sendo três integrantes efetivos e um suplente. As Comissões Temporárias são criadas quando houver necessidade, pelo Presidente do Tribunal, ouvido o Plenário, e se extinguem tão logo seja alcançado o fim a que se destinam.

Nesse contexto, merece destaque a Comissão de Riscos, prevista na Resolução CNJ nº 257/2018, cuja competência consiste, dentre outras, em patrocinar a cultura de riscos da JMU.

### Comitê Gestor dos Portais Eletrônicos

Instituído pelo Ato Normativo nº 128, de 10 de março de 2015, responsável pelo monitoramento dos portais eletrônicos da Justiça Militar da União.

<https://bit.ly/2leLXnP>

### Comitê Executivo do SEI

Instituído pelo Ato Normativo nº 142, de 1º de junho de 2015, responsável pelo funcionamento do Processo Administrativo Eletrônico e do Sistema Eletrônico de Informações.

<https://bit.ly/2XMyXLU>

### Comitê Gestor para implantação do Processo Judicial Eletrônico

Criado pelo Ato Normativo nº 283, de 09 de julho de 2018, sendo um organismo central gestor do sistema e-Proc/JMU.



## 3 INSTÂNCIAS DE APOIO EXTERNO (ORDEM ALFABÉTICA)

### CN (Congresso Nacional)

<https://bit.ly/2lxnQgV>

### CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

<https://bit.ly/2KLHKt6>

### TCU (Tribunal de Contas da União)

<https://bit.ly/2Nid4hN>



VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO Ambiente Externo



AMBIENTE EXTERNO



EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016

1

2

3

E-PROC/JMU  
PROCESSO JUDICIAL  
POR MEIO ELETRÔNICO  
RESOLUÇÃO CNJ Nº 185/2013

RESOLUÇÃO CNJ Nº 201/2015  
DIRETRIZ SOCIOAMBIENTAL

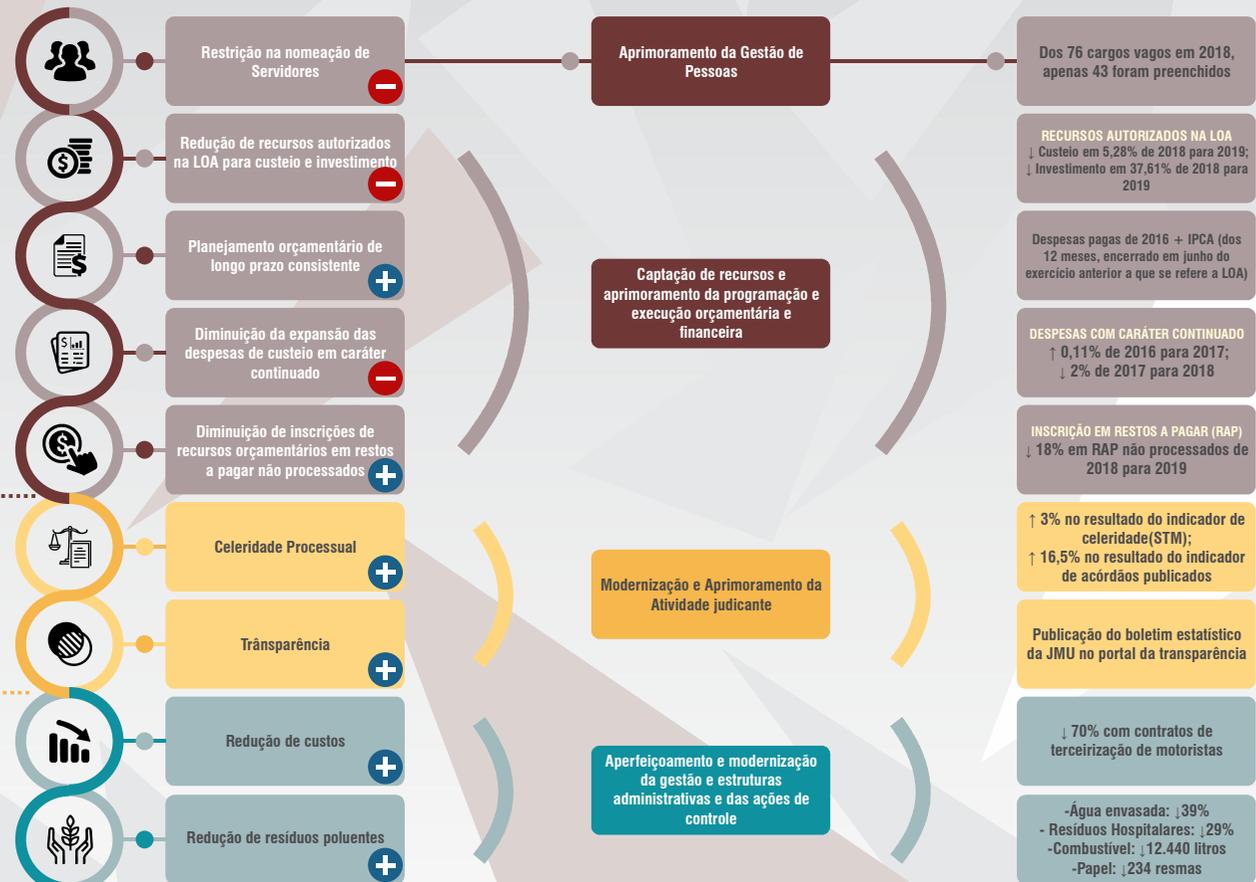
+ OPORTUNIDADE

- AMEAÇA

IMPACTO

OBJETIVO RELACIONADO

INDICADOR





## **VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO** ▶ **Modelo de Negócio**

O modelo de negócios da Justiça Militar da União (JMU) inicia-se com a demanda de processos judiciais em matéria militar a serem julgados, principal entrada diretamente relacionada à atividade finalística. Para o processamento e julgamento dos processos, são necessários, essencialmente, recursos humanos, orçamentários e de tecnologia da informação. Este último tem se tornado um recurso estratégico no Judiciário devido à sustentação dos processos de negócio, judiciais e administrativos, por meio do desenvolvimento e de contratações de soluções corporativas de tecnologia da informação. Conforme descrito na tabela abaixo, os principais processos da JMU subdividem-se em:

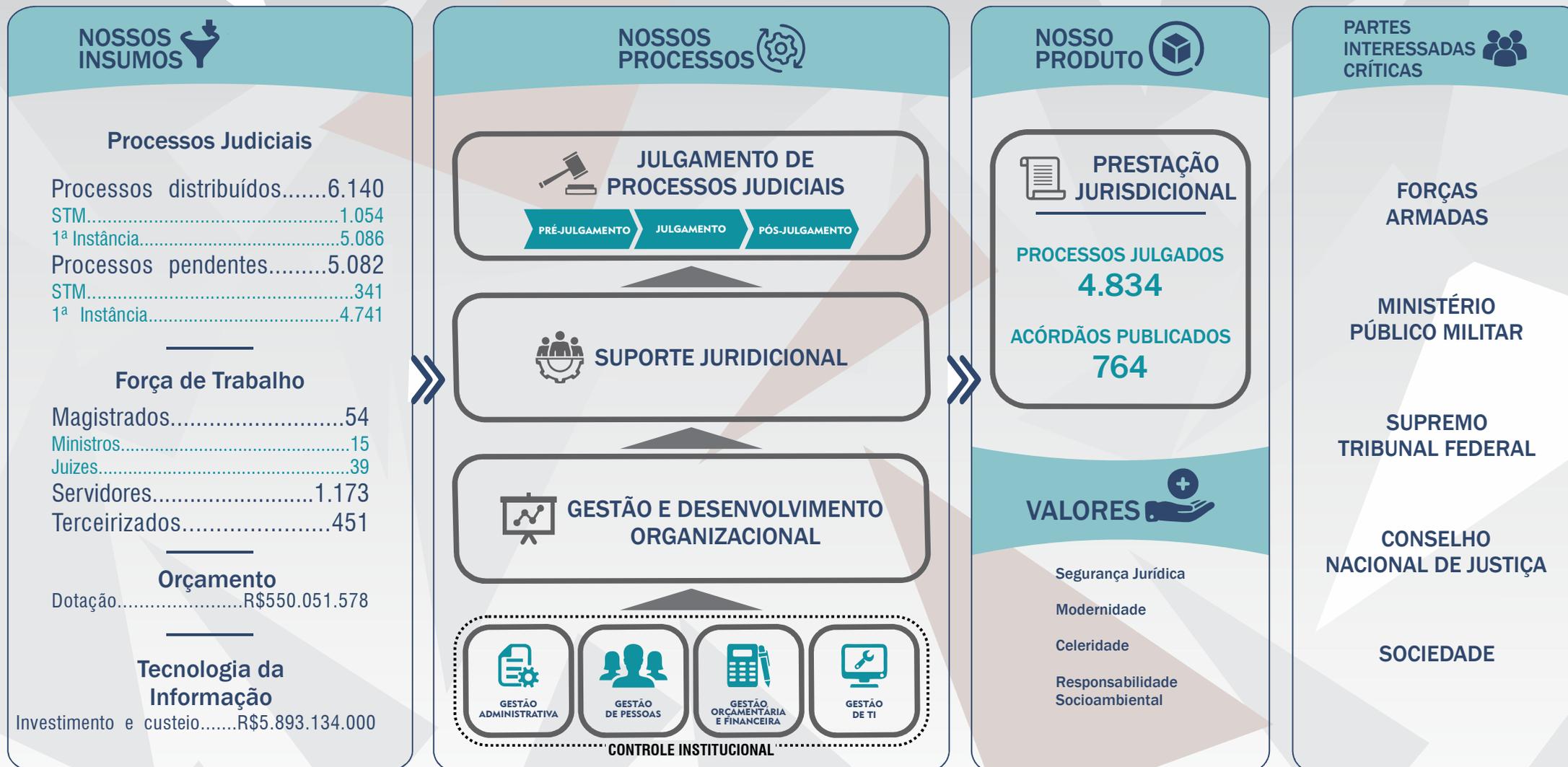
<b>PROCESSOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Julgamento de Processos Judiciais</b>	É o processo finalístico da JMU. Os processamentos pré e pós-julgamento são processos auxiliares que incluem, entre outras atividades, a distribuição dos feitos, o controle, a movimentação e a execução dos feitos e diligências processuais.
<b>Suporte Jurisdicional</b>	Envolve a prestação de informações processuais às partes e demais interessados, bem como o suporte ao sistema judicial eletrônico (e-Proc/JMU).
<b>Gestão e Desenvolvimento Organizacional</b>	Compreende a gestão da estratégia, de dados estatísticos, de processos de trabalho e de projetos no âmbito da JMU.
<b>Gestão Administrativa</b>	Abrange os processos relacionados à gestão de aquisições de bens e serviços, gestão de projetos de engenharia e arquitetura, gestão patrimonial, além de manutenção predial e segurança institucional.
<b>Gestão de Pessoas</b>	Desdobra-se nos processos de provimento, seleção, movimentação, vacância, desempenho, capacitação e desenvolvimento de pessoal, bem como a gestão de direitos, benefícios e obrigações.
<b>Gestão de Tecnologia da Informação</b>	Envolve os processos de gestão estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), gestão de soluções tecnológicas, segurança da informação, suporte técnico e infraestrutura de TIC.
<b>Gestão Orçamentária e Financeira</b>	Compreende os processos de planejamento, programação, execução e controle orçamentário e financeiro da JMU.
<b>Controle Institucional</b>	Os processos de controle institucional permeiam outros processos organizacionais por consistirem em auditorias e inspeções, análises contábeis e de conformidade, assim como a fiscalização e orientação da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil da JMU.

O maior produto da JMU é a prestação jurisdicional, medida pela quantidade de processos julgados. De forma secundária, a jurisprudência gerada também constitui um produto.

A efetiva prestação jurisdicional promove a proteção dos bens jurídicos tutelados pelo Código Penal Militar, a preservação dos princípios constitucionais e a manutenção da ordem social. Como resultado, esses elementos geram segurança jurídica, que está entre os principais valores gerados à sociedade, além de celeridade processual, modernidade, transparência e responsabilidade socioambiental.

As partes interessadas críticas são representadas pelas Forças Armadas, Ministério Público Militar e sociedade, em uma relação direta com a missão da JMU, a qual consiste no processamento e julgamento de crimes militares. Além dessas, o Supremo Tribunal Federal consiste na última instância recursal e o Conselho Nacional de Justiça desempenha um papel direcionador ao estabelecer metas e diretrizes a serem seguidas pelos órgãos do Poder Judiciário por meio de resoluções e normativos próprios.

**VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO** Modelo de Negócio





## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA ▶ Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Justiça Militar da União (PE-JMU) foi elaborado tendo como enfoque a atribuição precípua da Justiça Militar da União, a qual consiste em processar e julgar os crimes militares definidos em lei (Art. 124, da CF/88). Aprovado pela Resolução STM nº 186, de 24 de outubro de 2012, estabeleceu-se, inicialmente, o horizonte temporal de 2012 a 2018 para sua implementação. Contudo, a fim de estabelecer o alinhamento do seu Planejamento Estratégico ao do Poder Judiciário, a JMU editou a Resolução STM nº 249, de 14 de março de 2018, prorrogando a vigência do seu Plano até 31 de dezembro de 2020. A partir de tal medida, a JMU buscou promover a integração entre os diferentes níveis estratégicos para que houvesse sinergia entre as partes e maior efetividade entre as ações por elas desenvolvidas.

Alinhamento Estratégico do Poder Judiciário



Nesse contexto, o atual PE-JMU visa orientar as ações gerenciais em todos os níveis de governança do STM e das Auditorias Militares. Além disso, o referido documento estabelece os objetivos a serem alcançados, as estratégias empreendidas e um rol de programas, projetos e ações alinhados ao planejamento proposto, diminuindo os riscos na tomada de decisões e o desperdício de recursos públicos. O PE-JMU estabelece, ainda, prioridades entre as iniciativas apresentadas e indicadores e metas para o monitoramento da execução dos projetos estratégicos prioritários. O conteúdo completo do PE-JMU pode ser acessado a partir do endereço: <https://bit.ly/2Kd7Aa7>

Ressalta-se, também, que o PE-JMU é construído com base no Método Grumbach – metodologia de planejamento que emprega cenários prospectivos-, bem como no Balanced Scorecard (BSC) – ferramenta que propõe perspectivas e indicadores para a gestão do desempenho organizacional.

Nesse sentido, o PE-JMU vigente é ancorado e desdobrado nos seguintes produtos:

**Atributos de Valor;**  
**Mapa Estratégico;**  
**Portfólio de Projetos Estratégicos Priorizados (PPEP).**

Destaca-se que os ATRIBUTOS DE VALOR propõem os costumes, posturas e conceitos morais que orientam o comportamento e as atitudes dos magistrados e servidores da instituição. Os valores da JMU são os mesmos expressos para o Poder Judiciário brasileiro em seu Planejamento Estratégico. Ademais, são os respectivos valores que balizam as estratégias e a execução do Plano em todos os níveis da governança da JMU.

Atributos de Valor da JMU





## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA ▶ Planejamento Estratégico

Já o MAPA ESTRATÉGICO busca traduzir a estratégia em guias operacionais, ou seja, define o conjunto de objetivos e indicadores para a correta implantação do planejamento apresentado. O Mapa Estratégico da JMU, especificamente, considera as perspectivas clássicas do BSC - Aprendizado e Crescimento, Orçamento e Finanças, Processos Internos e Sociedade –, assim como estatui a missão e a visão propostas para o STM e para as Auditorias Militares. Além disso, são estabelecidos 14 objetivos estratégicos, que representam patamares a serem alcançados por meio de linhas de ação que são empreendidas, ao longo do horizonte temporal, para se assegurar o alcance dos resultados planejados.

Mapa Estratégico da JMU



No caso do PE-JMU, são propostas, ainda, 62 iniciativas estratégicas: programas, projetos e ações, que, uma vez executados, resultam ou contribuem na consecução do objetivo e da estratégia a ela associada. Desde 2014, as unidades administrativas da JMU vêm desenvolvendo os projetos definidos no chamado PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS (PPEP-JMU). Portanto, os Projetos Priorizados buscam implementar as iniciativas estratégicas delineadas pelo PE-JMU.

Fluxo Lógico do PE-JMU



É válido ressaltar, também, que, em 2018, a fim de proporcionar maior eficácia à execução do PE-JMU, buscou-se a implantação de 14 Projetos Estratégicos Priorizados consubstanciados em 5 Objetivos Estratégicos. O material completo do referido Portfólio, que contém ainda o índice de execução dos Projetos Estratégicos Priorizados, pode ser acessado a partir do link a seguir: <https://bit.ly/2WB3yKq>



**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA** ▶ Planejamento Estratégico



PROJETOS ESTRATÉGICOS

**PRIORIZADOS EM 2018**



 **RESULTADO DA GESTÃO** > **Gestão Estratégica**

É por meio da Gestão Estratégica que a JMU dá vida ao seu Planejamento Estratégico. Ou seja, refere-se às técnicas, aos métodos e às ferramentas de gerenciamento concebidas para ajudar a instituição nas tomadas de decisões em nível estratégico e gerenciar as execuções delas decorrentes nos níveis tático e operacional.

Nesse sentido, a Gestão Estratégica, implementada pela JMU, abrange não apenas a elaboração do planejamento e o acompanhamento da sua execução, mas, também, o alcance e a melhoria dos resultados, por meio do gerenciamento dos projetos prioritários, a simplificação dos processos das unidades administrativas, a análise dos dados estatísticos e o desenvolvimento da inteligência estratégica da instituição.

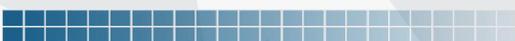
Além disso, cabe à Gestão Estratégica a tomada de decisão sobre a execução de um conjunto de iniciativas - projetos, tarefas e ações -, visando à otimização da aplicação dos recursos disponibilizados aos órgãos e às unidades jurisdicionados para a realização de processos a fim de que sejam atingidos objetivos estratégicos de médio e longo prazos.



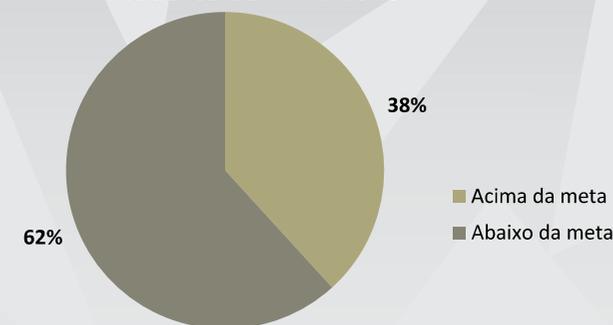
**PLANO DE INDICADORES E METAS ESTRATÉGICAS (PIME)**

Com vistas à obtenção de melhores resultados no alcance dos seus objetivos, a JMU buscou monitorar os 34 indicadores estratégicos estabelecidos pelo PIME. As dificuldades enfrentadas e as razões para a obtenção de bons resultados são evidenciadas no relatório anual do Planejamento Estratégico e pode ser acessado pelo endereço <https://bit.ly/2X2onTr> na aba “PIME”.

No ano de 2018, 13 dos 34 indicadores ficaram acima da meta estabelecida, o que representou uma diminuição de 3 indicadores em relação ao ano de 2017, quando 16 dos 34 indicadores ficaram acima da média.



**Indicadores do PIME 2018**

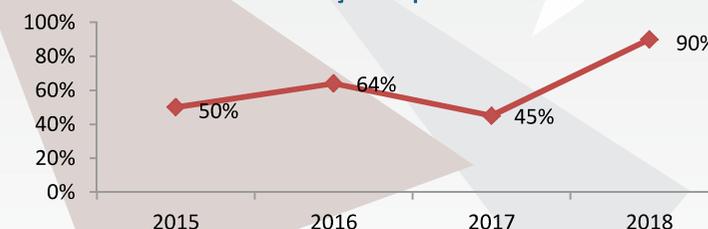


**PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS (PPEP)**

O PPEP busca auxiliar a execução do Planejamento Estratégico da Justiça Militar da União (JMU). Assim sendo, os projetos constantes no Portfólio da JMU devem ter os seus resultados alinhados aos objetivos, estratégias e prioridades da organização.

Em 2018, o Portfólio de Projetos Estratégicos Priorizados da JMU previa a entrega de 102 (cento e dois) produtos, dentre os quais 92 (noventa e dois) foram entregues, resultando em uma melhora significativa do índice de execução do portfólio. Dos 12 (doze) projetos previstos, 9 (nove) foram entregues em sua totalidade.

**Índice de execução do portfólio da JMU**



 **RESULTADO DA GESTÃO** ▶ **Gestão Estratégica**



REUNIÕES DE  
**ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)**

Os resultados dos Indicadores Estratégicos, Metas Nacionais e Específicas acordadas com o CNJ e ainda o desempenho dos Projetos Estratégicos são levados às Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) com a presença do Ministro-Presidente do STM. Nessa reunião, são dados direcionamentos para buscar melhores resultados. São exemplos de ações determinadas em RAE:

**Automatização da extração de dados estatísticos utilizando como base o sistema e-Proc/JMU;**  
**Criação do Boletim Estatístico contendo os dados judiciais da JMU;**  
**Mudança de escopo e cronograma de projetos;**  
**Prorrogação do Prazo de vigência do Planejamento Estratégico.**

No ano de 2018, foram realizadas duas Reuniões de Análise da Estratégia.



PROJETO  
**GESTÃO POR PROCESSOS**

O STM iniciou a implantação da gestão de processos, em nível organizacional, em agosto de 2017 por meio do Projeto Gestão por Processos, cujo escopo consistiu em identificar os macroprocessos institucionais e formar a Cadeia de Valor, conforme modelo introduzido por Michael Porter em 1985, bem como mapear 40 processos críticos e implantar o Escritório de Processos Organizacionais.

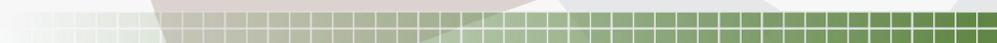
O projeto se estendeu até o final do exercício de 2018 e apresentou os seguintes resultados:

**Identificação da Cadeia de Valor do STM, constituída por 55 macroprocessos;** <https://bit.ly/2F3fnDa>

**Embora o escopo do projeto tenha sido o mapeamento de 40 processos, foram mapeados 112 processos de trabalho, os quais passaram por um ciclo de análise que resultou em propostas de melhorias;**

**Implantação do Escritório de Processos, unidade responsável pelo gerenciamento da cadeia de valor e por promover a gestão de processos em nível organizacional, dando continuidade aos trabalhos realizados com o projeto a fim de melhorar a eficiência da gestão com foco em inovação.**

As propostas de melhoria encontram-se sob avaliação da alta administração do Tribunal. A perspectiva é que a implantação das propostas aprovadas ocorra no exercício de 2019.



RESULTADO DA GESTÃO ▶ Objetivos Estratégicos e Resultados

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

PROJETOS/AÇÕES

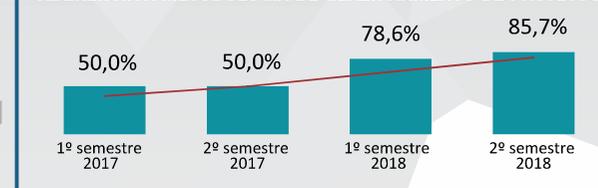
INDICADORES

Implementação da Gestão Estratégica de Forma Efetiva

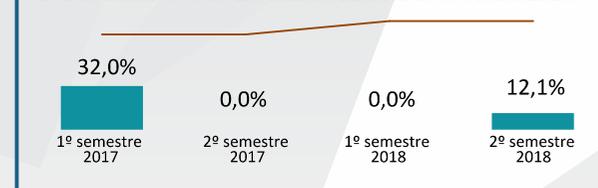
- Simplificar, racionalizar e otimizar os processos de trabalho
- Assegurar a execução do Planejamento Estratégico
- Aperfeiçoar as atividades de análise de dados estratégicos

- Gestão por processos: desenvolver ações de transformação da gestão com uma visão fundamentada na revisão e no aprimoramento dos processos organizacionais
- Implantar Processo de Gestão de Riscos na JMU: estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades para viabilizar a implementação de gestão de riscos na JMU
- Implantação do Escritório de Processos Organizacionais: atuar como unidade responsável por promover ações de melhoria da eficiência da gestão por meio da otimização dos processos organizacionais e da inovação
- Boletim Estatístico: divulga os dados quantitativos sobre o trâmite processual e a atividade judicante da JMU

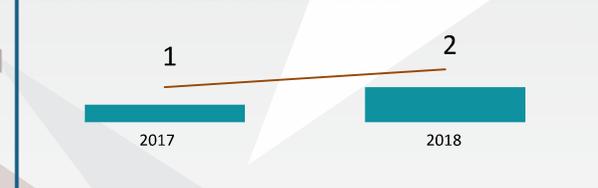
ADERÊNCIA À METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS



DADOS ESTATÍSTICOS EXTRAÍDOS DE FORMA AUTOMATIZADA



MATURIDADE EM GESTÃO DE PROCESSOS



■ Resultado  
— Meta

## RESULTADO DA GESTÃO Área Finalística

Conforme já destacado, a JMU tem como missão constitucional processar e julgar crimes militares definidos em lei, visando contribuir, sobretudo, com a promoção da Justiça e proteção dos bens jurídicos primordiais indicados pelo legislador. Nessa esteira, as áreas finalísticas da JMU desenvolvem processos associados a essa atividade fim. Portanto, cabe a elas, em última análise, o atendimento às necessidades diretas dos cidadãos – verdadeiros destinatários da prestação de serviços públicos de qualidade.

É importante destacar uma inovação que permitiu melhorias na prestação jurisdicional e, conseqüentemente, nos resultados finalísticos do STM e das Auditorias da Justiça Militar da União: a implantação do sistema e-Proc/JMU. O sistema foi implantado no STM no final de 2017 e, na 1ª Instância da JMU, desde o final de 2017 até meados de 2018, trazendo recursos que facilitam e conferem mais celeridade à tramitação dos processos judiciais. Desde junho de 2018, todos os processos judiciais da JMU tramitam em meio eletrônico.

Além de iniciar um ciclo de avanços na tramitação dos processos, aprimorando a prestação jurisdicional, a utilização do sistema e-Proc/JMU vem permitindo a coleta e a apuração tempestiva de informações, melhorando a transparência demandada por órgãos de controle e pela sociedade. Ademais, também como consequência da tramitação dos processos judiciais em meio eletrônico, tornou-se possível acompanhar e medir o desempenho da prestação jurisdicional da JMU de forma mais eficiente. Esse acompanhamento é feito, sobretudo, pelo resultado das Metas Nacionais e Específicas do CNJ, dos indicadores do Objetivo Estratégico de “Modernização e aprimoramento da atividade judicante” e, ainda, por meio de relatórios internos e boletins estatísticos mensais que divulgam números relativos à distribuição e julgamento dos processos judiciais de competência da JMU.

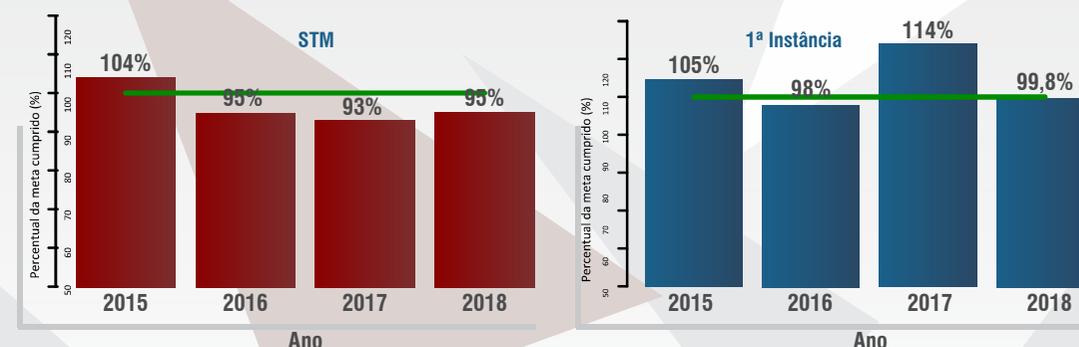
### METAS NACIONAIS ESPECÍFICAS

As Metas Nacionais e Específicas são elaboradas de forma participativa entre os tribunais e o Conselho Nacional de Justiça, e representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade um serviço mais célere, com maior

eficiência e qualidade. A Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, instituída pela Portaria CNJ nº 138/2013, tornou, por meio de seus Comitês Gestores, o processo de elaboração dessas metas ainda mais participativo no ano de 2018, assim como promoveu o alinhamento estratégico entre a Justiça Militar da União com os demais órgãos do Poder Judiciário. As metas atuais e as sugestões para o ano de 2019 foram apresentadas em palestras direcionadas à área de apoio da atividade judicante, no intuito de esclarecer dúvidas e coletar sugestões de melhorias. Além disso, foram realizadas pesquisas de opinião a fim de que os magistrados, diretores de secretarias e gestores do STM pudessem sugerir novas metas e possíveis alterações das já existentes.

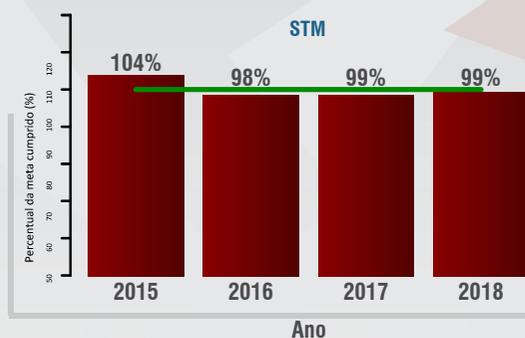
### RESULTADOS DAS METAS NACIONAIS ESPECÍFICAS

Destaca-se que a **Meta Nacional 1** busca dar vazão ao estoque processual. Ela estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até o final do ano e, no mínimo, mais um para os tribunais que tenham estoque processual. Tanto o STM quanto a 1ª instância ficaram próximos de cumprir a Meta Nacional 1. Na 1ª instância, faltou o julgamento de 60 processos para a meta ser cumprida, ao passo que no STM faltou o julgamento de 4 processos.

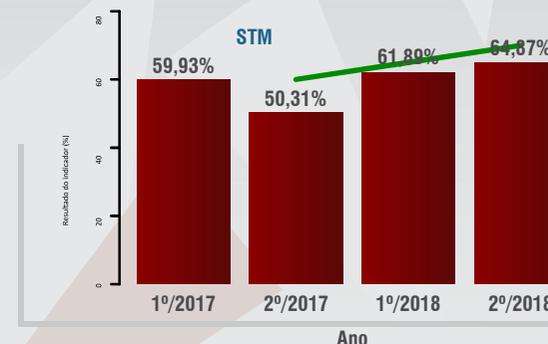


 RESULTADO DA GESTÃO Área Finalística

Já a **Meta Nacional 2** busca julgar os processos mais antigos para garantir a razoável duração dos processos. A 1ª instância cumpriu a Meta Nacional 2. Para que o STM cumprisse a meta, faltou o julgamento de 2 processos.



A **Meta Específica 1** busca garantir a celeridade dos processos. Nos últimos semestres, o percentual de cumprimento da meta aumentou no STM e diminuiu moderadamente na 1ª instância.



A **Meta Nacional 4** incentiva a priorização do julgamento de processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa. O STM cumpriu a meta, ao passo que na 1ª instância seria necessário o julgamento de mais 37 processos para o cumprimento da meta.



A **Meta Específica 2** busca realizar ações que divulgam a Justiça Militar da União para a sociedade. Em 2018, essa meta foi cumprida tanto no STM como na 1ª instância.



RESULTADO DA GESTÃO ▶ Objetivos Estratégicos e Resultados

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

PROJETOS/AÇÕES

INDICADORES

Modernização e Aprimoramento da Atividade Judicante



Assegurar a celeridade e a transparência na tramitação das ações penais militares

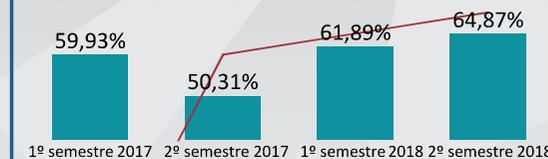


e-Proc/JMU: implantação do Sistema de Processo Judicial por meio eletrônico na JMU

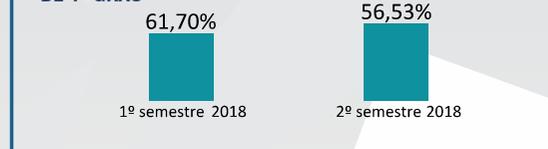


Boletim Estatístico: divulga os dados quantitativos sobre o trâmite processual e a atividade judicante da JMU

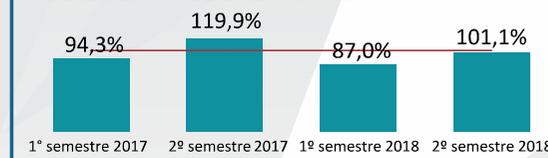
TEMPO DE DECISÃO TERMINATIVA DE PROCESSO NO STM



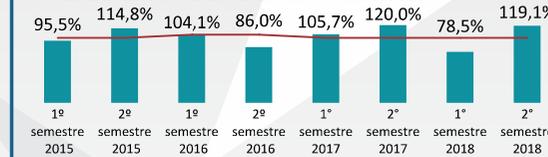
TEMPO DO PROCESSO NA FASE DE CONHECIMENTO DE 1º GRAU



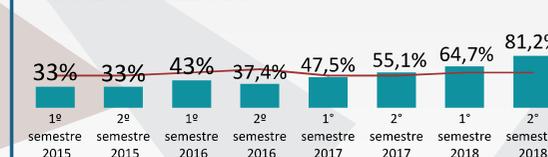
ATENDIMENTO À DEMANDA NO STM



ATENDIMENTO À DEMANDA NA 1ª INSTÂNCIA



ACÓRDÃOS PUBLICADOS



Resultado  
Meta

RESULTADO DA GESTÃO ▶ Objetivos Estratégicos e Resultados



PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL LITIGIOSA



1 TRIBUNAL



15 MINISTROS



12 CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS MILITARES



19 AUDITORIAS



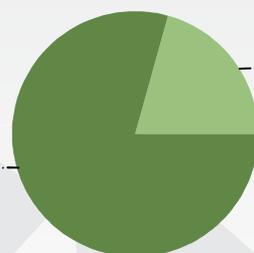
38 JUÍZES FEDERAIS



1 CORREGEDORIA

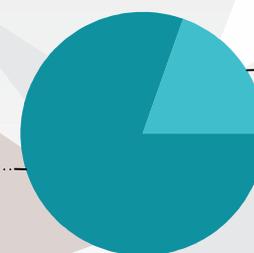
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Casos Recursais  
836



Casos Originários  
218

Demais Classes  
4.088



Ações Penais  
998

RESULTADO DA GESTÃO ▶ Objetivos Estratégicos e Resultados

PROCESSOS JULGADOS

90 sessões plenárias > das quais 13 foram extraordinárias

992 processos julgados, dos quais

223 Casos Originários,

498 Recursos oriundos de Instância Inferior,

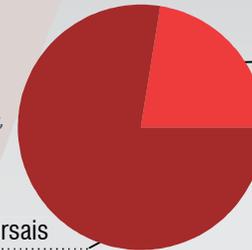
223 Recursos Internos e

48 Recursos a Instância Superior

Casos Recursais

769

STM



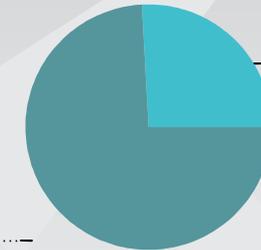
Casos Originários

223

3.792 audiências

3.842 processos julgados

1ª INSTÂNCIA



Ações Penais

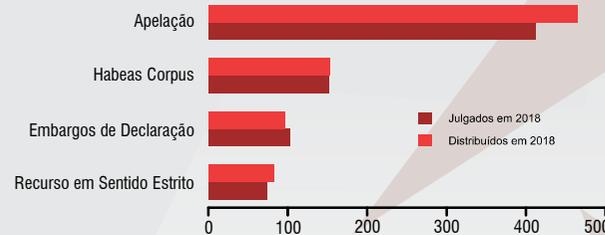
994

Demais Classes

2.848

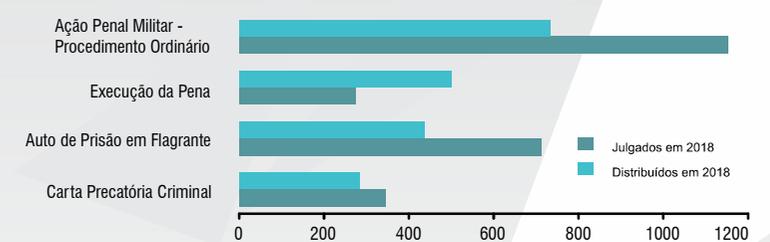
CLASSES PROCESSUAIS DE MAIOR INCIDÊNCIA

STM



O total de processos referente as 4 (quatro) classes elencadas acima representa 76% do total de distribuídos no ano.

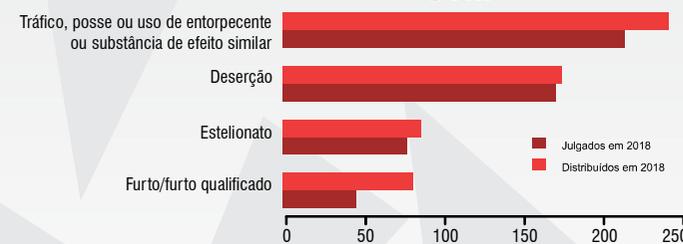
1ª INSTÂNCIA



O total de processos referentes às 4 (quatro) classes elencadas acima representa 68% do total de distribuídos no ano.

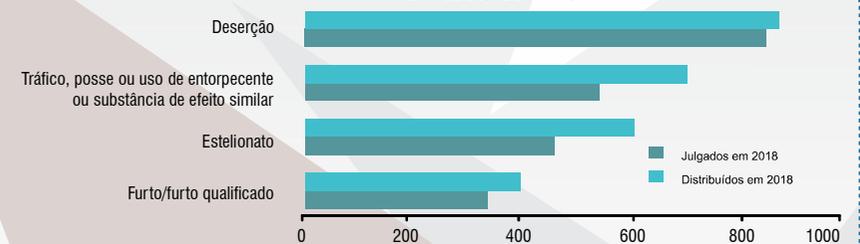
ASSUNTOS DE MAIOR INCIDÊNCIA

STM



O total de processos referente as 4 (quatro) classes elencadas acima representa 76% do total de distribuídos no ano.

1ª INSTÂNCIA



O total de processos referentes as 4 (quatro) assuntos elencados acima representa 57% do total de distribuídos no ano.

**RESULTADO DA GESTÃO** Área de Apoio

Por área de apoio da JMU entende-se como aquelas unidades organizacionais que dão suporte técnico, jurídico e administrativo às atividades finalísticas da instituição. Portanto, são os macroprocessos secundários que propiciam as condições necessárias para a execução dos objetivos estratégicos propostos no PE-JMU.

**Unidades de Apoio Executoras de Projetos Estratégicos**

Unidades	Distribuição por Unidade 2018	Marcos de Entrega Definidos 2018	Marcos de Entrega Cumpridos 2018	Execução
DITIN	6	44	39	100%
AGEST	1	6	6	100%
DIPES	1	16	16	100%
DIDOC	2	14	14	89%
SECIN	1	4	2	83%
DIRAD	3	18	15	50%
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>102</b>	<b>92</b>	<b>90%</b>

Nesse sentido, com base nos objetivos estratégicos, as unidades de apoio desenvolvem projetos e ações (iniciativas estratégicas), que agregam valor direto à cadeia finalística da JMU. Vale lembrar que os projetos e ações são propostos com os devidos indicadores de desempenho a fim de avaliar os resultados por eles alcançados com base em metas previamente estabelecidas. A cadeia cliente-fornecedor, que demonstra a lógica de entrega das atividades desenvolvidas pelas áreas de apoio e finalística, pode ser observada a seguir:



RESULTADO DA GESTÃO ▶ Objetivos Estratégicos e Resultados

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

PROJETOS/AÇÕES

INDICADORES

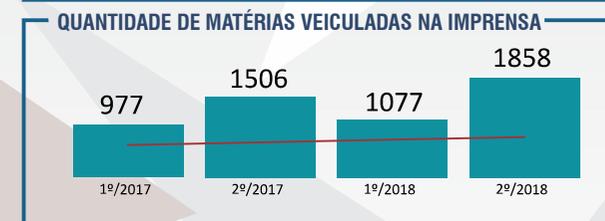
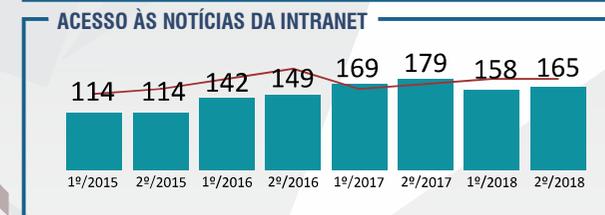
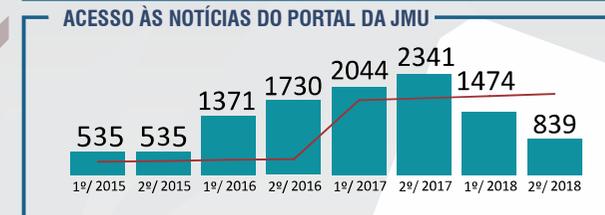
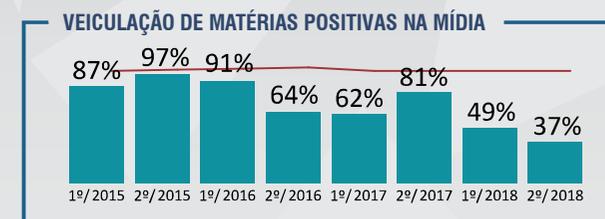
Aprimoramento da Comunicação e da Visibilidade Institucional

- Ampliar a atuação da comunicação direcionada aos públicos interno e externo da Justiça Militar da União
- Aprimorar o emprego de mídias eletrônicas
- Promover a transparência e o acesso a informação

**Boletim Estatístico: Divulga os dados quantitativos sobre o trâmite processual e a atividade judicante da JMU**

**Utilização do software Rybená: tradução dos textos do Portal do STM do português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou convertidos da escrita para a voz falada**

**Transmissão “ao vivo” das sessões de julgamento do STM pelo Youtube**



■ Resultado  
— Meta

 RESULTADO DA GESTÃO > Principais canais de comunicação com a sociedade



PRINCIPAIS CANAIS DE  
**COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE**



A JMU conta com canais de comunicação que possibilitam o acesso da sociedade às suas informações de forma virtual e física. Mesmo com sua atuação principal voltada majoritariamente para um público específico - jurisdicionados militares das Forças Armadas-, a instituição tem buscado ampliar a sua interação com os cidadãos.

Destaca-se que a orientação desse relacionamento baseia-se nos Atributos de Valor previsto no PE-JMU, que permeiam todas as atividades da instituição: Ética, Imparcialidade, Acessibilidade, Modernidade, Celeridade, Responsabilidade Social e Ambiental, Probidade e TRANSPARÊNCIA. Este último atributo, em especial, tem sido a pedra angular no

relacionamento com a sociedade e das atividades de relacionamento institucional.

Nesse sentido, a JMU possui diversos canais de comunicação pelos quais o STM e as Auditorias Militares fornecem informações de forma rápida e clara para qualquer cidadão. Por meio dos canais existentes, a JMU dá publicidade às informações institucionais, dados oficiais, políticas e projetos.

É válido ressaltar que o principal canal de comunicação da JMU é o sitio eletrônico do Superior Tribunal Militar. O portal [www.stm.jus.br](http://www.stm.jus.br) reúne as notícias relacionadas à JMU, serviços que devam ser prestados aos interessados, a solicitação de atendimento às demandas da Lei de Acesso à Informação (LAI), além de oferecer a qualquer pessoa interessada o acompanhamento de processos, de licitações e de contratos realizados.



**TRANSPARÊNCIA**

Em 2018, houve a disponibilização, no Portal do Cidadão, do Boletim Estatístico da JMU <https://bit.ly/2wPF7i3>, que reforça a importância dada à publicidade de informações sobre a atividade-fim realizada pela instituição. Ressalta-se que o referido Boletim, publicado mensalmente, reúne dados quantitativos sobre processos julgados na Primeira Instância e na Instância Superior, bem como outras informações relevantes. Essa publicação facilita o acesso da sociedade a dados que antes precisavam ser solicitados formalmente aos órgãos da JMU.

Por meio do seu portal, a JMU divulga ainda todo o conteúdo referente à Gestão Estratégica da instituição <https://bit.ly/2XFzTRL>. Em um espaço destinado especificamente à respectiva temática, são apresentados o PE-JMU/2012-2020, bem como os dados estatísticos, as ações socioambientais propostas pelo Plano de Logística Sustentável da JMU e as metodologias de trabalho desenvolvidas pelos escritórios de projetos e de processos do STM.



**REDES SOCIAIS**

O STM também está presente nas redes sociais, que, atualmente, se configuram como um canal direto e interativo de aproximação e diálogo com o cidadão.

Porém, é no *YouTube* que essa interação tem sido reforçada. A partir de 2018, as Sessões de Julgamento do STM passaram a ser transmitidas “ao vivo”, permitindo ao público fazer comentários a respeito das matérias que lhe interessam.

**Em 2018, foram transmitidas  
89 das 90 sessões  
de Julgamento**



RESULTADO DA GESTÃO Principais Canais de Comunicação com a Sociedade



ACESSIBILIDADE AO CONTEÚDO DO PORTAL DO STM



Ainda em 2018, o STM implementou o *software* Rybená que ampliou o alcance do conteúdo produzido para as pessoas com deficiência. A partir da utilização da referida ferramenta, os textos do Portal do STM são traduzidos do português para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ou convertidos da escrita para a voz falada.

A implantação da solução teve o objetivo de oferecer ao respectivo público a possibilidade de entendimento do conteúdo produzido pela JMU.



RESULTADOS DO SERVIÇO DE OUVIDORIA

Estruturada em 2013, a Ouvidoria da JMU atua tanto externamente, por meio do atendimento ao público em geral, como internamente.

Para recepcionar as manifestações dos cidadãos, o STM disponibiliza diversos canais, tais como a internet, a carta, o telefone e o atendimento presencial.

As mensagens recebidas pela Ouvidoria são registradas em sistema próprio e, quando necessário, repassadas às áreas interessadas. Muitas das dúvidas levantadas pelos cidadãos são resolvidas com as informações constantes no próprio Portal do STM.



A JMU mantém, como programa de esclarecimento ao público, visitas agendadas que trazem ao STM estudantes universitários. A iniciativa busca, principalmente, a aproximação com o público estudantil, tendo em vista que não há disponível, nos cursos acadêmicos, cadeira voltada ao Direito Penal Militar.



1 NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
O STM recebeu 43 instituições (Faculdades e Universidades), alcançando um público de cerca de 1.200 pessoas.

2 NAS AUDITORIAS DA JMU  
Na 1ª instância, os Juizes Federais proferiram 48 palestras em diversos eventos e 11 instituições visitaram as auditorias da JMU

O STM também buscou estreitar laços com os Deputados Federais e Senadores por meio dos seus assessores parlamentares que atuam naquelas Casas Legislativas. O programa de visitaçao ao STM, previsto para o público em questão, inclui passagem pelas unidades e pelo Arquivo do Tribunal, onde estão dispostos todos os processos históricos da Instituição.

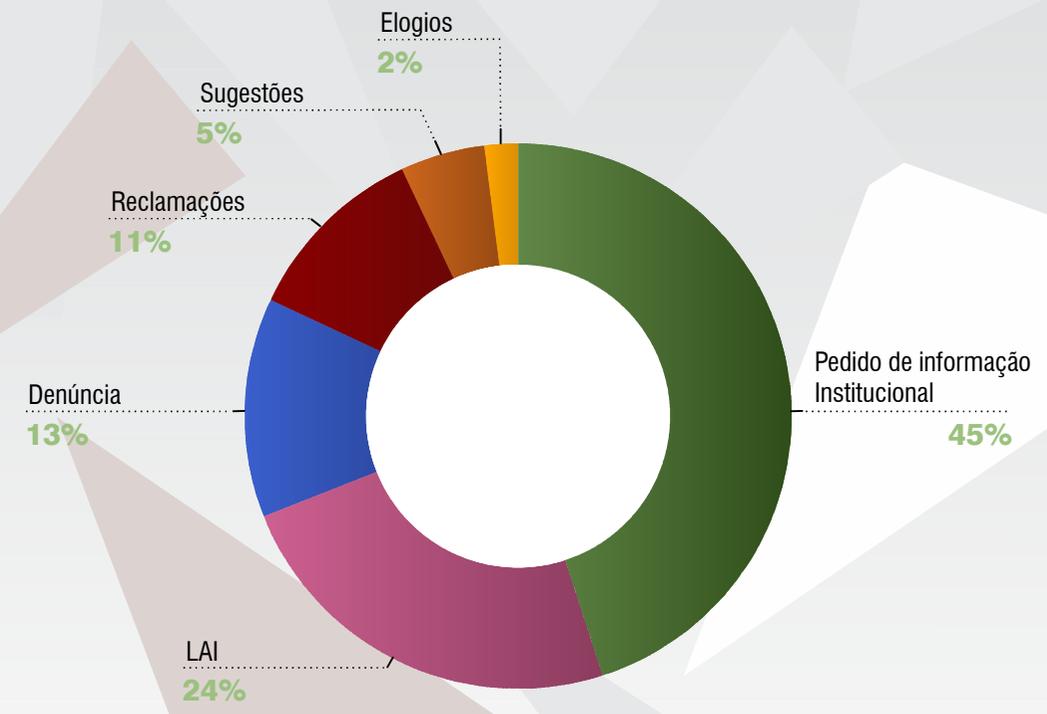
**RESULTADO DA GESTÃO** Principais canais de comunicação com a sociedade

No primeiro semestre de 2018, por exemplo, ocorreu uma quantidade significativa de pedidos de informações institucionais referentes ao concurso público, que estava em andamento à época.

**ATENDIMENTO DE OUVIDORIA**



Dentre as mensagens enviadas por meio da LAI, sobre os mais variados assuntos, as pesquisas de autos findos foram as mais solicitadas ao longo do respectivo período.



RESULTADO DA GESTÃO Principais canais de comunicação com a sociedade

## PRINCIPAL DESAFIO

O Portal STM é o espaço que concentra a maior parte da divulgação das boas práticas institucionais, reunindo notícias escritas, TV e rádio. Todavia, o acesso às notícias do Portal na Internet sofreu um declínio ao longo de 2018 devido, sobretudo, à proliferação do uso das redes sociais - fenômeno impulsionado pela popularização dos smartphones e de seus aplicativos.



## AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS

1 Reformulação dos portais eletrônicos com base nas tendências tecnológicas e no comportamento dos usuários

1

2 Fomentar e incrementar a transparência por meio de dados e das práticas institucionais

2

3 Investimento na capacitação do quadro de pessoal da Assessoria de Comunicação (ASCOM/STM) com vistas à modernização no uso das redes sociais

3

4 Desenvolvimento de sistema informatizado para possibilitar ao cidadão acompanhar o andamento das solicitações direcionadas à Ouvidoria

4



**RESULTADO DA GESTÃO** ▶ **Objetivos Estratégicos e Resultados**

**OBJETIVO**

**ESTRATÉGIAS**

**Aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação e Comunicação**

 Aperfeiçoar e modernizar a prestação de serviços de atendimento ao usuário de Tecnologia da Informação

 Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação

 Assegurar soluções adequadas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

 Aprimorar a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para suporte às atividades administrativas e judiciais

**PROJETOS/AÇÕES**

 e-Proc/JMU: Implantação do Sistema Judicial por meio eletrônico na JMU

 Programa Modernização de equipamentos, infraestrutura e segurança de TIC - PROMOTIC- JMU: Inter-relaciona os projetos de suporte à implantação do sistema e-Proc/JMU

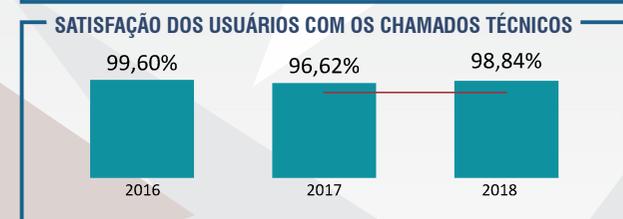
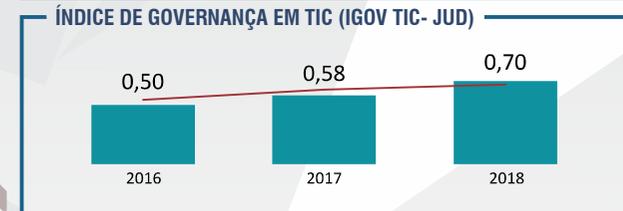
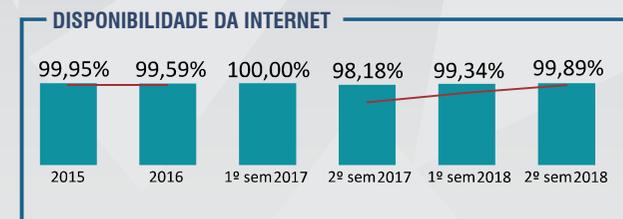
 SEI - JULGAR: Implantação do SEI 3.0 na JMU, tendo como principal entrega o módulo do SEI-JULGAR para Gestão das Sessões Administrativas do STM

 Modernização do Sistema de Recursos Humanos: Implementação de sistemas de recursos humanos

 Modernização do SIPOC: Desenvolvimento de um novo Sistema de Planejamento, Orçamento e Controle (SIPOC) para a JMU, em plataforma disponível para a internet

 Sistema de Gestão Administrativa e Financeira - GEAFIN: Implantação do Sistema de Gestão Patrimonial e de Material na JMU

**INDICADORES**



■ Resultado  
— Meta

 RESULTADO DA GESTÃO > Gestão de Tecnologia da Informação



CONFORMIDADE  
**LEGAL**

Para assegurar a **conformidade legal da gestão de TI**, o STM observa a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), prevista na Resolução CNJ nº 211 de 15 de dezembro de 2015. Observa-se, também, no âmbito da JMU, a Resolução CNJ nº 182/2013, que dispõe sobre as diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação. É válido notar, ainda, que a gestão de TI, na JMU, está delineada em normativos internos. A Resolução STM nº 243/2017 dispõe sobre a criação do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC), tendo como principal missão promover ações para garantir a aderência das iniciativas, projetos, infraestrutura, segurança e serviços de TICs, sistemas digitais e política de pessoal de TI às necessidades e aos objetivos do Planejamento Estratégico institucional e à Governança Corporativa. Destaca-se, também, a criação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), disposto na Resolução STM nº 223/2016, com vigência de 2016 a 2020.



MODELO DE  
**GOVERNANÇA DE TI**

O **Modelo de Governança de TIC do STM** está alinhado à ENTIC-JUD, tendo como principal instância o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC). Além disso, foi instituído, também, o Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), com as atribuições de elaborar planos táticos e operacionais da área de TIC, analisar demandas, acompanhar a execução dos planos, estabelecer indicadores operacionais, propor replanejamentos e apoiar, tecnicamente, mediante demanda específica, o Comitê de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC) na elaboração do plano estratégicos, plano diretor; e indicadores e metas de TIC.

Em 2016, com base em práticas de governança e de gestão previstas em leis, regulamentos, normas técnicas e modelos internacionais de boas práticas, o Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CNGTIC.PJ) elaborou questionário composto por tópicos subdivididos entre o domínio de Governança e Gestão de TIC e o domínio de Infraestrutura de TIC.

O primeiro domínio - Governança e Gestão de TIC - é composto por 4 dimensões responsáveis por avaliar os seguintes aspectos:

- 1 DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO
- 2 DAS ESTRUTURAS, MACROPROCESSOS E PROCESSOS



- 3 DAS COMPETÊNCIAS, DESENVOLVIMENTO E DESEMPENHO DAS PESSOAS
- 4 DOS RISCOS, MONITORAMENTO E AUDITORIA - CONTROLE DE GESTÃO

O domínio da Infraestrutura de TIC, por sua vez, é composto por 2 dimensões que avaliam os aspectos:



- 1 DOS SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO E NIVELAMENTO
- 2 DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

## RESULTADO DA GESTÃO Gestão de Tecnologia da Informação

Com intuito de completar o questionário, além das seis dimensões constantes nos dois domínios descritos anteriormente, foi estabelecida uma sétima dimensão:

### Detalhamento

Visa levantar dados e resultados necessários ao melhor entendimento da realidade nacional do Poder

A primeira aplicação do questionário eletrônico foi denominada “Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário - iGovTIC- JUD”. Em 2018, esse levantamento ocorreu no mês de julho e contou com a participação de 92 órgãos, os quais foram classificados, de acordo com as notas obtidas entre os níveis de maturidade “Baixo”, “Satisfatório”, “Aprimorado” e “Excelência”. No ano de 2018, o índice de governança obtido (iGovTIC-JUD) pelo STM foi 0,7, o que descreve um nível de maturidade do tipo “Aprimorado”, conforme tabela de evolução abaixo:

Nota do órgão		Nível de Maturidade	
0,7		Aprimorado	
Classificação 2018			
Segmento (Superior)	Porte (Grande)	Geral	
2º (de 4)	10º (de 27)	30º (de 92)	
Evolução iGovTIC- JUD do STM			
2016	2017	2018	
0,5	0,58	0,7	

Nota	Classificação
0,0 a 0,39	Baixo
0,4 a 0,69	Satisfatório
0,7 a 0,89	Aprimorado
0,9 a 1,0	Excelência

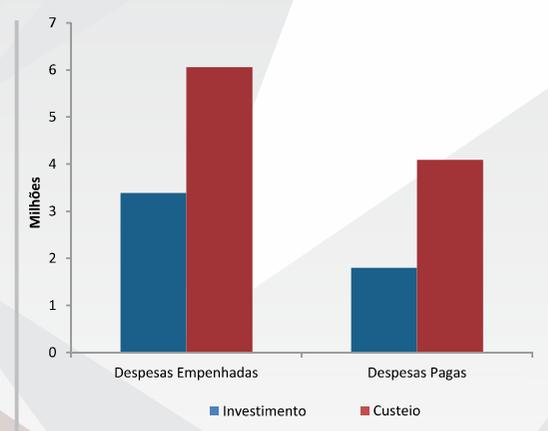


### CONTRATAÇÕES DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No STM, são aplicados os dispositivos da Resolução CNJ nº 182/2013 para as contratações de TIC. O detalhamento do Plano de Contratações aprovado em 2018 está disponível no endereço eletrônico: <https://bit.ly/2F8jkXf>. Neste mesmo repositório, é possível ver a execução do plano orçamentário de TIC em 2018, na qual estão divididos por encargo e natureza de despesa com a respectiva execução.

Montante dos recursos aplicados na área de TIC, em 2018, por meio das ações de Modernização Tecnológica e Gestão da Informação, e de Desenvolvimento e Implantação do e-Proc/JMU, conforme tabela abaixo:

Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
Investimento	R\$ 3.386.083,48	R\$ 1.801.289,31
Custeio	R\$ 6.055.302,68	R\$ 4.091.845,11
TOTAL	R\$ 9.441.386,16	R\$ 5.893.134,42



**RESULTADO DA GESTÃO** Gestão de Tecnologia da Informação

**IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL POR MEIO ELETRÔNICO**

Em 15 de maio de 2017, o STM realizou um acordo de cooperação com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) para cessão do sistema e-Proc/JMU, já implantado no TRF4 e no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJ-TO). As ações de parametrizações e customizações, necessárias para adequação do sistema à realidade da JMU, foram finalizadas em 6 (seis) meses.

Foram previstas e realizadas as seguintes ações para a conclusão da implantação do e-Proc na JMU:

DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO	AÇÕES E CUSTOS EM 2017	AÇÕES E CUSTOS EM 2018*
<p><b>1</b> IMPLANTAÇÃO DO e-Proc/JMU NO STM</p>	<p>Acordo de cooperação com o TRF4 para cessão do sistema e-Proc/JMU;</p> <p>Resolução de implantação do processo judicial por meio eletrônico na JMU, contendo cronograma de implantação do sistema;</p> <p>Implantação do sistema em novembro de 2017 no Superior Tribunal Militar;</p> <p>Implantação do sistema em dezembro de 2017 nas Auditorias da 11ª CJM (Brasília).</p>	<p>Implantação do sistema em junho de 2018 nas Auditorias da 1ª CJM, 2ª CJM, 3ª CJM, 4ª CJM, 5ª CJM, 6ª CJM, 7ª CJM, 8ª CJM, 9ª CJM, 10ª CJM, 12ª CJM e Auditoria de Correição.</p>
<p><b>2</b> CUSTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA</p>	<p>R\$ 116.056,35 (custeio) R\$ 152.751,32 (investimento)</p>	<p>R\$ 480.264,44 (custeio) R\$ 29.222,40 (investimento)</p>

\*A partir de 2018, 100% dos processos novos e em tramitação tornaram-se eletrônicos.

**VALOR PAGO EM 2018 - R\$ CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES**

- Contratação de suporte, renovação de garantia e aquisição de equipamentos de videoconferência.  
**R\$ 808.500,00**
- Prestação de serviços especializados em tecnologia da informação e gerenciamento de conexões à Rede Infovia Brasília; Infraestrutura como Serviço (ICS); Serpro Mail e Serpro Drive.  
**R\$ 42.944,62**
- Prestação de serviços de atualização, expansão e sustentação do Software Netbackup (Solução de backup), contemplando serviços de instalação, configuração e manutenção.  
**R\$ 415.000,00**
- Aquisição de equipamentos de rede - Switch Core e Switch Storage Area Network -, com instalação, configuração e garantia de 60 meses e atualização do software de gerenciamento CISCO Prime Infrastructure  
**R\$ 515.275,01**
- Prestação de serviços de comunicação de dados de longa distância (rede WAN padrão VPN/MPLS sobre IP) à JMU.  
**R\$ 499.999,92**

 RESULTADO DA GESTÃO > Gestão de Tecnologia da Informação



CADEIA DE VALOR

CADEIA DE VALOR

Assegurar soluções adequadas de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC

Aprimorar a Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para suporte às atividades administrativas e judiciais

Assegurar soluções adequadas de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC

Assegurar soluções adequadas de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC

Principais iniciativas (Sistemas e projetos) na área de TI

Sistema e-Proc/JMU - Processo Judicial por meio Eletrônico (1ª Instância e STM)

Modernização de equipamentos, infraestrutura e segurança de TIC-PROMOTIC-JMU

Evolução do sistema de planejamento, orçamento e controle (SIPOC)

Sistema de gestão administrativa e financeira - GEAFIN

Principais resultados (Benefícios e impactos)

Justiça Militar da União trabalhando totalmente de forma eletrônica, sem a manipulação de processos físicos (antigos ou novos);  
Capacitação presencial de todo o Tribunal (STM) e de todas as Auditorias (1ª Instância) envolvendo as áreas jurídicas e técnicas;  
Modernização da prestação jurisdicional da Justiça Militar da União, por meio do aumento da eficiência operacional e da agilidade dos trâmites judiciais;  
Aumento da celeridade no processo de julgamento;  
Aprimoramento da comunicação com os demais ramos do Poder Judiciário e com o público externo; e  
Maior transparência dos trabalhos da Justiça Militar da União.

Modernização do parque computacional (computadores, monitores, switches e cabeamento);  
Melhoria na Rede de Comunicação (internet das Auditorias, link com o Arquivo e link com a Garagem);  
Infraestrutura para sala segura (Data Center Modular);  
Aumento da disponibilidade e facilidade na escalabilidade de armazenamento e processamento de dados com a contratação de serviço em nuvem;  
Atualização dos equipamentos de segurança da informação, com o intuito de prover a melhoria do gerenciamento da solução; e  
Melhoria da disponibilidade e replicação dos dados com a atualização de licenças do software de banco de dados.

Desenvolvido em plataforma web e disponível pela internet; e  
A versão aprimorada no ano de 2018 já permite executar um ciclo orçamentário completo (planejamento e execução).

Evolução de plataforma e disponível para acesso pela internet;  
Redução no esforço de construção, visto que foi utilizado o sistema já desenvolvido pelo TRF4;  
Assinatura eletrônica para recebimento do material, dispensada a necessidade de impressão do pedido; e  
Com a futura entrega completa do sistema, será permitida a descentralização para cada Auditoria da gestão do material de consumo e permanente.

 RESULTADO DA GESTÃO > Gestão de Tecnologia da Informação

 SEGURANÇA DA  
INFORMAÇÃO



STM, por meio da Resolução STM nº 194/13, instituiu o Comitê Gestor de Segurança da Informação.



Implantação do registro biométrico no sistema de ponto eletrônico do STM.



Resolução STM nº 222/2016, posteriormente alterada pela Resolução STM nº 226/2016, instituiu a Política de Segurança da Informação e Comunicação.



Contratação de Data Center modular com o objetivo de atendimento aos requisitos mínimos de infraestrutura.



Atualização dos equipamentos de segurança de borda no STM e Auditorias.



Aquisição de equipamentos redundantes de rede e início da replicação de dados na infraestrutura do SERPRO.



## RESULTADO DA GESTÃO ▶ Gestão de Tecnologia da Informação

### AÇÕES FUTURAS PLANEJADAS

Executar o projeto de implantação do Data Center modular com site backup; Desenvolvimento do módulo e-Social, de acordo com os papéis e responsabilidades de cada unidade envolvida;

Implantação da descentralização patrimonial por meio do sistema GEAFIN incluindo capacitação e atualização de normativos e legislações pertinentes;

Visualização e extração de dados estratégicos por meio da disseminação do uso de painéis gerenciais, desenvolvidos em ferramentas de análise e descoberta de dados;

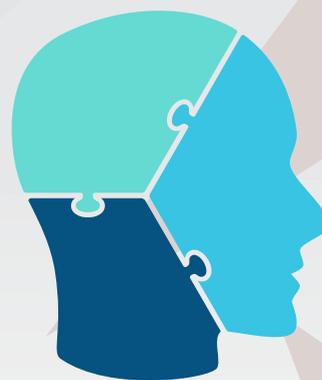
Aprimorar a solução de gravação de audiências e armazenamento de arquivos;

Implantação do sistema de Central de Serviços; e

Consolidação do e-Proc/JMU na interoperabilidade com outros sistemas do CNJ por meio do MNI e Escritório Digital.



### DIFICULDADES OU FRAQUEZAS



Capacidade limitada de corpo técnico no atendimento das demandas para o desenvolvimento de soluções tecnológicas e, conseqüentemente, alongamento do prazo na execução dos projetos;

Perda do conhecimento técnico, em razão da aposentadoria e nomeação de servidores da área de tecnologia da informação em outros órgãos; e

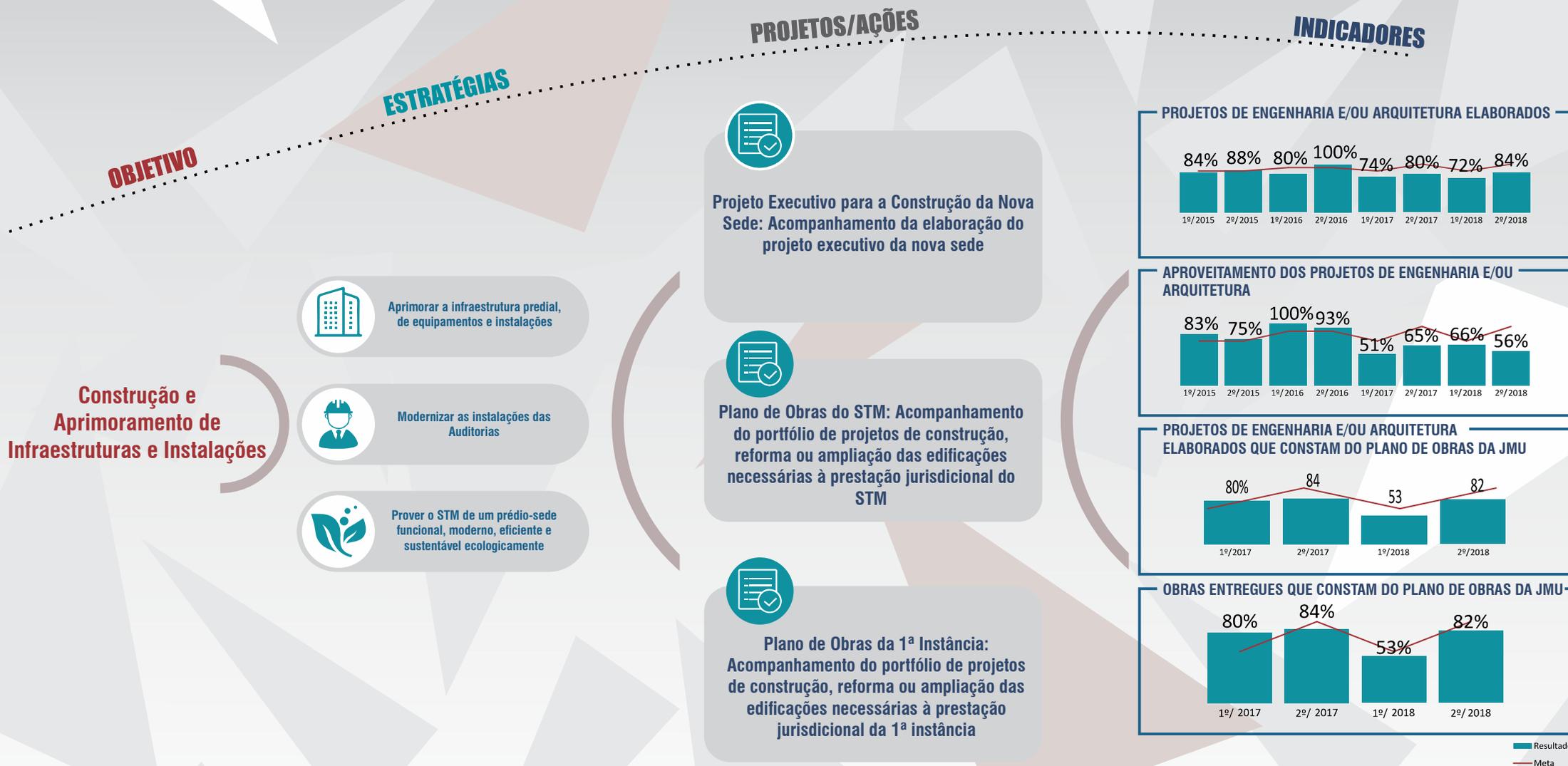
Restrição orçamentária para a execução dos projetos já planejados.

### RISCOS



- 1 Infraestrutura tecnológica insuficiente para o atendimento e sustentação de todos os processos de negócios;
- 2 Inexistência de Plano de Continuidade de Negócios;
- 3 Alteração e interrupção de projetos estratégicos já planejados / em execução;
- 4 Dependência dos fornecedores e prestadores de serviços no cumprimento dos prazos e níveis mínimos de serviços estabelecidos em cláusulas contratuais;
- 5 Sobrecarga às chefias na área de TI, trazendo-lhes, ainda, dificuldades em exercer, de forma mais eficaz, as funções de planejamento, direção, coordenação e avaliação dos respectivos trabalhos, bem como aplicar a liderança administrativa eficiente perante suas equipes. Isso compromete não somente a gestão, mas, também, a governança de TI; e
- 6 A não aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC – 2019/2020) pelo Comitê de Governança de TIC.

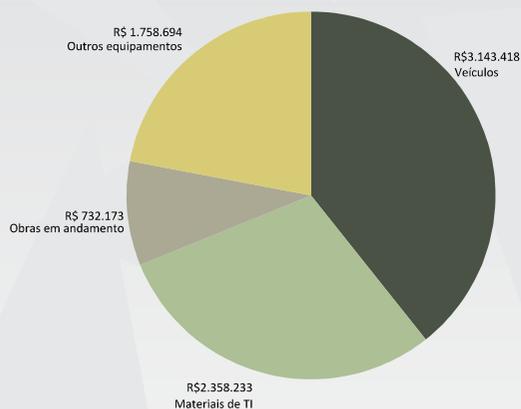
RESULTADO DA GESTÃO ▶ Objetivos Estratégicos e Resultados



**RESULTADO DA GESTÃO** ▶ Gestão Patrimonial e Infraestrutura

**INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS**

Em 2018, a JMU investiu **R\$ 7.993.912** em obras, aquisições de materiais de telecomunicações, veículos e outros equipamentos.



Os investimentos realizados objetivaram a melhoria na infraestrutura das unidades do STM, com aprimoramento da qualidade de iluminação, conforto térmico, mobilidade interna e acessibilidade, assim como a otimização da distribuição física de servidores e dos espaços físicos.

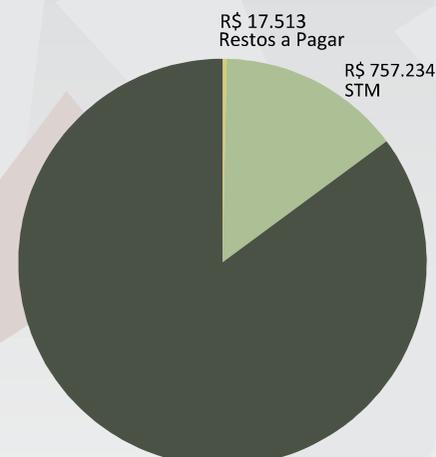
**DESFAZIMENTO DE ATIVOS**

Não houve desfazimentos de ativos no ano de 2018, em virtude da proibição contida no § 10 do artigo 73 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas a serem observadas durante o período eleitoral.

**LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS**

A JMU conta com dois imóveis alugados. Um dos edifícios encontra-se localizado no Setor de Indústrias e Abastecimento-SIA, no Distrito Federal (contrato assinado em 20/12/2016), para acomodação da Seção de Arquivo e da Seção de Editoração e Revisão, seções estas subordinadas à Diretoria de Documentação e Divulgação-DIDOC. Já o outro edifício fica situado no Setor de Autarquias Sul-SAS para acomodação das Auditorias da JMU sediadas em Brasília-DF (contrato assinado em 02/09/2010).

**TOTAL PAGO EM ALUGUÉIS NO EXERCÍCIO DE 2018**  
**R\$ 5.214.747**



**MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES**

Em 2018, houve a desmobilização da Diretoria de Pessoal a fim de permitir a reforma do 12º pavimento do edifício-sede do STM. Este pavimento foi projetado com tecnologias que serão usadas na nova sede do STM, e servirá como laboratório de aprendizado para a manutenção e conservação de espaços e

decisão efetiva sobre tecnologias a serem adotadas. Ressalte-se que os servidores da referida diretoria foram alocados em outras dependências do STM, dispensando o aluguel de outro imóvel. Ademais, destaca-se que a 3ª Auditoria, da 3ª CJM, mudou de sede, ocupando, atualmente, o edifício vago deixado pela mudança da Subseção Judiciária de Santa Maria-RS, da Justiça Federal da 4ª Região.

**CONFORMIDADE LEGAL**

Os procedimentos de registro e desfazimento de material permanente passam por análise das áreas contábil e de controle interno do STM, garantindo a observância da legislação aplicável, em especial a Lei nº 4.320/64, o Decreto 9373/18, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional, e o Manual de Administração do Patrimônio e do Material da Justiça Militar da União. É válido notar que a amortização, a exaustão, a reavaliação e a redução ao valor recuperável serão realizadas com a implantação do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira (GEAFIN), cedido ao STM, sem custos, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

RESULTADO DA GESTÃO ▶ Gestão Patrimonial e Infraestrutura

## DESAFIOS NA INFRAESTRUTURA E GESTÃO PATRIMONIAL



Dentre os principais desafios, destaca-se o cumprimento das normas contidas na Resolução STM nº 185/12 <https://bit.ly/2wRM69X> e do respectivo do Plano de Obras da JMU <https://bit.ly/31nZReN> bem como a conclusão da implantação do novo sistema de gestão patrimonial (GEAFIN), que permitirá a descentralização do controle patrimonial para as Auditorias da JMU.

**RESULTADO DA GESTÃO** ▶ **Objetivos Estratégicos e Resultados**

**OBJETIVO**

**ESTRATÉGIAS**

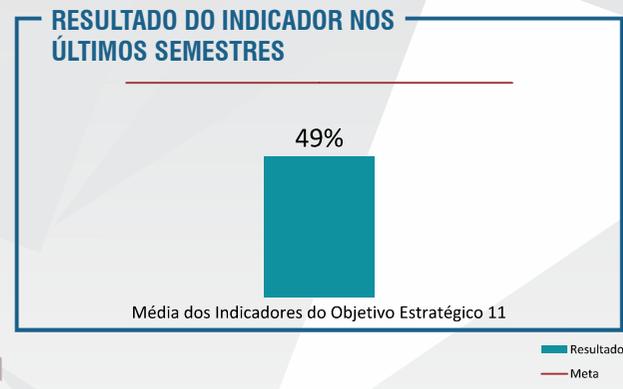
**PROJETOS/AÇÕES**

**INDICADORES**

**Aperfeiçoamento e Modernização da Gestão e da Estrutura Administrativas e das Ações de Controle**

-  Aperfeiçoar a gestão documental
-  Aperfeiçoar e intensificar as ações de controle interno
-  Aperfeiçoar e modernizar a gestão patrimonial

-  Descrição Documental do Acervo Arquivístico do STM: Identificar o acervo documental do STM
-  Digitalização e Restauração do Acervo Processual Histórico: Digitalizar e restaurar o acervo processual histórico do STM
-  Implantar o Processo de Gestão de Riscos na JMU: Estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades para viabilizar a implementação da Gestão de Riscos na JMU
-  Sistema de Gestão Administrativa – GEAFIN: implantação na JMU do Sistema de Gestão Patrimonial e de Material
-  Gestão de Processos: desenvolver ações de transformação da gestão com uma visão fundamentada na revisão e no aprimoramento dos processos organizacionais



RESULTADO DA GESTÃO Gestão de Licitações e Contratos

292 processos de contratação em 2018

119 pregões eletrônicos

156 contratações diretas

17 em outros tipos de modalidades

Principais Contratações Diretas

- Fundação Athos Bulcão
- Centro de Treinamento de Educação Física (CETEFÉ)
- Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)

CONTRATAÇÕES DIRETAS JUSTIFICATIVAS

Entre as contratações diretas, destaca-se a contratação de associação de pessoas com deficiência para auxiliar as ações de gestão, preservação e divulgação do acervo histórico do STM (inciso XX do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993), assim como a prestação de serviços de informática à pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, para acesso à

Rede INFOVIA Brasília (inciso XVI art. 24 da Lei nº 8.666/93).

Além disso, ressalta-se a contratação, por inexigibilidade, de serviços técnicos exclusivos para recuperação e restauro de painéis do artista Athos Bulcão, localizados no térreo do edifício-sede do STM (inciso II, do art. 25 da Lei nº 8.666/93).



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

1. TÁXI-STM/COBRAS
2. ATLAS SCHINDLER
3. OUTSOURCING DE IMPRESSÃO/ADVEN
4. DATA CENTER DO STM/FLASHX
5. REFORMA DO 12º PAVIMENTO/ALPHA SERVICE

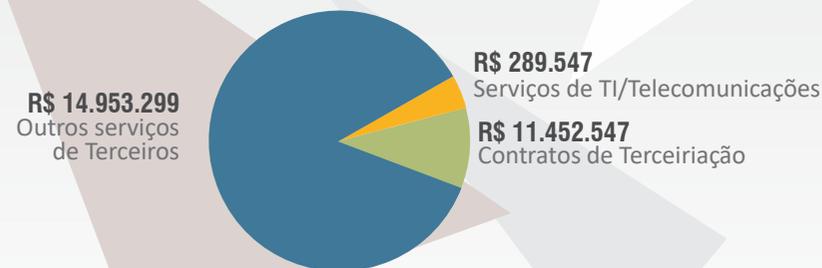
JUSTIFICATIVAS

1. Prover melhorias no transporte de pessoas em serviço e de pequenas cargas do STM
2. Modernização dos elevadores do edifício-sede do STM
3. Prover a redução do parque de impressão do STM e dos gastos com a respectiva manutenção
4. Garantir a segurança dos equipamentos, serviços e dados do STM
5. Melhorar a infraestrutura física para o funcionamento das atividades institucionais

VALOR PAGO EM 2018 COM CONTRATAÇÕES



Valor gasto por finalidade	Total pago em 2018(em R\$)
Aquisições TI / telecomunicações	2.358.233,63
Obras em andamento	732.173,00
Equipamentos em geral	1.758.694,14
Locação de imóveis	5.214.747,85
Água e esgoto	596.251,52
Energia elétrica	2.362.748,38
Aquisição de veículos	3.143.418,00
Combustíveis e lubrificantes	454.331,59
Seguros em geral	188.604,42
Contratos de terceirização- Apoio Administrativo, técnico e operacional	6.798.515,67
Contratos de terceirização- exercicios anteriores	306.150,56
Contratos de terceirização- Limpeza e conservação	6.135.860,50
Contratos de terceirização- Manutenção e conservação de bens imóveis	1.596.846,34
Contratos de terceirização- Manutenção e conservação de bens móveis	37.433,32
Contratos de terceirização- Serviços de copa e cozinha	1.770.850,94
Contratos de terceirização- Suporte a usuários de TI	10.385,86
Contratos de terceirização- Suporte de infraestrutura de TI	7.405,89
Contratos de terceirização- Vigilância ostensiva	8.029.983,43
Locação de máquinas e equipamentos	19.542,70
Manutenção de máquinas e equipamentos/bens moveis	625.818,90
Material de consumo	2.896.587,38
Outras despesas de custeio	873.774,88
Outros serviços de terceiros	14.207.136,56
Outros serviços de terceiros (Pessoa Física)	746.162,61
Passagens	4.062,05
Passagens aéreas	655.425,68
Serviços TI / telecomunicações *	5.757.215,86
Tributos + encargos	289.547,17





## RESULTADO DA GESTÃO ▶ Gestão de Licitações e Contratos



### CONFORMIDADE LEGAL

É válido lembrar que, visando garantir sua conformidade legal, todas as contratações e os acordos celebrados pela JMU passam pela análise jurídica da Assessoria de Licitações e Contratos (ASLIC), vinculada ao Gabinete do Diretor-Geral, no intuito de garantir a observação das normas constantes das Leis nºs 8.666/93, 10.502/02, 9.784/99, bem como dos Decretos nºs 5.450/05 e 7.892/13, e das Instruções Normativas MPOG nºs 04/14, 05/17. Ressalta-se, também, a quantidade expressiva de normas editadas nos exercícios de 2018 e 2019, que tiveram impacto direto nas contratações, tais como: Decretos nºs 9.287/18, 9.412/18, 9.488/18, 9.450/18, 9.507/18 e 9.533/18, Instruções Normativas MPOG nºs 03/18, 06/18, 07/18, 08/18, 9/18, 10/18, 1/19, e Portaria MPOG nº 443/18.



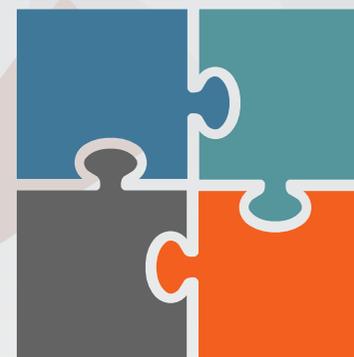
### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Vale lembrar que as licitações e contratações destacadas acima estão alinhadas tanto ao respectivo objetivo estratégico que estabelece o “Aperfeiçoamento e modernização da gestão e da estrutura administrativas e das ações de controle”, bem como permeiam os demais

objetivos previstos no PE-JMU, quais sejam:

- Aprimoramento da comunicação e visibilidade institucional;
- Aperfeiçoamento da tecnologia da informação e comunicação;
- Construção e aprimoramento de infraestruturas e instalações;
- Promoção da qualidade de vida, da saúde e das condições psicossociais.

## DESAFIOS NA GESTÃO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS



A falta de um efetivo planejamento de contratações é o principal desafio da área de licitações e contratos. Faz-se necessária, portanto, maior participação das diversas unidades no planejamento de suas contratações e do efetivo cumprimento dos prazos estabelecidos para a efetivação dos contratos. É um grande desafio da Coordenação de Licitações e Contratos obter a aderência dos demais atores externos (*stakeholders*) no cumprimento da programação estabelecida.

Além disso, é imprescindível a continuação do

mapeamento dos demais processos de contratações, além do procedimento de aplicação de sanções administrativas às contratadas inadimplentes com vistas a permitir seu aperfeiçoamento.

A reestruturação da área de licitações e contratos também se mostra aconselhável pelo trabalho realizado pela AGEST/NEXT, com a criação de uma seção de apoio às unidades requisitantes, cujos estudos de viabilidade da contratação, termos de referências e projetos básicos passariam a ser elaborados com orientação direta daquela área, evitando-se, assim, retrabalho e devoluções de processos para possíveis acertos.

Outro fator de instabilidade das contratações advém da constante mudança na legislação pertinente, o que provoca a necessidade de atualização constante da equipe.

Torna-se necessária, também, a desburocratização no âmbito da JMU, no intuito de tornar os processos de contratações mais céleres, tendo em vista que os referidos processos já observam as exigências e os prazos previstos na Lei de Licitações e Contratos e na Lei do Pregão Eletrônico.





## RESULTADO DA GESTÃO > Gestão da Informação, da Documentação e do Conhecimento

O crescimento informacional e documental vivenciado pela JMU demandou a utilização de ferramentas digitais modernas para a gestão da informação, da documentação e do conhecimento. Diante disso, a JMU passou a dirigir e dar suporte efetivo e eficiente ao ciclo informacional, desde o planejamento e desenvolvimento de sistemas até a distribuição, o uso e a preservação da informação, transformando-a em um ativo valioso desta Justiça Castrense.

Ressalta-se que a gestão documental e informacional empreendida pela JMU coaduna-se, ainda, com o objetivo do Poder Judiciário de construir um ambiente desburocratizado e transparente, a fim de tornar a justiça brasileira cada vez mais clara, eficiente e acessível aos cidadãos.

### Legislação Aplicada

**Lei nº 8.159/1991**- Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências

**Lei nº 11.419/2006**- Dispõe sobre a informatização do processo judicial

**Lei nº 12.527/2011** - Regula o acesso a informações

**Recomendação do CNJ nº 37/2011** - Recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname e de seus instrumentos

**Decreto nº 7.724/2012** - Dispõe sobre o acesso a informações



### PRINCIPAIS ATIVIDADES

## DESENVOLVIDAS EM 2018

Com o intuito de disseminar o conhecimento, bem como promover a organização, a recuperação, a conservação e a difusão de informações para subsidiar a tomada de decisões e garantir a preservação histórica da instituição, a JMU implementou, ao longo de 2018, **a Política de Gestão Documental da JMU e Programa de Difusão, Acesso e Preservação da Memória da JMU.**

Merece destaque, também, o projeto de “Digitalização e Restauração do Acervo Processual Histórico do STM”, que vem promovendo **a inclusão de pessoas com deficiência** no desempenho das suas atividades diárias.

### Inovações Tecnológicas Utilizadas na Gestão Documental da JMU

#### Integra-JMU

Ferramenta que reúne, em uma mesma interface, doutrina, jurisprudência e legislação.  
<https://bit.ly/2IHpwXh>

#### Arquimedes

Plataforma de disseminação e preservação do acervo da JMU.  
<https://bit.ly/2Rdj0Lv>

#### Tesouro-JMU

Instrumento de controle terminológico utilizado para traduzir a linguagem natural para uma linguagem sistêmica  
<https://bit.ly/2WfB86Y>

#### SEI-JMU

Sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho.  
<https://bit.ly/2MLDgW9>

### Gestão da Memória

Recolhimento de **3.708** processos judiciais e **714** livros históricos de 1808 a 1989, custodiados às CJMs

**6.294.393** imagens digitalizadas referentes aos processos judiciais históricos

**48.689** processos judiciais históricos descritos e difundidos em sistema de informação

Início da 1ª fase de transcrição dos livros históricos da JMU - cerca de **1900** exemplares

### Gestão Documental

Eliminação de **13.67 terabytes** de e-mails institucionais (JAN2015 / JUN2018)

Eliminação de **1.399** caixa-arquivo de documentos físicos

**100%** dos documentos físicos administrativos classificados

**162,20** metros lineares de documentos do Arquivo Corrente transferidos para o Intermediário



## RESULTADO DA GESTÃO > Gestão da Informação, da Documentação e do Conhecimento

### DESAFIOS ENFRENTADOS EM 2018



Custos e riscos da transformação digital e da produção de massa documental digital

**Dados digitais descentralizados**

Abandono do conceito de documento isolado, passando a entender a informação

**Implantação e disseminação do Repositório Institucional da JMU - Plataforma Integra**

Gigantismo do universo informacional e as consequências disso para o processamento e busca da informação demandada

**Novo paradigma enfrentado pelas Bibliotecas para se tornarem um provedor de serviços de informação e não apenas de acervos bibliográficos**

Melhor utilização dos recursos e plataformas digitais da JMU

**Aprovação dos normativos para a consecução das gestões da informação, documentação e conhecimento**

### AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS



**Implantar ações de desburocratização aprovadas pela administração da JMU**

Pesquisar e escrever o livro História das Auditorias, em comemoração ao centenário das Auditorias Militares

**Iniciar a 2ª fase do Projeto de Transcrição dos Livros Históricos da JMU**

Desenvolver a 2ª fase do Projeto de Recolhimento dos Processos Judiciais custodiadas pelas Circunscrições Judiciárias Militares (CJMs)

**Disseminar o acervo histórico, bibliográfico e normativo da JMU**

Propor a revogação dos Atos Normativos e Provimentos que possuam revogação tácita por desacordo à legislação em vigor ou caducos pelo tempo transcorrido

**Centralizar os pedidos de serviço e pesquisa solicitados pelos usuários por meio do desenvolvimento de um aplicativo que controlará e informará o andamento da solicitação**

Dar continuidade aos procedimentos de povoamento das plataformas Integra e Arquimedes

RESULTADO DA GESTÃO > Sustentabilidade Ambiental

O Superior Tribunal Militar tem observado os critérios de sustentabilidade em suas contratações e compras. Entre eles, merecem destaque:



CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E NAS AQUISIÇÕES

**01** Aquisição de mobiliários, fabricados com madeira, acompanhados de certificado ambiental e selo verde de manejo florestal responsável ou reflorestamento;

**02** Contratação de serviços de recarga e manutenção de extintores de incêndio com base nos requisitos ambientais e critérios previstos pelo INMETRO; previsão que os produtos de recarga adquiridos não contenham substâncias perigosas acima do recomendável;

**03** Aquisição de cadeiras, poltronas e sofás observados os requisitos sustentáveis de fabricação, transporte e armazenamento de produtos;

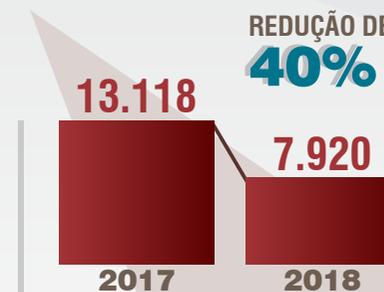
**04** Compra de café torrado, com base na Resolução Conama nº 382/2006, a fim de mitigar os efeitos da respectiva atividade agrícola.

Quanto à aquisição de cartuchos de toner para impressoras, o STM tem determinado que a empresa fornecedora adote procedimento de logística reversa, assim como descarte os cartuchos utilizados e recolhidos de acordo com as políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei.

O projeto arquitetônico da nova sede do STM vem sendo desenvolvido de acordo com a certificação Leed (*Leadership in Energy and Environmental Design*) em padronização de construção sustentável.



REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES



Dentre as principais ações desenvolvidas para a REDUÇÃO DE RESÍDUOS poluentes, ressaltam-se:

- Aplicação do instrumento de logística reversa na destinação final de pilhas, de baterias e de resíduos eletrônicos mediante a disponibilização de coletores no edifício sede do Tribunal;
- Celebração de convênio com o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) para a coleta de resíduos recicláveis;
- Implementação da separação, na origem, de resíduos sólidos por meio de lixeiras identificadas para a adequada destinação no momento de sua geração;
- Aquisição de copos biodegradáveis;

RESÍDUOS HOSPITALARES (em Kg)



Reforma da área para gerenciamento de Resíduos Sólidos no edifício sede do STM – conclusão prevista para fev/2019 – atendimento à Lei Distrital nº 5.610/16

RESULTADO DA GESTÃO ▶ Sustentabilidade Ambiental

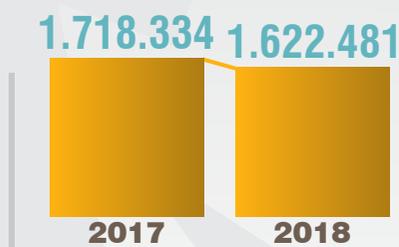
AÇÕES DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS



**Energia elétrica**  
(consumo em kWh)

- Análise da luminosidade e adequação da quantidade de lâmpadas por ambiente;
- Substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED.

Em 2018, 677 lâmpadas fluorescentes foram encaminhadas para a destinação adequada.

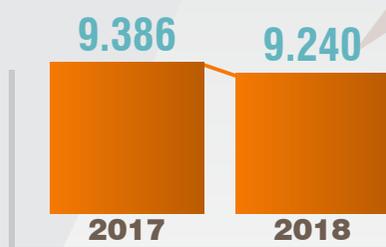


**ECONOMIA GERADA EM 2018** **95.853 kWh**

Fonte: DIRAD/NUSOA

**Água e Esgoto**  
(consumo em m³)

- Realização de manutenções hidráulicas periódicas e preventivas para evitar desperdício de água;
- Substituição de torneiras convencionais nos lavatórios por torneiras com temporizador.



**ECONOMIA GERADA EM 2018** **146 m³**

Fonte: DIRAD/NUSOA

**Papel**  
(consumo em resmas)

- Aplicação dos sistemas jurídicos e administrativos digitais: Processo Eletrônico da JMU (e-Proc/JMU) e Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- Licitação para a terceirização dos serviços de impressão a fim de maior controle do material impresso.



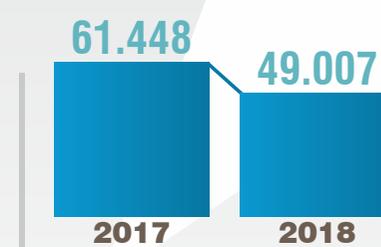
**ECONOMIA GERADA EM 2018** **234 resmas**

Fonte: DIRAD/NUSOA

**Combustível**  
(consumo em litro)

- Ampliação do Sistema Táxi-STM para o deslocamento de servidores em função de atividades administrativas.

REDUÇÃO de cerca de 70% dos gastos com contrato de terceirização de motoristas.



**ECONOMIA GERADA EM 2018** **12.440 litros**

Fonte: DIRAD/NUSOA

RESULTADO DA GESTÃO ▶ Objetivos Estratégicos e Resultados

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

PROJETOS/AÇÕES

INDICADORES

Aprimoramento da Gestão de Pessoas

- Aperfeiçoar a gestão de pessoas
- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de magistrados e servidores



Gestão de Pessoas por Competências: Implantação do método de Gestão de Pessoas por Competências na JMU

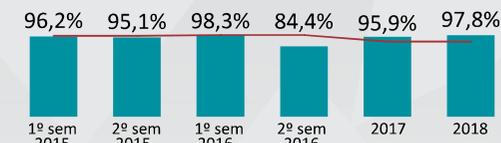


Modernização do Sistema de Recursos Humanos: implementação de sistemas de recursos humanos com o intuito de modernizar a gestão tecnológica do SRH



Programa de Valorização da 1ª Instância (PROGVALOR): construir, de forma customizada, ações que possibilitem o equilíbrio nas relações de trabalho entre a contribuição do servidor e a da JMU

SATISFAÇÃO COM TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO



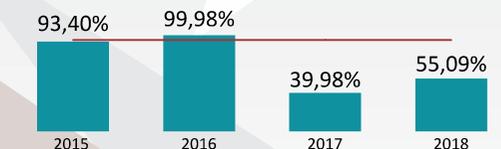
EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO



ORÇAMENTO DE CAPACITAÇÃO NAS AUDITORIAS



EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPACITAÇÃO



Resultado  
Meta

 RESULTADO DA GESTÃO > Gestão de Pessoas

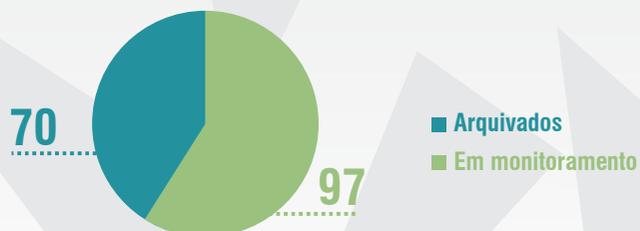
 LEGISLAÇÃO APLICADA

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a JMU observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas tanto pelos órgãos do Poder Judiciário (CNJ), bem como pelos órgãos de controle (Tribunal de Contas da União – TCU).  
Dessa forma, por meio do trabalho de orientação das unidades quanto aos regulamentos aplicáveis (resoluções, julgados etc.), foi possível cumprir as normas sobre a organização judiciária exaradas pelos referidos órgãos.

 APONTAMENTOS DO ORGÃO DE CONTROLE

Por meio do acompanhamento no sistema e-Pessoal do TCU, são detectados os indícios de irregularidades apontadas pelo respectivo Tribunal, além das auditorias preventivas realizadas periodicamente pela Secretaria de Controle Interno. Portanto, todas as diligências e apontamentos dos órgãos de controle são devidamente acompanhados para que sejam dados os devidos atendimentos pelas unidades envolvidas.

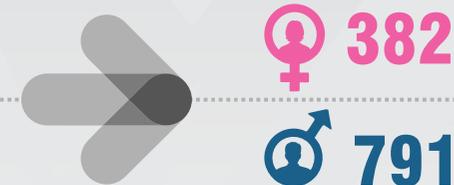
Dentre os 167 apontamentos mais relevantes realizados pelo TCU, em 2018, detalham-se os resultados da seguinte forma:



 DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O quadro de pessoal da JMU, em razão de seu papel, é bastante diversificado, acarretando a necessidade de diversos perfis profissionais.

DOS 1.173 SERVIDORES



ETNIA	AMARELA	12
	BRANCA	438
	PARDA	260
	PRETA	21
	NÃO INFORMADO	442
TOTAL		1.173

FAIXA ETÁRIA	18 a 20	1
	21 a 30	112
	31 a 40	346
	41 a 50	394
	51 a 60	243
	61 a 70	68
	71 a 80	9
TOTAL		1.173

**RESULTADO DA GESTÃO** > **Gestão de Pessoas**

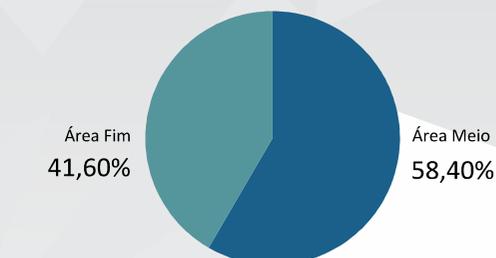
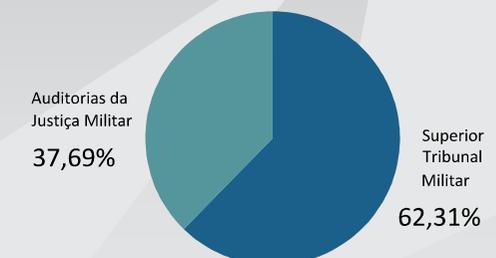


**QUADRO DE MAGISTRADOS DA JMU**

Distribuição por Situação Funcional				
Ministro	Juiz-Corregedor Auxiliar	Juiz Federal	Juiz Federal Substituto	Magistrado cedido ou afastado para curso de capacitação
15	1	18	18	2
1,28%	0,09%	1,53%	1,53%	0,17%

Distribuição dos servidores por unidade de exercício		
Servidores	Superior Tribunal Militar	Auditorias da Justiça Militar
	700	473

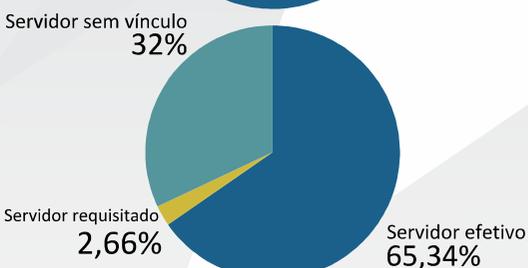
Distribuição dos servidores por área	
Área Fim	Área Meio
488	685



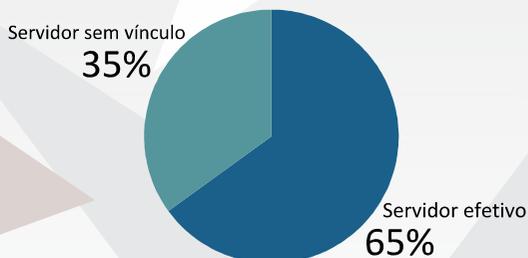
**QUADRO DE SERVIDORES DA JMU**

Distribuição por Situação Funcional						
Servidor Efetivo	Efetivo Cedido/Exercício provisório em outros órgãos	Requisitado/Exercício provisório em outros órgãos	Militar	Cargos em Comissão sem Vínculo	FC-sem Vínculo	Cargos Efetivos Vagos
762	6	13	306	31	1	52
64,85%	0,52%	1,11%	26,09%	2,64%	0,09	

Ocupação dos Cargos em Comissão no STM	
Servidor efetivo	49
Servidor requisitado	2
Servidor sem vínculo	24
Cargos Vagos	0
TOTAL	75

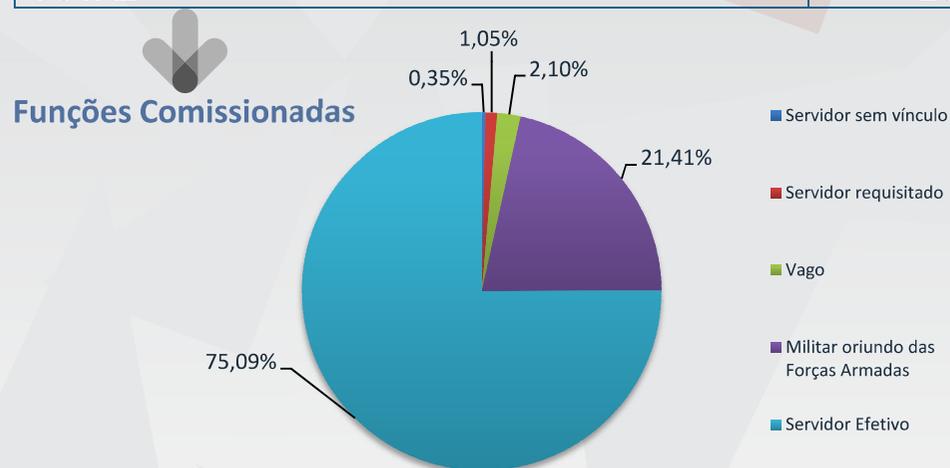


Ocupação dos Cargos em Comissão nas Auditorias	
Servidor efetivo	13
Servidor requisitado	0
Servidor sem vínculo	7
Cargos vagos	0
TOTAL	20



**RESULTADO DA GESTÃO** > **Gestão de Pessoas**

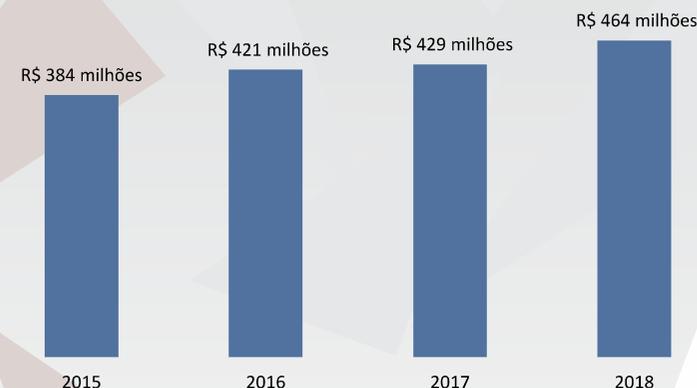
Ocupação das Funções Comissionadas no STM	
Servidor efetivo	214
Servidor requisitado	3
Servidor sem vínculo	1
Militar oriundo das Forças Armadas	61
Funções Comissionadas Vagas	6
<b>TOTAL</b>	<b>285</b>



Ocupação das Funções Comissionadas nas Auditorias	
Servidor efetivo	45
Servidor requisitado	0
Servidor sem vínculo	0
Militar oriundo das Forças Armadas	0
Funções Comissionadas Vagas	0
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>

Em 2018, a JMU apresentou um gasto de **R\$ 168 milhões** com Pessoal Ativo, **R\$ 124 milhões** com Pessoal Inativo (aposentados), além de despesas com pensões e outros elementos. Conforme apresentado no gráfico abaixo, observa-se um aumento gradual das despesas com pessoal ao longo dos últimos anos, devido, dentre outros fatores, ao reajuste concedido aos servidores do Poder Judiciário (Lei nº 13.317/16), que foi pago de forma escalonada, e o preenchimento de cargos vagos de magistrados e servidores.

**Evolução das Despesas de Pessoal**



**NECESSIDADE DE RECURSOS HUMANOS**

Na JMU, assim como nos demais órgãos da Administração Pública, a seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.112/1990. O processo visa, sobretudo, selecionar os candidatos mais adequados ao perfil almejado pela Instituição. Em 2018, a JMU realizou concurso público que viabilizou o provimento de 43 cargos vagos. O concurso, alinhado à política de Gestão de Pessoas com foco em Competências (projeto considerado estratégico pelo PE-JMU), incluiu, na prova de conhecimentos básicos, para

 **RESULTADO DA GESTÃO** > **Gestão de Pessoas**

todos os cargos, conteúdo ligado às competências transversais da Instituição, tais como atendimento ao público e trabalho em equipe.

Além disso, frisa-se que os procedimentos de lotação dos novos servidores concursados, nas diferentes unidades administrativas, foram precedidos de movimentação interna de servidores efetivos, entrevistas, análises curriculares e avaliação comparativa entre os perfis desejados e os apresentados.



**CAPACITAÇÃO DE  
PESSOAL**

O processo de capacitação da JMU encontra-se alinhado ao PE-JMU e ao modelo de Gestão por Competências da Instituição. As capacitações são desenhadas para promover o desenvolvimento das competências gerenciais, transversais (comuns a todos os servidores) e técnicas. Finalizou-se, até o momento, o mapeamento das competências de gestão e fiscalização de contratos administrativos; de elaboração e execução da folha de pagamento; e de apoio à atividade judicante da 1ª Instância.

**TOTAL DE PARTICIPANTES  
EM CURSOS PRESENCIAIS**  **1960**

Área de Conhecimento com valores investidos	Quantidade	Participações
Tecnologia da Informação	6	48
Judiciária / Cursos diversos	2	35
Judiciária / E-Proc	16	387
Administração / Gestão	87	657
Línguas	3	5
Saúde e Qualidade de Vida	3	42
<b>TOTAL</b>		<b>1.174</b>

Área de Conhecimento sem custo	Quantidade	Participações
Clima Organizacional (PROGVALOR)	15	262
Gestão de Pessoal (PROGVALOR)	15	262
Educação Corporativa (PROGVALOR)	15	262
<b>TOTAL</b>		<b>786</b>

Alinhada às orientações dos órgãos de controle e com o Planejamento Estratégico, a JMU tem focado no desenvolvimento de sua plataforma de ensino a distância (EaD), de forma a atingir um maior número de servidores e cidadãos nas ações de capacitação.

**TOTAL DE PARTICIPANTES  
EM CURSOS EAD**  **1245**

Tipo de Capacitação em EaD com valores investidos	Participações
Curso EaD próprios para a área fim	54
Curso EaD próprios para a área meio	645
Ações das competências gerenciais e transversais	46
<b>Total Geral de Participantes</b>	<b>745</b>

Tipo de Capacitação em EaD sem custos	Participações
Cursos abertos à sociedade em geral	413
Cursos EaD promovidos em parceria com outras instituições	87
<b>Total Geral de Participantes</b>	<b>500</b>

 **RESULTADO DA GESTÃO** > **Gestão de Pessoas**

É válido notar, também, que a JMU vem buscando o amadurecimento e a melhoria contínua da gestão do trabalho remoto por meio de várias ações implementadas ao longo de 2018. Em março, houve a criação da Comunidade Virtual do Teletrabalho. Esta Comunidade consiste em um grupo de discussão que, por meio da plataforma de EaD da JMU e de aplicativo para a troca de mensagens, vem promovendo a interação dos servidores em teletrabalho com a instituição e permitindo a troca de informações entre as partes interessadas. Além disso, em maio de 2018, foi elaborado o 1º Relatório Gerencial do Teletrabalho, a partir da aplicação de questionário com os gestores e servidores envolvidos com o teletrabalho. De acordo com os dados levantados, 92% dos gestores consideram que as metas estipuladas para os servidores em teletrabalho foram alcançadas. Como principal impacto indireto do teletrabalho, os gestores apontaram a melhoria na produtividade e na qualidade das atividades realizadas, além de outros fatores.

 **CAPACITAÇÃO ESTRATÉGICA EM NÚMEROS**

Em primeira análise, a execução de todas as políticas e programas busca sempre privilegiar a capacidade interna dos servidores e a multiplicação do conhecimento.

Destaca-se que a capacidade operacional da área de capacitação, tanto em relação à estrutura tecnológica da EaD como no que se refere a colaboradores da EaD e dos cursos presenciais, está aquém do necessário, impedindo a total execução orçamento programado e, conseqüentemente, das políticas e programas propostos.

Cursos	Orçamento programado	Executado	Índice de Execução
Treinamentos <i>in-company</i> ou contratações externas feitas diretamente pelo STM	1.187.984,18	851.611,87	71,69%
Auxílio-Bolsa de Estudo Pós-Graduação	150.192,00	119.363,00	79,47%
Instrutoria Interna	120.000,00	99.439,97	82,87%
Cursos diretamente ligados à Gestão Por Competências (EaD)	210.000,00	152.100,00	72,43%
Treinamentos <i>in-company</i> ou contratações internas Auditorias	390.196,00	36.965,00	9,47%
<b>TOTAL</b>	<b>2.058.372,18</b>	<b>1.259.479,84</b>	<b>61,19%</b>



**GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL**

Fundamentado nos dados obtidos em pesquisas sobre Clima Organizacional, realizadas com os servidores nos anos de 2014 e 2016, foi implementado o Programa “Ser Mais”. O referido Programa tem como objetivo contribuir para um ambiente de trabalho mais humanizado, a fim de promover a melhoria no clima organizacional e o aumento no nível da colaboração, do rendimento, da comunicação e da produtividade dos servidores. Foram realizadas, ao longo do ano, ações de acordo com os cinco pilares do programa: família, integração e equipe, finanças, sociedade e bem estar. Além disso, destaca-se que, em 2018, com foco na gestão do clima organizacional na 1ª instância (Auditorias da JMU), foi iniciado o Programa de Valorização da 1ª Instância (PROGVALOR), que tem como um dos objetivos construir, de forma customizada para cada Auditoria, ações que possibilitem o equilíbrio nas relações de trabalho entre a contribuição do servidor e a da JMU, promovendo um ambiente saudável, engajador e produtivo. Ademais, o Programa tem como premissa a gestão participativa, adotando ferramentas de construção coletiva para planejar as ações de capacitação e de melhoria do ambiente de trabalho. Em 2018, foram visitadas 15 auditorias. Fizeram parte dessas visitas reuniões com Juízes e a realização de:

**Oficinas de construção de ações de capacitação sobre temas relacionados às competências técnicas da área fim e da competência trabalho em equipe;**

**Oficinas de melhoria do clima organizacional e**

**Workshop da metodologia DISC, voltada para a qualidade das relações interpessoais, com mais de 200 servidores envolvidos.**

RESULTADO DA GESTÃO ▶ Gestão de Pessoas

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS



Metas referentes à execução do Plano de Capacitação da 1ª Instância, integrante do Programa de Valorização da 1ª Instância, construído, de forma participativa, com todos os servidores das Auditorias da JMU a partir das visitas realizadas;

Incremento do número de capacitações desenhadas pela Instituição, alinhadas com o Planejamento Estratégico e com o modelo de Gestão por Competências da JMU;

Realização das ações focadas em melhoria do clima organizacional que refletem no desempenho do quadro funcional;

Melhoria da estrutura da área de educação à distância;

Atualização do Sistema de Recursos Humanos – SRH.

RESULTADO DA GESTÃO ▶ Objetivos Estratégicos e Resultados

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

PROJETOS/AÇÕES

INDICADORES

Promoção da Qualidade de Vida, da Saúde e das Condições Psicossociais



Aprimorar a qualidade de vida, a saúde e as condições psicossociais dos magistrados e dos servidores da JMU

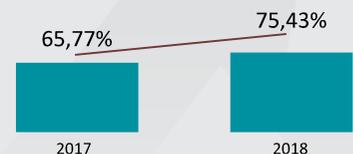


Programa de Valorização da 1ª Instância (PROGVALOR): construir, de forma customizada, ações que possibilitem o equilíbrio nas relações de trabalho entre a contribuição do servidor e a da JMU



Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores: implementação, em caráter permanente, de programas, projetos e ações institucionais voltadas à promoção e a preservação da saúde física e mental do quadro de pessoal da JMU

PARTICIPAÇÃO NO EXAME PERIÓDICO DE SAÚDE NO STM



PARTICIPAÇÃO NO EXAME PERIÓDICO DE SAÚDE NA 1ª INSTÂNCIA



AFASTAMENTO DE SERVIDORES DO STM DECORRENTE DE LICENÇA MÉDICA



AFASTAMENTO DO SERVIDOR DA 1ª INSTÂNCIA DECORRENTE DE LICENÇA MÉDICA



■ Resultado  
— Meta

**RESULTADO DA GESTÃO** ▶ Promoção da Saúde

LEGISLAÇÃO APLICADA

A Resolução STM nº 258/18 embasa as ações que visam à Promoção da Saúde de Magistrados e Servidores da JMU, assim como à prevenção de riscos e doenças, por meio de programas, assistência direta e o levantamento de indicadores e informações de saúde.

AÇÕES PREVENTIVAS



PROGRAMA STM NA MEDIDA

Prevenção da obesidade e comorbidades associadas

**187** Atendimentos realizados pela nutricionista



GINÁSTICA LABORAL

Prevenção de doenças osteomusculares

**112** Participantes por mês



PALESTRA E CURSO

Sobre o manejo do comportamento suicida

**50** Participantes



CADASTRO DE DOADORES DE SANGUE

AÇÃO CONTINUADA



CAMPANHA DE VACINAÇÃO (PREVENÇÃO DA GRIPE)

1250 DOSES - FREQUÊNCIA

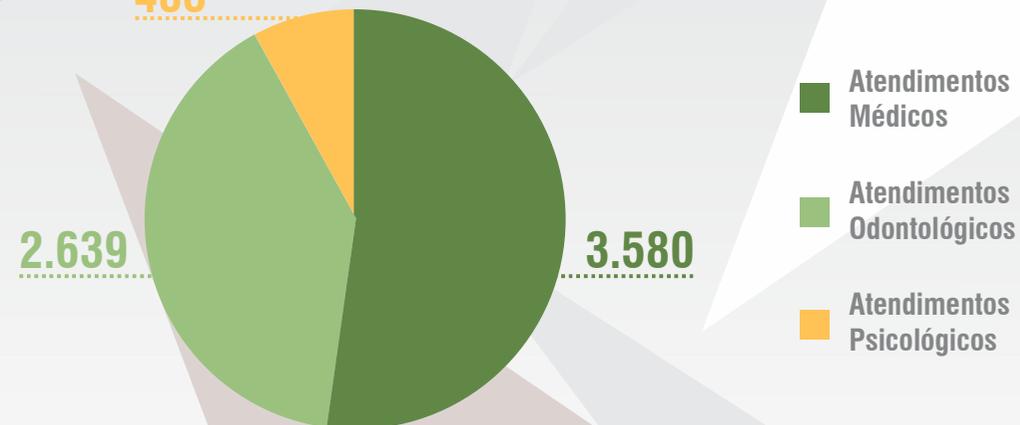


ACOMPANHAMENTO PARA PARAR DE FUMAR

AÇÃO CONTINUADA

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

483



 RESULTADO DA GESTÃO ▶ Promoção da Saúde

 INDICADORES E INFORMAÇÕES

Índice de absenteísmo por doença - magistrados e servidores (Somatório de dias de afastamento/ (Quantidade de servidores x 365)) x 100	Índice de Realização de Exame Periódico de Saúde (EPS) - magistrados e servidores (Quantidade de servidores que completaram o exame periódico no ano/ Quantidade total de servidores convidados)	Gestão do Absenteísmo por Doença - magistrados e servidores
MAGISTRADOS = $(191/(54*365))*100 = 0,97\%$ SERVIDORES = $(3964/(1102*365))*100 = 0,98\%$	MAGISTRADOS 20/39 = 51% SERVIDORES 326/493 = 66%	Levantamento das patologias predominantes com disponibilização de artigos na intranet para orientação e prevenção

 PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA PRIMEIRA INSTÂNCIA

Conforme já mencionado neste Relatório, o respectivo Programa consiste na construção de ações customizadas para a 1ª Instância, por meio de visitas *in loco* para levantamento com magistrados e servidores das necessidades de mudança do clima organizacional.

# DESAFIOS



As ações desenvolvidas visam oferecer uma atenção integral aos magistrados e servidores da JMU, mediante a implantação de programas preventivos, a assistência direta e o levantamento de indicadores que nortearão outras ações de melhoria na área da saúde para os próximos anos. Dessa forma, o aprimoramento dos sistemas de informação tem sido uma demanda recorrente, uma vez que se fazem necessários programas cada vez mais efetivos, bem como maior integração e comunicação entre os dados gerados pelos diferentes sistemas informatizados.

RESULTADO DA GESTÃO ▶ Objetivos Estratégicos e Resultados

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

PROJETOS/AÇÕES

INDICADORES

**Captação de Recursos e Aprimoramento da Programação e Execução Orçamentária e Financeira**



Buscar a captação de recursos de outras fontes por meio de parcerias e programas de cooperação



Aprimorar a Programação e Execução Orçamentária e Financeira



**Modernização do SIPOC: desenvolver um novo Sistema de Planejamento, Orçamento e Controle-(SIPOC) para a JMU, em plataforma disponível para a internet atualizando a linguagem de desenvolvimento e banco de dados do sistema**



**Gestão de Processos: desenvolver ações de transformação da gestão com uma visão fundamentada na revisão e no aprimoramento dos processos organizacionais**



**Painel de Custos da Justiça Militar da União – PCJ: acompanhar e produzir informações a respeito dos custos de programas, projetos, ações e eventos para subsidiar o processo de tomada de decisões da JMU**

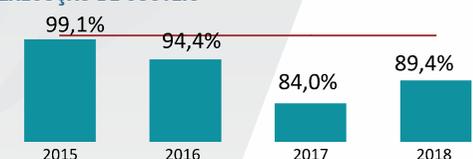
ORÇAMENTO EM RESTOS A PAGAR



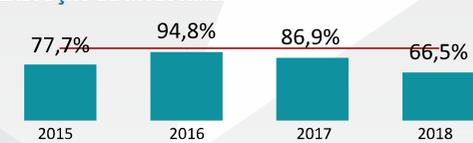
EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR



EXECUÇÃO DE CUSTEIO



EXECUÇÃO DE INVESTIMENTO



EXECUÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO



■ Resultado  
— Meta



## RESULTADO DA GESTÃO > Gestão Orçamentária e Financeira > Declaração do Diretor



DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

### AFONSO IVAN MACHADO



“A DORFI desempenha o papel de articulador no âmbito de sua estrutura coordenando o processo orçamentário da JMU”

Conforme Resolução STM nº 241, de 9 de maio de 2017, a Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI) integra a estrutura do Superior Tribunal Militar (STM), órgão pertencente à Justiça Militar da União (JMU). A DORFI é subordinada à Diretoria Geral (DIREG) que integra a Secretaria do Superior Tribunal Militar.

A missão institucional da DORFI é “tratar das atividades inerentes à programação e execução orçamentária e financeira, supervisionar o controle orçamentário dos órgãos subordinados.” (Resolução STM 241/17).

No contexto do Sistema de Orçamento Federal, a DORFI exerce as funções de Setorial de Programação Orçamentária e Financeira da JMU (UG 060025) e de Unidade Orçamentária (UO) e as atividades de execução da administração financeira e contábil do STM (UG 060001).

Além disso, provê o assessoramento à Presidência e ao Diretor Geral, nas matérias pertinentes à sua área de atuação, mais especificamente, quanto à elaboração, execução e acompanhamento dos planos, programas, orçamento e programação financeira da Justiça Militar da União.

A DORFI desempenha o papel de articulador no âmbito de sua estrutura coordenando o processo orçamentário

da JMU e tem as seguintes unidades vinculadas:

**1. Coordenadoria de Programação Orçamentária e Financeira (CPROF):** Realiza as atividades relacionadas ao processo de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação em matéria orçamentária e financeira no âmbito da JMU, exercendo, também, as funções de Setorial de Programação Orçamentária e Financeira da JMU (UG 060025).

**1.1 Seção de Administração Financeira (SEAFI):** Administra o processo de programação e descentralização de créditos e recursos financeiros envolvendo as unidades executoras da JMU e acompanha a execução orçamentária e financeira por meio da elaboração de relatórios e planilhas de avaliação.

**1.2 Seção de Gerência Orçamentária (SEGEO):** Gerencia o processo de planejamento orçamentário, no âmbito da JMU, bem como acompanha e avalia a execução orçamentária, visando a proceder aos ajustes necessários à execução da programação orçamentária e à elaboração de relatórios de acompanhamento.

**1.3 Seção de Análise de Planejamento (SEANP):** Analisa a legislação pertinente ao planejamento orçamentário, à transparência pública, à Lei de Responsabilidade Fiscal, às Resoluções do Conselho Nacional de Justiça e aos relatórios de gestão no que concerne à área de orçamento; elabora atos e normas relativos ao planejamento orçamentário no âmbito da JMU; e levanta dados e estatísticas relevantes ao processo de planejamento que possam subsidiar a tomada

de decisões por parte da Administração.

**1.4 Setor de Informações de Custos e Despesas (SICDE):** Acompanha e produz informações por meio do Sistema de Informações de Custos (SIC), do Governo Federal, para subsidiar o processo de tomada de decisões da Administração; provê os dados para os sistemas de acompanhamento e análise de gestão e transparência no âmbito da JMU, como relatórios de gestão e planilhas de dados e estatísticas de gastos públicos; e realiza o levantamento de custos de programas, projetos, ações e eventos para definir políticas e diretrizes de aplicação de recursos no âmbito da JMU.

**2. Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira (CEOFI):** Supervisiona a execução orçamentária e financeira do STM (UG 060001), bem como as atividades de natureza fiscal e contábil no âmbito do Tribunal.

**2.1. Núcleo de Análise e Acompanhamento de Conta Vinculada (NCVIN):** Supervisiona a abertura e operacionalização de Contas Vinculadas, bem como subsidia o ordenador de despesas, os gestores e fiscais de contrato, nas atribuições de verificação e liberação de valores no âmbito do STM.

**2.2. Seção de Execução Orçamentária (SEORC):** Supervisiona as atividades relativas à execução da programação orçamentária do Tribunal, bem como realiza a execução orçamentária e financeira da UG 060001STM.

**2.3. Seção de Execução Financeira (SEFIN):** Supervisiona a execução das atividades relativas à liquidação e ao pagamento das despesas do

**RESULTADO DA GESTÃO** > **Gestão Orçamentária e Financeira** > **Declaração do Diretor**

Tribunal, bem como a execução das atividades relativas à liquidação e ao pagamento das despesas do Tribunal.

**2.4. Seção de Execução Contábil (SECON):** Supervisiona as atividades de natureza fiscal e contábil no âmbito do STM.

A estrutura da programação e execução orçamentária e financeira, vinculadas tecnicamente à DORFI, é composta por 15 Unidades Gestoras (UG) e 55 Unidades Administrativas (sendo 33 vinculadas ao STM e 22 integrantes dos órgãos de Primeira Instância). A estrutura em foco está assim constituída:

- No STM: 1 UG e 33 UA, todas sediadas em Brasília;

- Na Primeira Instância: 14 UG's e 22 UA sediadas nas seguintes Unidades da Federação: Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Pernambuco, Pará, Mato Grosso do Sul, Ceará e Amazonas.

As UG's pertencentes às Diretorias de Foro e Auditorias recebem recursos orçamentários e financeiros por provisões e sub-repasses da Unidade Setorial do STM (UG 060025), de forma que possuem autonomia de gestão quanto aos recursos de custeio e investimentos. As despesas de Pessoal e Encargos Sociais, diárias e passagens, entre outras, são centralizadas no Superior Tribunal Militar (UG 060001) e geridas por ele com intuito de racionalizar o tamanho da estrutura administrativa das unidades da 1ª instância.

**A**s informações prestadas a seguir são fundamentadas nos principais sistemas gerencias da Administração Pública Federal, tais como SIAFI e SIOP, além do sistema interno de Planejamento, Orçamento e Controle da JMU (SIPOC). A conformidade e confiabilidade das informações desses sistemas foram atestadas nas declarações de conformidade apresentadas pelos gestores responsáveis.

Adicionalmente, registra-se que o titular da Diretoria participa, como representante do STM, do Comitê Técnico de Orçamento e Finanças do CNJ (CTOF/CNJ) e do Comitê de Análise das Informações de Custos do STM, como parte do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, além das ligações rotineiras com as Secretarias de Orçamento Federal (SOF) e do Tesouro Nacional (STN).

Por fim, DECLARO que os padrões de gestão desta DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo, além dos princípios administrativos que regem a Administração pública Federal.

RESULTADO DA GESTÃO Gestão Orçamentária e Financeira

VISÃO

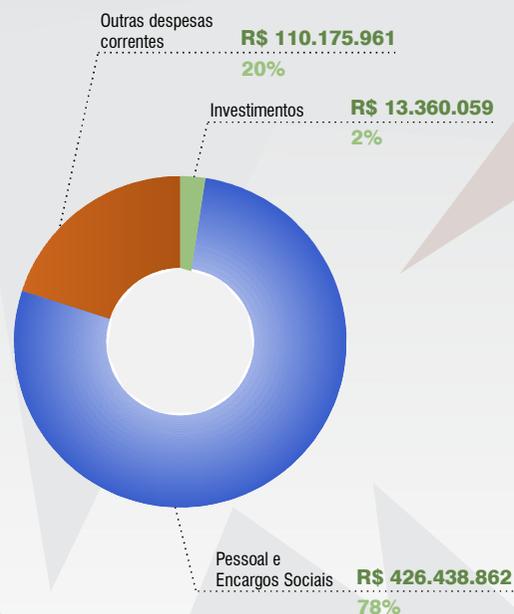
A análise orçamentária deste Relatório agrega as informações do Superior Tribunal Militar (Instância Superior), dezenove Auditorias Militares (1ª instância) e a Auditoria de Correição da 1ª instância (extinta pela Lei nº 13.774, de 19 de dezembro de 2018).

Destaca-se que, com o advento da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95/16), de 15 de dezembro de 2016, foi instituído um Novo Regime Fiscal aos Órgãos Federais, aplicável a partir de 2017, com duração de vinte anos, podendo ser revisado após dez anos de vigência. Conforme os incisos I e II do art. 107 do Atos de Disposição Constitucional Transitória (ADCT), o limite de despesas primárias para JMU, no exercício 2018, e subsequentes, foi definido como a despesa primária paga de 2016, acrescida anualmente pelo IPCA, no período de doze meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere à Lei Orçamentária Anual (LOA).

Somado ao limite supracitado, os §§ 7º e 8º do art. 107 ADCT estabelecem que esta Corte poderá ser compensada, nos anos de 2017, 2018 e 2019, com percentual que não excederá a 0,25% do Limite de despesas primárias do Poder Executivo. Essa compensação visa acomodar os aumentos remuneratórios concedidos em 2016

e terá seu montante definido na LOA/2018. Portanto, a EC 95/16 estabeleceu um limite de pagamento de despesas primárias anuais para a JMU, além do limite de autorização de gasto definido na LOA/2018.

Orçamento autorizado (excluído o valor de contingenciamento)



LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Vale notar que a Lei nº 13.587/18 (LOA/2018), consignou à Justiça Militar da União dotação orçamentária de **R\$ 550.051.578,00**. Desse valor, foram contingenciados R\$ 76.696,00. Essa compensação visa acomodar os aumentos remuneratórios concedidos em 2016 e terá seu montante definido na LOA/2018.

A dotação autorizada na LOA/2018 foi segregada



EXECUÇÃO DOS LIMITES EC 95/2016

Descrição	Valor R\$
Limite de despesa primária para 2018	512.737.449,00*
Pagamentos realizados em 2018	507.298.453,63
Limite de despesa primária não utilizado em 2018	5.438.995,37
Limite de despesa primária sem compensação do § 7º do art. 107 da EC nº 95/2016 (até 0,25%)	505.222.436,00
Compensação (§ 7º do art. 107 da EC nº 95/2016)	7.515.103,00

Fonte: DORFI/CPROF/SEANP

\*A diferença entre a dotação autorizada e o limite estabelecido pela EC 95/2016 é o valor de 37,32 milhões correspondente às despesas previdenciárias.



## RESULTADO DA GESTÃO > Gestão Orçamentária e Financeira



### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Grupos de Despesa	Dotação Atualizada (R\$)			Empenhada (R\$)			Liquidada (R\$)		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
<b>Pessoal (1)</b>	390.009.274,00	418.534.490,00	426.438.862,00	389.854.073,18	417.965.759,27	421.900.799,92	389.386.985,47	394.948.407,77	417.091.494,95
<b>Outras Despesas Correntes (3)</b>	85.633.381,00	107.370.355,00	110.175.961,00	82.547.244,10	96.021.904,81	102.203.224,79	73.738.999,61	84.702.485,47	94.171.303,31
<b>Investimentos (4)</b>	2.600.728,00	7.898.956,00	13.436.755,00	2.459.342,25	5.499.933,52	8.891.374,76	1.695.721,94	3.609.251,18	6.295.958,23
<b>TOTAL</b>	<b>478.243.383,00</b>	<b>533.803.801,00</b>	<b>550.051.578,00</b>	<b>474.860.659,53</b>	<b>519.487.597,60</b>	<b>532.995.399,47</b>	<b>464.821.707,02</b>	<b>483.260.144,42</b>	<b>517.558.756,49</b>

Grupos de Despesa	Pago (R\$)			Restos a Pagar pagos (R\$)			Total Pago (R\$)		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
<b>Pessoal (1)</b>	389.386.985,47	394.933.300,25	417.061.279,91	1.652.486,05	505.127,42	11.366.537,63	391.039.471,52	395.438.427,67	428.427.817,54
<b>Outras Despesas Correntes (3)</b>	73.616.773,52	84.607.041,02	93.970.448,57	15.838.722,21	8.254.678,47	6.259.981,77	89.455.495,73	92.861.719,49	100.230.430,34
<b>Investimentos (4)</b>	1.695.721,94	3.609.251,18	6.295.958,23	3.753.702,00	1.234.400,45	1.697.954,39	5.449.423,94	4.843.651,63	7.993.912,62
<b>TOTAL</b>	<b>464.699.480,93</b>	<b>483.149.592,45</b>	<b>517.327.686,71</b>	<b>21.244.910,26</b>	<b>9.994.206,34</b>	<b>19.324.473,79</b>	<b>485.944.391,19</b>	<b>493.143.798,79</b>	<b>536.652.160,50</b>

As ações orçamentárias de Processamento de Causas e Gestão Administrativa, Processo Judicial Eletrônico, Comunicação e divulgação Institucional, construção do edifício sede da Auditoria da 7ª CJM e construção do edifício sede do STM compõem o orçamento de outras despesas de custeio e de capital.

A dotação autorizada na LOA/18 para despesas discricionárias podem ser segregadas em benefícios, outras despesas de custeio e despesas de investimentos.

Em 2018, segundo o SIAFI, esta Corte empenhou dotações de outras despesas de custeio e despesas de investimentos, respectivamente, no valor de R\$ 66.033.113,01 e R\$ 8.891.374,76. Quanto aos benefícios, o valor empenhado foi de R\$ 36.170.111,78.

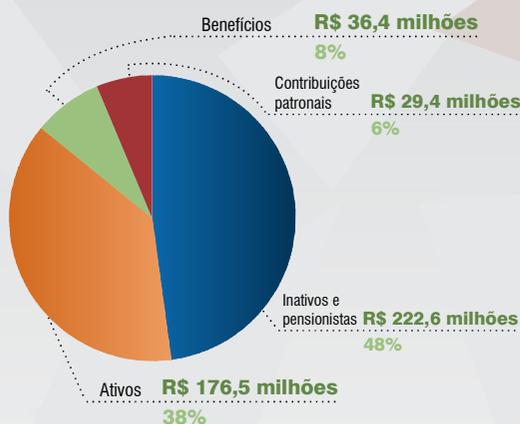
Destaca-se a diminuição de recursos inscritos em restos a pagar entre os anos de 2016 e 2018. No orçamento de custeio e investimento, essa diminuição ultrapassou 50%.



## RESULTADO DA GESTÃO Gestão Orçamentária e Financeira



### PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS



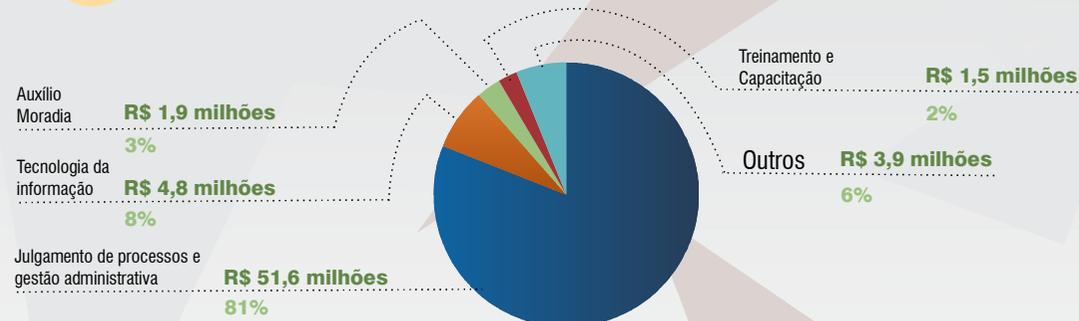
Em 2018, os pagamentos mais significativos, nesta Corte, ocorreram na rubrica de Pessoal, mais especificamente no pagamento de pessoal ativo, seguido do pagamento de pessoal inativo. Essas duas despesas somaram aproximadamente R\$ 293 milhões anuais em pagamentos, 63% dos pagamentos com pessoal e encargos sociais.

Referente ainda a essa despesa, destaca-se a parcela do reajuste aos servidores desta Corte (Lei nº 13.317/16), o pagamento de aproximadamente R\$ 18 milhões de reais em passivos de pessoal e o preenchimento das 42 vagas do concurso público realizado em 2017.

Pessoal e benefícios	Total Pago (R\$ milhões)
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	168,9
319001 - Aposent. RPPS, reser. remuner. e refor. militar	124,8
319003 - Pensões do RPPS e do militar	79,1
Demais elementos	91,9
<b>Total</b>	<b>464,9</b>



### CUSTEIO



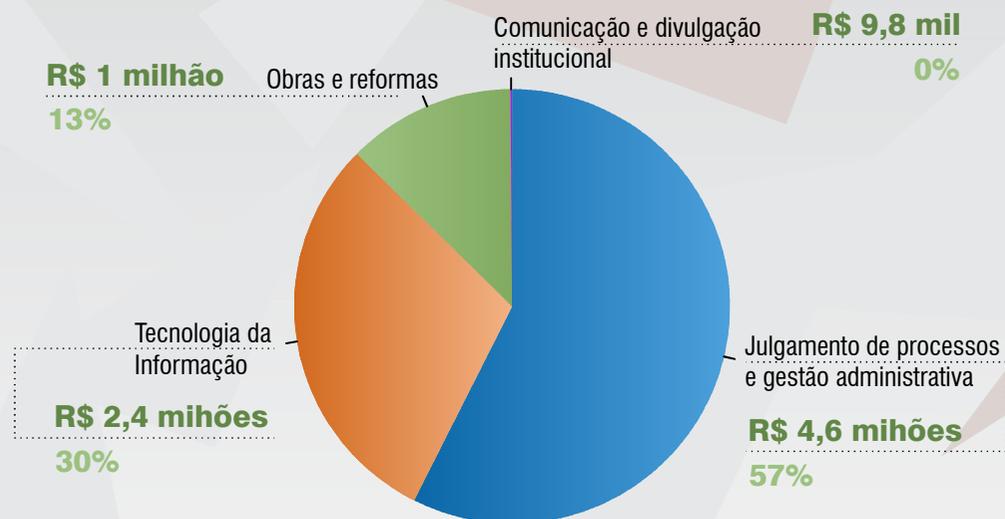
Outras despesas correntes	Total Pago (R\$ milhões)
339039 - Outros serviços de terceiros - PJ	24,5
339037 - Locação de mão-de-obra	24,4
339040 - Serviços de tecnol. da informação e comunic. - PJ	4,1
Demais elementos	10,8
<b>Total</b>	<b>63,8</b>

Com relação ao orçamento de custeio, destacam-se as despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas e de pessoal terceirizado. Essas duas rubricas atingiram juntas aproximadamente R\$ 50 milhões de reais em pagamentos, sendo que todo o custeio somou R\$ 63 milhões de reais. Isso representa 76% dos pagamentos de custeio. Essas despesas decorrem basicamente da manutenção da estrutura das unidades da Instância Superior e 1ª Instância. Em adição, a Resolução CNJ nº 274, de 18 de dezembro de 2018, estabelece novas regras para concessão do auxílio moradia para Magistrados. Tendo em vista essa Norma, esta Corte estima uma economia de mais de 1,5 milhões de reais nessa ação orçamentária. Cabe mencionar que em 2018 foram pagos R\$ 1,9 milhões de reais com auxílio moradia, segundo gráfico ao lado.

RESULTADO DA GESTÃO > Gestão Orçamentária e Financeira



INVESTIMENTOS



Por fim, os investimentos desta Corte somaram aproximadamente R\$ 8 milhões de reais, sendo a maioria, quase R\$ 7 milhões de reais, referentes a despesas com equipamentos e materiais permanentes. Desse valor, aproximadamente R\$ 3 milhões de reais referem-se à aquisição de automóveis de serviço para os Magistrados de 1º grau.

Cabe mencionar que a execução de investimento sofre influência da ação de construção do Edifício Sede do STM, a qual possui aproximadamente 3 milhões de reais destacados para o Departamento de Engenharia do Exército (DEC) com intuito de elaborar o projeto básico para construção do Edifício Sede do Superior Tribunal Militar.

administração pública federal.

O Sistema de Custos do Governo Federal é integrado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, como órgão central, e pelas unidades de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União, como órgãos setoriais. As unidades de gestão interna do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União poderão integrar o Sistema de Custos do Governo Federal como órgãos setoriais.

Normas e estruturação na Justiça Militar da União

**A Portaria nº 142 – DIREG, de 19 de julho de 2010**, instituiu o Comitê de Análise e Avaliação das Informações de Custos (CAAIAC), para avaliação e validação dos relatórios de informações de custos gerados por meio do Sistema de Informações de Custos (SIC) do Governo Federal.

Em 2015, foi criada na Secretaria de Planejamento do STM (SEPLA/STM) a Seção de Informações de Custos e Despesas (SICDE)

**A Resolução nº 241, de 9 de maio de 2017**, criou o Setor de Informações de Custos e Despesas (SICDE) dentro da estrutura da Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI).

Por meio do sistema *Qlik View*, em 2018, o SICDE elaborou o Painel de Custos da Justiça Militar da União (PCJ).



SISTEMA DE CUSTOS  
DORFI/CPROF/SICDE

Aspectos Normativos

**O art. 50, §3º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000**, estabelece que a Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

**A Portaria STN 157, de 9 de março de 2011**, dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal. Esse Sistema visa a evidenciar os custos dos programas e das unidades da

Investimentos	Total Pago (R\$ milhões)
449052 - Equipamentos e material permanente	7,0
449039 - Outros serviços de terceiros - PJ	0,4
449040 - Serviços de tecnol. da informação e comunic. - PJ	0,3
Demais elementos	0,2
<b>Total</b>	<b>8,0</b>

RESULTADO DA GESTÃO Gestão Orçamentária e Financeira



ESTIMATIVA DE CUSTOS POR  
ÁREA DE ATUAÇÃO

O PCJ possui uma seção na qual são apresentados os custos diretos e indiretos do STM separados pelas seguintes áreas de atuação: Pessoal ativo, depreciação, diárias, passagens e material de consumo (custos diretos) e serviços de saúde, apoio administrativo, demais serviços prediais, limpeza, copa e cozinha, água e esgoto, energia elétrica e telefonia (custos indiretos).

Os custos diretos são aqueles em que é possível a alocação direta ao centro de custo. Os custos indiretos foram alocados seguindo um critério de rateio, que, nesse caso, foi o valor proporcional ao número de servidores de cada área do STM.

A metodologia completa adotada na construção do PCJ, bem como conceitos importantes a respeito da gestão de custos, está no manual do painel, que pode ser acessado no seguinte link: <https://bit.ly/2XD2VBU>

Considerando o STM, foram observados os seguintes custos, por área de atuação, no exercício de 2018:

	Suporte	Finalística	Total
Serviços de saúde	11.145.812,93	6.126.490,66	17.272.303,59
Apoio Administrativo	2.723.166,41	1.495.832,95	4.218.999,36
Demais Serviços	2.059.511,07	1.128.192,38	3.187.703,45
Limpeza	1.960.641,48	1.071.207,03	3.031.848,51
Copa e cozinha	829.102,29	4.555.544,24	1.284.646,53
Energia Elétrica	689.986,05	378.377,88	1.068.363,93
Telefonia	378.974,10	207.712,57	586.686,67
Água e Esgoto	134.172,48	73.607,58	207.780,06
<b>Total Indiretos</b>	<b>19.921.366,81</b>	<b>10.936.965,29</b>	<b>30.858.332,10</b>
<b>Total Indiretos</b>	<b>65%</b>	<b>35%</b>	<b>100%</b>

PESSOAL



DEPRECIÇÃO



DIÁRIAS



PASSAGENS



MATERIAL DE CONSUMO



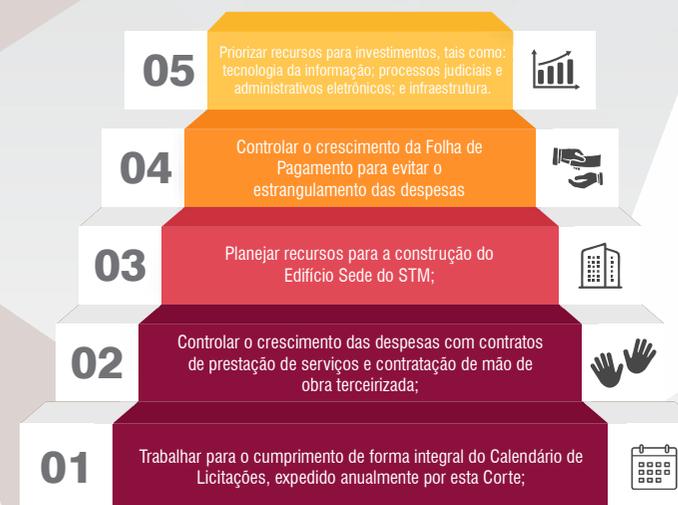
RESULTADO DA GESTÃO Gestão Orçamentária e Financeira

# DESAFIOS

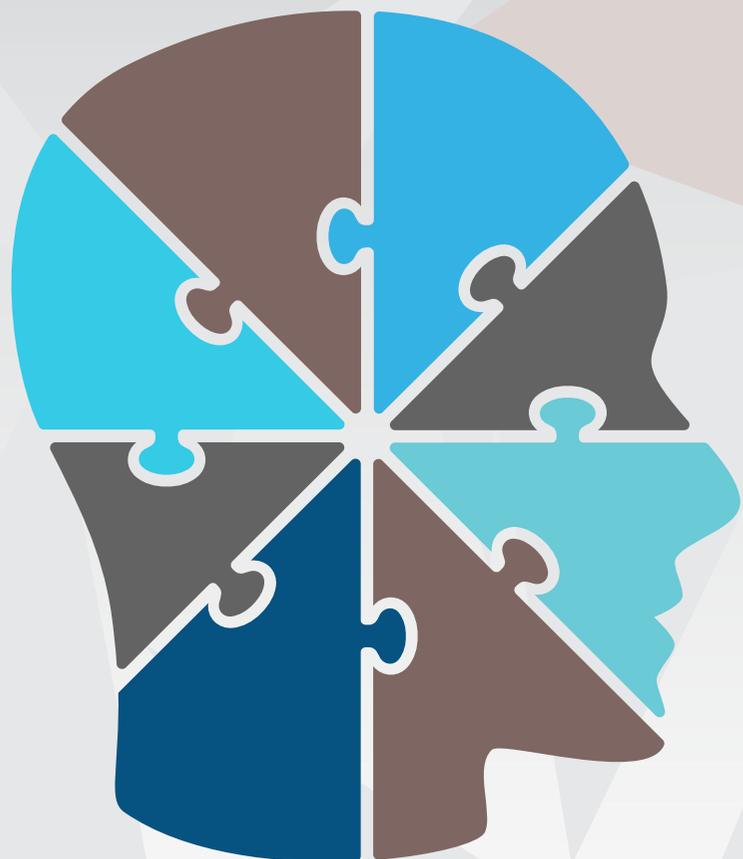
- 1 **APRIMORAR** a gestão de recursos, principalmente os decorrentes de investimentos;
- 2 **INTENSIFICAR** a cultura da transparência na gestão de informações;
- 3 **RACIONALIZAR** gastos de manutenção das unidades tendo em vista o cenário econômico e as restrições orçamentárias impostas pelo Novo Regime Fiscal, conforme EC 95/16; e
- 4 **ADEQUAR** a estrutura de pessoal com a nova realidade de crescimento das despesas obrigatórias.



# AÇÕES FUTURAS



 RESULTADO DA GESTÃO ▶ Principais Entraves para o Alcance dos Objetivos Estratégicos

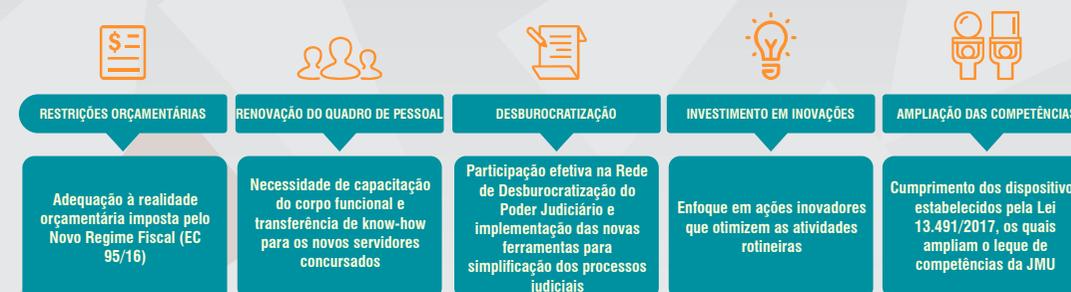


 LICITAÇÕES	 OBJETOS ESTRATÉGICOS AMPLOS	 INDICADORES DE DESEMPENHO	 LIMITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	 RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
Necessidade de alinhamento do processo licitatório ao ritmo de execução dos projetos estratégicos – estabelecimento de um plano de licitações prioritárias para o cumprimento dos prazos	Necessidade de maior especificação do objetivo a fim de restringir o campo de atuação e ampliar o alcance dos resultados	Dificuldade na elaboração de indicadores que analisem, de fato, o cumprimento dos objetivos estratégicos	Dificuldade no atendimento às demandas exigidas pelo PE-JMU, sobretudo, no desenvolvimento de soluções tecnológicas	Redução dos recursos para o custeio dos projetos estratégicos devido ao Novo Regime Fiscal (EC 95/16)
 QUADRO DE PESSOAL	 BUROCRATIZAÇÃO	 BARREIRAS NA COMUNICAÇÃO	 PATRÍCÍNIO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO	 INOVAÇÃO
Readequação do quadro de pessoal em consequência do número de aposentadorias e das restrições orçamentárias impostas (controle das despesas obrigatórias)	Excesso de formalização nas atividades desenvolvidas ao longo da cadeia de valor	Dificuldade na elaboração de indicadores que analisem, de fato, o cumprimento dos objetivos estratégicos	Necessidade de maior apoio e interlocução entre o nível estratégico da instituição e os gerentes de projetos estratégicos	Demanda por maiores investimentos em tecnologia com vistas a propor um repensar no modo de execução das atividades em todos os níveis da organização
 MUDANÇA DE LEGISLAÇÃO	 CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	 RESISTÊNCIA À MUDANÇA	 GESTÃO DO CONHECIMENTO	 GERENCIAMENTO DE RISCOS
Dificuldade de adaptação às constantes mudanças de legislação que regem as diferentes áreas administrativas impostas	Dificuldade na criação de um ambiente organizacional pautada em critérios socioambientais desenvolvidas ao longo da cadeia de valor	Necessidade de romper as barreiras às mudanças a fim de criar uma cultura institucional disruptiva cumprimento dos objetivos estratégicos	Necessidade de ampliação do plano de capacitações, mediante a melhoria da estrutura de EaD, para suprir a lacuna (gap) de competências estratégicos	Necessidade de aprimorar a política de gestão de riscos com intuito de aproveitar as oportunidades e mitigar os riscos na execução do PE-JMU

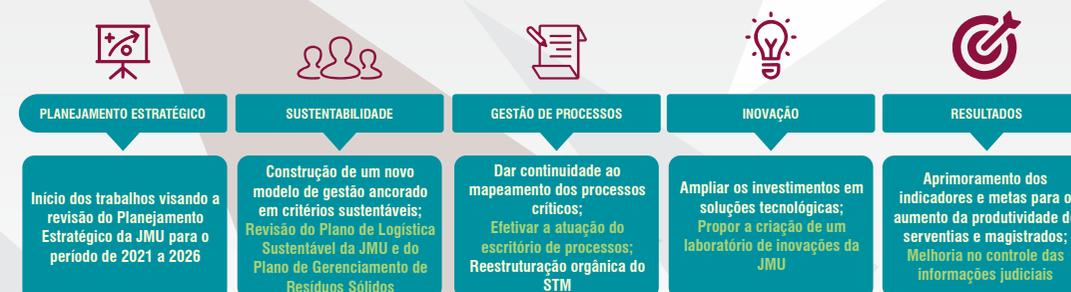
RESULTADO DA GESTÃO ▶ Próximos Desafios e Perspectivas Futuras



das diretrizes propostas a todo o Poder Judiciário, bem como no cumprimento da sua missão principal de promover a Justiça mediante o processamento e julgamento dos crimes militares.



Diante disso, faz-se necessário que a JMU adote uma nova cultura administrativa, moderna e versátil, com vistas a prover uma prestação jurisdicional célere e efetiva ao cidadão. Nesse sentido, é fundamental prospectar um cenário futuro em que sejam propostas melhorias nas diretrizes estratégicas da instituição, contribuindo assim para o aumento da sua produtividade e, consequentemente, para a melhoria dos serviços jurisdicionais prestados aos cidadãos



O mundo atual vive em constante evolução, fruto, sobretudo, da expansão da globalização, da integração econômica, do maior engajamento social, do ativismo cultural e da democratização da informação por meio dos diversos instrumentos tecnológicos disponíveis no mercado.

Esse mesmo ambiente de transformação pode ser observado no âmbito da Administração Pública. Cada vez mais, os cidadãos estão conscientes dos seus direitos e deveres. Além disso, a sociedade exige dos órgãos e das entidades públicas a prestação de serviços de qualidade, pautados na eficiência - mais resultados com menos recursos - e na eficácia - alcance dos objetivos propostos. Da mesma forma, obriga-se que a gestão pública contemporânea esteja ancorada na transparência, na moralidade e na probidade.

Nesse contexto, uma nova agenda de mudança vem sendo implantada no âmbito do Poder Judiciário a fim de promover maior desburocratização nos atos e procedimentos judiciais, por meio da simplificação dos processos, do incentivo à inovação e do aumento da confiança entre o Estado e o cidadão.

Nessa esteira, são inúmeros os **desafios** encontrados pela Justiça Militar da União na implementação



## CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS



### LEGISLAÇÃO APLICADA

A Unidade de Auditoria Interna da Justiça Militar da União é a Secretaria de Controle Interno-SECIN, conforme o Ato Normativo STM nº 12/2011, que fixa as atribuições das unidades do Superior Tribunal Militar – STM, de seus titulares, dos cargos em comissão, das funções comissionadas e dos cargos de provimento efetivo, e de acordo com a Resolução STM nº 241/2017, a qual aprova o Manual de Organização do STM e dá outras providências.

Diante disso, a atuação da SECIN está relacionada ao alcance dos objetivos organizacionais da JMU e para o aprimoramento dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controle, os quais estão fortemente relacionados entre si. Para contribuir para o aperfeiçoamento desses processos, a SECIN considera a relação entre eles, as características específicas das unidades descentralizadas, Circunscrições Judiciárias Militares – CJM (Auditorias da Justiça Militar, distribuídas pelo país), e define a melhor estratégia de atuação na etapa de elaboração do Plano Anual de Auditoria e do Plano de Auditoria de Longo Prazo.

Além desses planos, a avaliação e a consultoria são consideradas duas vertentes típicas da atividade da SECIN. O trabalho de avaliação, como parte das atividades de auditoria interna, pode ser definido como a obtenção e a análise de evidências com o objetivo de fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria do controle interno da JMU.

Com relação aos trabalhos de consultoria da SECIN, é importante salientar que essa atividade consiste em assessoramento, aconselhamento e outros serviços relacionados fornecidos à alta administração do STM, com a finalidade de respaldar as operações das unidades.

Quanto à independência e à objetividade dos trabalhos de avaliação e consultoria, registra-se que a vinculação da SECIN diretamente à Presidência do STM tem por objetivo proporcionar à unidade de auditoria interna um posicionamento suficientemente elevado de modo a exercer suas responsabilidades com alta abrangência e maior independência.

Nesse sentido, a SECIN exerce suas atividades de maneira imparcial e livre de interferências

externas, desde a elaboração dos planos de auditoria de longo prazo e anuais, passando pelas escolhas dos escopos e amostras de auditoria, em que são observadas as variáveis de materialidade, risco, relevância e criticidade, conforme técnica disposta no art. 32, VIII, da Resolução nº 171, de 1º de março de 2013, do Conselho Nacional de Justiça.

Assim sendo, os trabalhos realizados em 2018 foram efetuados com independência e imparcialidade, resultando na emissão de 45 recomendações, além de diversas solicitações e determinações que serão apresentadas no tópico “Outras Informações Relevantes” deste relatório.



### CONTROLES INTERNOS

O gerenciamento de riscos requer a implementação, manutenção, monitoramento e revisão periódica dos controles internos da gestão da JMU de forma a identificar, avaliar e gerenciar os riscos que possam atingir os processos de trabalho e os objetivos da instituição. Atualmente, a JMU considera que os controles internos da gestão podem ser realizados de forma sistêmica, tanto pelos gestores como pelos servidores responsáveis pelas atividades operacionais.

Os objetivos dos Controles Internos da JMU são:

1. Garantir o alcance dos objetivos estratégicos do STM e dos órgãos de Primeira Instância (Auditorias da Justiça Militar);
2. Assegurar que as metas organizacionais sejam atingidas, aumentando a eficiência, a eficácia e a efetividade operacional;
3. Possibilitar a conformidade das atividades com as leis, normas, planos e programas, propiciando integridade e confiabilidade das informações geradas;
4. Assegurar que as informações geradas pela JMU e veiculadas sejam íntegras e confiáveis, cumprindo, dessa forma, as obrigações de transparência e à prestação de contas;
5. Proteger bens, ativos e recursos públicos contra o desperdício, perda, mau uso, dano e apropriação indevida.

## CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS



### GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de risco consiste no processo pelo qual o risco é medido ou estimado, sendo estratégias desenvolvidas para evitá-lo, reduzi-lo ou mitigá-lo. Além disso, para um gerenciamento eficaz, é fundamental que os riscos sejam quantificados e qualificados, visando eliminar ou reduzir as possíveis perdas, bem como maximizar o aproveitamento das oportunidades de ganhos e geração de valor para os servidores e para a organização.

Na JMU, a Gestão de Riscos está consubstanciada no PE-JMU vigente por meio do objetivo estratégico, que prevê o aperfeiçoamento e modernização da gestão, da estrutura administrativa e das ações de controle.

Vale destacar que, a fim dar início ao processo de implantação da Gestão de Riscos na JMU, foi aprovado o Plano de Projeto, dividido em ciclos e composto por iniciativas e ações a serem executadas. Frisa-se, ainda, que o Sistema de Gestão de Riscos da JMU será inicialmente implementado no âmbito do Superior Tribunal Militar por meio de ações desenvolvidas pela Secretaria de Controle Interno (SECIN), em parceria com a Presidência do Superior Tribunal Militar (PRSTM), a Diretoria-Geral (DIREG) e suas unidades subordinadas.



CICLO I	CICLO II	CICLO III	CICLO IV	CICLO V
Elaboração de resolução com a Política de Gestão de Riscos, que deverá integrar o Sistema de Gestão de Riscos da JMU, o qual consiste no conjunto de instrumentos de governança e de gestão que suportam a concepção, implementação e melhoria contínua da gestão de riscos em toda a organização.	Elaboração de normativo com a definição da estrutura de Governança da Gestão de Riscos na JMU, com o objetivo de apoiar as responsabilidades de governança de riscos e assegurar que a respectiva gestão seja integrada aos processos de gestão, desde o planejamento estratégico até os projetos e processos de todas as áreas, funções e atividades relevantes para o alcance dos objetivos-chave da organização.	Desenvolvimento de atividades e tarefas para parametrização e customização de <i>software</i> já utilizado no STM - Sistema Channel-, com o objetivo de se implantar um sistema dinâmico de gestão de riscos corporativos, em uma plataforma eletrônica, que permita identificar, avaliar, definir posicionamento, gerar planos de ação e monitorar, em tempo real, a implementação, exposição e mitigação de riscos corporativos na JMU.	Desenvolvimento de atividades relacionadas ao treinamento dos servidores da Secretaria de Controle Interno pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA, com o objetivo de capacitar os participantes em conceitos de riscos, transparência, governança, procedimentos, técnicas e metodologias necessários para o desempenho das responsabilidades na auditoria interna governamental, como também, técnicas para a execução de auditoria interna baseadas em riscos e controles internos administrativos.	Desenvolvimento de atividades e tarefas que visem a implementação e a instrumentalização da estrutura operacional e a definição de uma metodologia de governança de riscos, respeitando a especificidade desta Justiça Especializada, de forma a ser institucionalizado para ser adotada em todas as unidades da JMU, definindo além do modelo, plano de ação, as responsabilidades dos gestores e das áreas, de forma a atuar na facilitação e monitoramento do processo de gerenciamento de riscos identificados, sem que sejam eximidas as responsabilidades de todos os agentes do órgão em relação ao monitoramento e tratamento dos riscos específicos.

Em 2018, dando início à execução do primeiro ciclo, foi aprovada, pelo Plenário do STM, a Resolução n.º 257, de 12 de dezembro de 2018 <https://bit.ly/2KgiyeS>. De acordo com a Política aprovada, a gestão de riscos da JMU consiste no conjunto de instrumentos de governança e de gestão que

## CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

suportam a concepção, a implementação, o monitoramento e a melhoria contínua da gestão de riscos em toda Justiça Castrense, compreendendo ainda: política, estruturas organizacionais, planos de relacionamentos, responsabilidades, atividades, processos, capacitação e recursos. Ademais, por meio da Política proposta, busca-se assegurar que os riscos de cada área de negócio do STM sejam gerenciados de forma eficaz, eficiente e coerente, além de sistemática, transparente e confiável, com vistas a prover razoável segurança no cumprimento da missão e no alcance dos objetivos estratégicos da JMU.

Na busca pela melhor forma de obter resultados significativos com a implantação deste mecanismo de gerenciamento, foram priorizados os seguintes objetivos para o modelo de gestão de riscos proposto para a JMU:

**estruturar e fortalecer a governança institucional;**  
**constituir uma base confiável para a tomada de decisão;**  
**otimizar o uso dos recursos da instituição;**  
**aprimorar as estruturas de planejamento, monitoramento e controle;**  
**instituir a gestão de incidentes;**  
**estabelecer métodos para a prevenção de perdas e danos institucionais;**  
**alinhar o apetite a risco com a estratégia adotada; e**  
**promover a gestão para resultados.**



Os atores que formam a estrutura de governança de riscos dentro da JMU são:



Dessa forma, pode-se verificar que a adoção dos mecanismos de controle e o processo de implantação da sistemática de gestão de riscos já se iniciaram na JMU. Tais ações visam, sobretudo, elevar o grau de maturidade da instituição quanto à avaliação dos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos propostos no PE-JMU.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



DECLARAÇÃO DA CONTADORA

### ÉRICA RAMOS DE ALBUQUERQUE



“ Todo processo de monitoramento e acompanhamento anual é expresso por meio das Demonstrações Contábeis ”

A Seção de Análise Contábil é subordinada à Coordenadoria de Acompanhamento, Avaliação e Orientação da Secretaria de Controle Interno (SEACO/COAVO/SECIN) e possui a atribuição de analisar as contas, balancetes, balanços e demonstrativos contábeis, bem como proceder à conformidade contábil das unidades gestoras que integram a JMU conforme preceitua o **Ato Normativo nº 012, de 15 de março de 2011**.

Destaca-se que todo o processo de monitoramento e acompanhamento anual é expresso por meio das Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e por esta declaração do contador partes integrantes da Prestação de Contas Anual da JMU.

Vale ressaltar que a declaração agrega as informações do Superior Tribunal Militar (Instância Superior), são dezenove Auditorias Militares (1ª instância) e a Auditoria de Correição da 1ª instância (extinta pela Lei nº 13.774, de 19 de dezembro de 2018).

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada em consonância com os procedimentos descritos no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das

informações constantes no SIAFI, que é o sistema do Governo Federal pelo qual são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis da JMU são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos da Justiça Militar;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro da Justiça Militar no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Nota-se, ainda, que estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas

Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

#### Avanços

Cabe ressaltar que nos exercícios de 2017 e 2018 tivemos avanços substanciais na qualidade das informações contábeis da Justiça Militar, dentre elas destacam-se:

- A Justiça Militar da União não apresenta nenhuma restrição contábil no Balanço Geral da União Consolidado (BGU) elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional;
- O mapeamento das Atividades de Monitoramento Contábil das Demonstrações Contábeis da JMU;
- A implantação do Mapeamento Contábil gerando relatórios de Conformidade Contábil Trimestral às Seções de Administração e às Diretorias dos Foros da JMU;
- A implantação do Mapeamento Contábil gerando relatórios de Conformidade Contábil Trimestral para todos os Ordenadores de Despesa da JMU;
- O monitoramento das unidades gestoras da JMU analisadas sob a ótica da materialidade, criticidade e relevância, e em caso de não regularização o envio das inconsistências para o Relatório de Auditoria de Gestão de cada Unidade Gestora da JMU;



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Em maio de 2017, foi formalizado o contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira (GEAFIN) pelo TRF-4ª Região. O Projeto do novo sistema de controle patrimonial da JMU está contido dentre os objetivos estratégicos da Justiça Militar da União: modernização da gestão e estrutura administrativa e das ações de controle. A primeira fase foi iniciada em novembro de 2018 abrangendo a Gestão de Almoxarifado. Tal procedimento permitirá que os Estoques sejam mensurados e avaliados pelo critério contábil de preço médio ponderado, conforme preceitua a Lei 4.320/64 e poderá disponibilizar tal tecnologia para as unidades gestoras fora da sede do Superior Tribunal Militar (STM);
- A segunda fase de implantação do GEAFIN está em execução com a migração e validação dos dados por parte da Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Administração e Secretaria de Controle Interno. A Gestão do Controle Patrimonial dos bens móveis, especificamente, relacionados aos aspectos de mensuração, controle, acompanhamento e baixa dos bens móveis deverá ser concluída ainda no primeiro semestre de 2019. A sua implantação eliminará as divergências sistêmicas existentes atualmente no Sistema de Controle Patrimonial (LICIMAP), proporcionando à contabilidade razoável segurança quanto à fidedignidade e à integridade dos dados gerados pelo sistema, melhorando a qualidade da informação contábil

do Órgão. O GEAFIN possui a funcionalidade de amortização de bens, tratamento contábil que deverá ser iniciado com a operacionalização do novo sistema.

- Para o próximo Biênio 2019-2020, tanto o Planejamento Estratégico da JMU quanto o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) da Justiça Militar estabeleceram como prioridade a descentralização do Controle Patrimonial para as unidades gestoras da JMU.

### Ressalvas

- A avaliação e a mensuração do ativo imobilizado da JMU tem como base o valor de aquisição ou construção. A inclusão de eventuais gastos adicionais ou complementares não está sendo realizada, pois o atual sistema de controle patrimonial do Órgão (LICIMAP) não permite a alteração do valor de aquisição do bem no decorrer da sua vida útil;
- Os Bens Móveis adquiridos antes de 2010 ainda não sofreram avaliação patrimonial, conseqüentemente seus valores não foram ajustados ao valor de mercado. Desde o exercício de 2012, foi constituída, por portaria, uma Comissão Permanente de Avaliação Patrimonial - COPAP a qual, segundo a política de reavaliações e redução a valor recuperável instituída pelo Órgão, gerou processos administrativos com laudos de reavaliação. Esse laudos se encontram pendentes de revalidação e lançamentos, tanto

no LICIMAP quanto no SIAFI;

- A Depreciação não abrange a totalidade dos bens móveis da JMU, visto que apenas os bens adquiridos posteriormente a 2010 estão sendo depreciados. Mesmo assim, o sistema interno de depreciação apresenta inconsistências refletindo uma preocupação com a integridade dos dados existentes;
- Inconsistência entre o Relatório de Bens Móveis (RBM) e o SIAFI;
- Amortização não é realizada pelo Órgão.

### Declaração

Com base nos avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério da Fazenda, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Brasília-DF, 29 de janeiro de 2019.  
Érica Ramos de Albuquerque  
CRC nº PE 020789/O-2 T-DF  
Contadora da Justiça Militar da União



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



### BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial da Justiça Militar da União representa uma fotografia da situação patrimonial do Órgão, evidenciando os ativos e passivos, e sua evolução no ano de 2018 em relação a 2017. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pela Justiça Militar da União, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. Já o patrimônio líquido (PL) significa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

Contudo, frisa-se que, para entidades públicas, tais análises devem ser diferenciadas de acordo com a peculiaridade de sua atividade fim. No que tange a JMU, os custos para a manutenção e operacionalização das atividades do Judiciário são descentralizados pelo Poder Executivo da União.

É válido ressaltar, também, que a JMU está na vanguarda na adoção e modificação das políticas contábeis exigidas pelas primeiras normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, publicadas em 2010. Tais transformações só são possíveis devido ao apoio dado pela alta administração, mediante a implantação de novos sistemas e a mudança cultural na forma dos registros contábeis.

ATIVO	2018	2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>52.797</b>	<b>57.399</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.429	51.391
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	5.342	5.084
Estoques	899	818
VPDs Pagas Antecipadamente	126	106
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>152.539</b>	<b>147.107</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>498</b>	<b>46</b>
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	498	46
<b>Imobilizado</b>	<b>146.317</b>	<b>141.675</b>
Bens Móveis	61.710	54.095
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(22.644)	(18.833)
Bens Imóveis	112.253	109.003,56
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(5.002)	(3.423)
<b>Intangível</b>	<b>5.723</b>	<b>5.386</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>205.336</b>	<b>204.506</b>
<b>PASSIVO EXIGÍVEL E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>944</b>	<b>3.165</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a CP	359	2.666
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	138	75
Provisões a Curto Prazo	-	10
Demais Obrigações a Curto Prazo	446	414
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>279.515</b>	<b>305.655</b>
<b>Provisões a Longo Prazo</b>	<b>279.515</b>	<b>305.655</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>280.459</b>	<b>308.820</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>(75.123)</b>	<b>(104.313)</b>
Resultado do Exercício	346	14.805,63
Resultados de Exercícios Anteriores	(104.313)	(116.731)
Ajustes de Exercícios Anteriores	28.844	(2.387)
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>205.336</b>	<b>204.506</b>

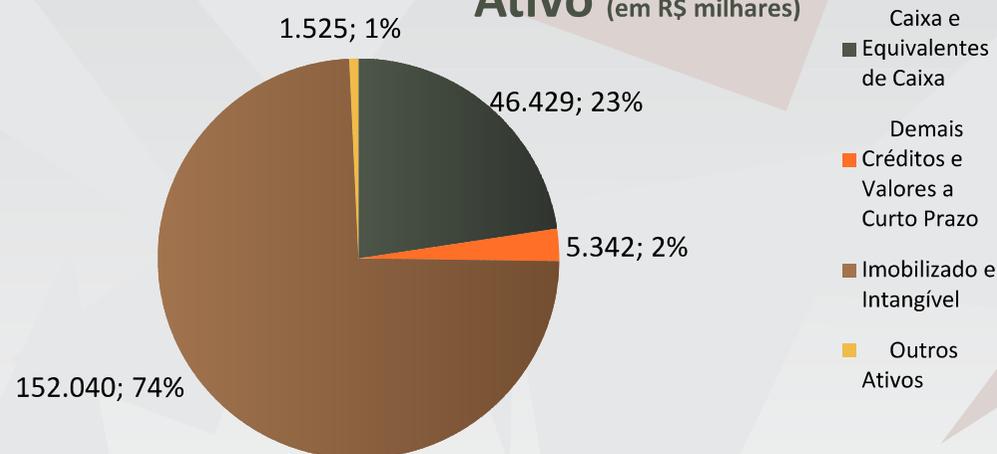
Fonte: SIAFI 2017 e 2018.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

É válido notar que o órgão possui cerca de 74% do seu ativo total alocado em bens móveis e imóveis que serão utilizados para geração de benefícios futuros para sociedade e na manutenção de suas atividades operacionais. Já os outros 26% do ativo referem-se às disponibilidades financeiras (caixa e equivalente de caixa) e direitos a receber (Demais Créditos e Outros Ativos) até o final do exercício financeiro de 2018.

**Ativo** (em R\$ milhares)



Vale destacar que a JMU vem diminuindo o endividamento de curto prazo ao longo dos exercícios financeiros. Tal diminuição deve-se à nova política de diminuição do estoque de restos a pagar, devido ao novo cenário econômico e às restrições orçamentárias/financeiras impostas pelo Novo Regime Fiscal (EC 95/16), além da mudança de critério contábil, adotada para registro de provisões de férias e 13º salário.

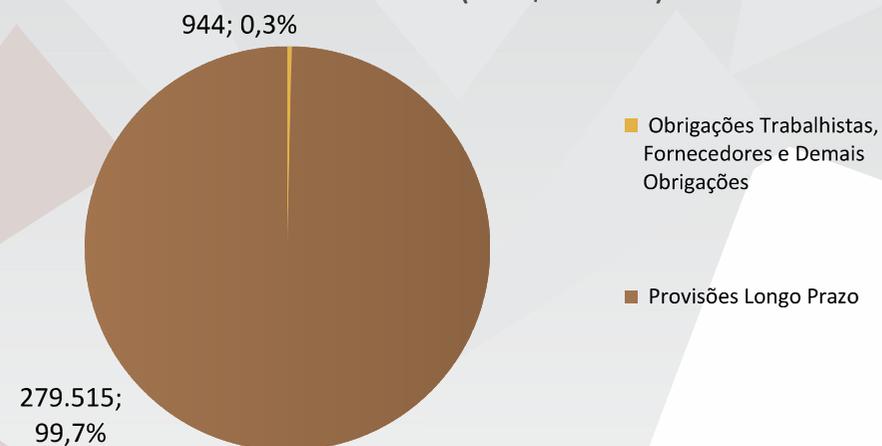
**Passivo de Curto Prazo**  
(em R\$ milhares)



Redução de cerca de **70%** do endividamento

Ressalta-se, também, que 99,7% (R\$ 279.151 mil) do Passivo Exigível da JMU referem-se ao registro por competência das provisões de longo prazo. Estas provisões são decorrentes de decisões administrativas referentes a despesas com pessoal que devem ser reconhecidas e registradas conforme preceituam as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT SP).

**Passivo** (em R\$ milhares)



**Patrimônio Líquido - Déficit acumulado**  
(em R\$ milhares)



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Por fim, destaca-se que o resultado deficitário da JMU diminuiu. Esta diminuição é consequência da implantação de novos critérios contábeis, adotados pelo Órgão, após a edição das Normas Brasileiras Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que tem como objetivo a melhoria da qualidade da informação e a evidencição fidedignidade dos registros contábeis. Sendo assim, foram adotadas novas políticas contábeis para o registro por competência dos direitos relacionados a adiantamentos de pessoal, provisões de curto e longo prazo.

### PERSPECTIVA ORÇAMENTÁRIA

De acordo com o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit / déficit financeiro é apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.

Apesar da mudança contábil quanto à visão patrimonial, o cálculo do superávit financeiro é realizado observando as classificações orçamentárias. O Superávit financeiro dará margem para o Órgão pleitear a abertura de créditos adicionais no exercício financeiro subsequente.

(em R\$ milhares)

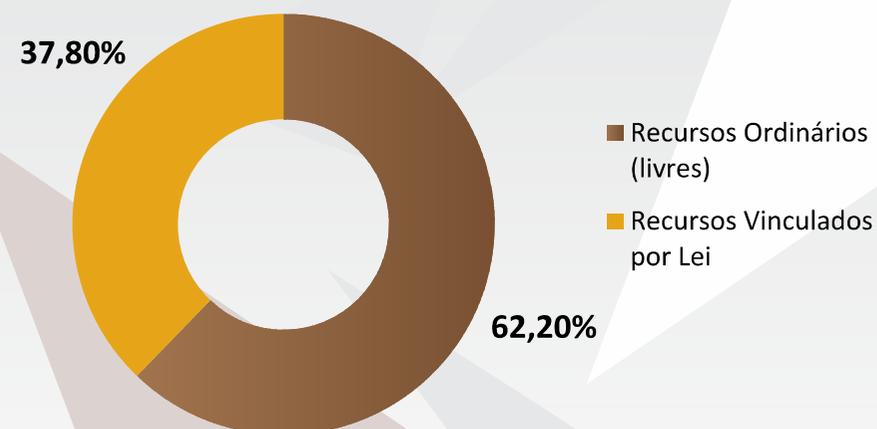
SUPERÁVIT/ DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Ativo Financeiro	46.429	51.391
Passivo Financeiro	29.290	36.717
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	<b>17.139</b>	<b>14.674</b>

Vale frisar que o superávit de R\$ 17.138 mil corresponde a valores de disponibilidades financeiras não comprometidas por meio da execução orçamentária no exercício financeiro de 2018. As disponibilidades financeiras não utilizadas aumentaram cerca de 17% em relação a 2017.

(em R\$ milhares)

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>10.659</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>6.480</b>
Previdência Social (RPPS)	353
Outros Recursos Vinculados a órgãos e Programas	6.127
<b>TOTAL</b>	<b>17.139</b>

### Destinação de Recursos



Os recursos vinculados próprios totalizam R\$ 6.127 mil e são resultantes das receitas auferidas com taxas de inscrição para o concurso para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário da JMU.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



### DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

(em R\$ milhares)

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
<b>VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.063.545</b>	<b>1.036.279</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	1.084	1.090
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.233	239
Varições Patrimoniais Aumentativas Financeiras	17	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.053.992	1.034.236
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desin.de Passivos	1.675	7
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	544	707
<b>VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.063.198</b>	<b>1.021.473</b>
Pessoal e Encargos	220.610	213.651
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	224.191	198.267
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	86.705	81.228
Varições Patrimoniais Diminutivas Financeiras	113	43
Transferências e Delegações Concedidas	529.737	520.631
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.005	6.671
Tributárias	259	258
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	577	724
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>346</b>	<b>14.806</b>

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

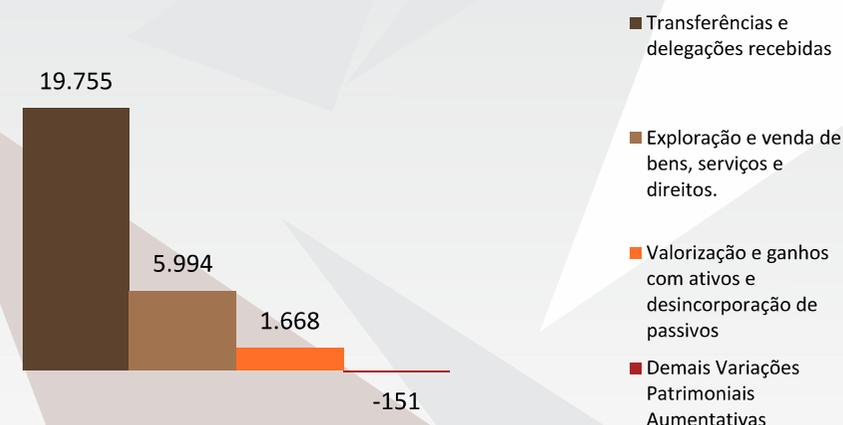
No exercício de 2018, o resultado patrimonial da JMU foi de R\$ 346 mil, representando redução de R\$ 14.460 mil (-97,66%) em relação ao mesmo período de 2017 (superávit de R\$ 14.806 mil), conforme apresentado na tabela a seguir.

(em R\$ milhares)

	2018	2017	Varição
Varições Patrimoniais Aumentativas	1.063.544	1.036.279	27.265
Varições Patrimoniais Diminutivas	1.063.198	1.021.473	41.725
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>346</b>	<b>14.806</b>	<b>(14.460)</b>

### Evolução das Variações Patrimoniais Aumentativas

(em R\$ milhares)



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dentre as variações aumentativas que mais impactaram, destacam-se:

A variação positiva de R\$ 19.755 (72%) corresponde ao acréscimo anual definido nos incisos I e II do art. 107 dos Atos de Disposição Constitucional Transitória (ADCT), com base na despesa primária paga de 2016, acrescida anualmente pelo IPCA, no período de doze meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere à Lei Orçamentária Anual (LOA);

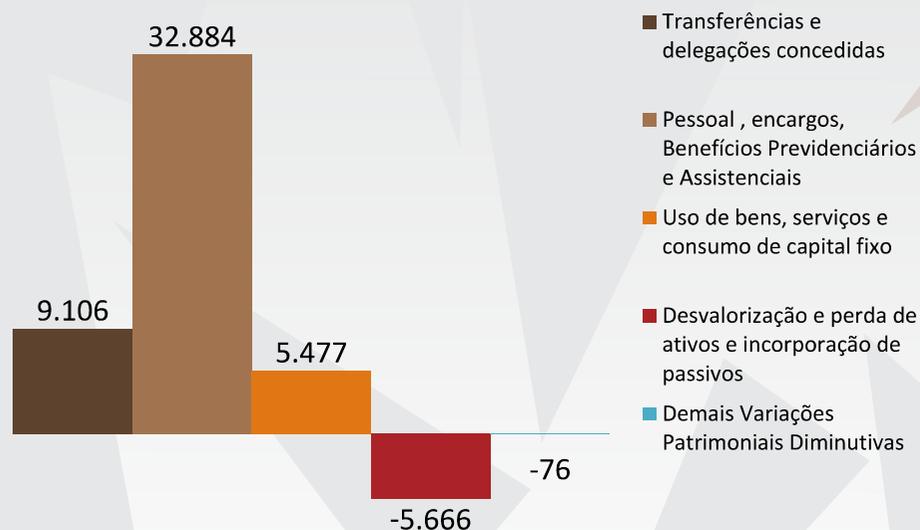
A variação patrimonial aumentativa de R\$ 5.994 mil (22%) é oriunda, principalmente, das receitas auferidas com taxas de inscrição para o concurso para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário da JMU.

Dentre as variações diminutivas significativas, ressaltam-se:

As despesas com Pessoal, Encargos e Benefícios Previdenciários representam 79% (R\$ 32.884mil) do aumento das variações patrimoniais diminutivas em 2018. Tal aumento é decorrente, sobretudo, dos vencimentos e das gratificações de natureza salarial, sendo resultado, em especial, da implantação parcelada do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela Lei nº 13.317/2016, além do crescimento vegetativo da folha de pagamento do Órgão;

As transferências financeiras concedidas aumentaram em R\$ 9.106 mil, refletindo o crescimento das descentralizações realizadas para as unidades gestoras executoras da Justiça Militar em 2018.

**Evolução das Variações Patrimoniais Diminutivas**  
(em R\$ milhares)



## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Órgão: 13000 – Justiça Militar da União (Exceto os destaques orçamentários para outros Órgãos)

(em R\$ milhares)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		
RECEITAS CORRENTES	362	362	6.622	6.260
Receita Patrimonial	129	129	118	(11)
Receitas de Serviços	4	4	6.115	6.111
Outras Receitas Correntes	229	229	389	159
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>362</b>	<b>362</b>	<b>6.622</b>	<b>6.260</b>
<b>DEFICIT ORÇAMENTÁRIO</b>			<b>525.138</b>	<b>525.138</b>
<b>TOTAL</b>	<b>362</b>	<b>362</b>	<b>531.760</b>	<b>531.398</b>

Fonte: SIAFI 2018 e 2017



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(em R\$ milhares)

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	540.919	536.615	522.968	510.153	509.921	13.646
Pessoal e Encargos Sociais	426.438	426.439	421.900	417.091	417.061	4.538
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	114.480	110.176	101.068	93.061	92.860	9.108
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	9.132	13.437	8.792	6.296	6.296	4.645
Investimentos	9.132	13.437	8.792	6.296	6.296	4.645
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>550.052</b>	<b>550.052</b>	<b>531.760</b>	<b>516.449</b>	<b>516.217</b>	<b>18.292</b>

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Destaca-se que o resultado Orçamentário é resultante da relação entre a receita realizada e a despesa empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit.

É válido notar, também, que os resultados orçamentários dos poderes Judiciário e Legislativo da União são impactados em virtude das suas atividades finalísticas não estarem vinculadas a competência de arrecadação tributária. Diante disso, os valores necessários para seu custeio e manutenção são transferidos pelo Poder Executivo e evidenciados no Balanço Financeiro.

Logo, o Déficit de R\$ 525.138 mil apurado no Balanço Orçamentário da JMU deve ser observado conjuntamente com as transferências financeiras recebidas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que, em 2018, totalizam R\$ 531.394 mil.

(em R\$ milhares)

Resultado Orçamentário JMU			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	6.622	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	522.968
Receita Patrimonial	118	Pessoal e Encargos Sociais	421.901
Receitas de Serviços	6.115	Juros e Encargos da Dívida	-
Outras Receitas Correntes	389	Outras Despesas Correntes	101.068
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>6.622</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>8.791</b>
	-	Investimentos	8.791
<b>TOTAL</b>	<b>6.622</b>	<b>TOTAL</b>	<b>531.760</b>
<b>Déficit Orçamentário</b>	<b>525.138</b>		

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Transferências Financeiras do Tesouro

R\$ 531.394 mil

Déficit Orçamentário

R\$ 525.138 mil

Recursos Financeiros > Gasto Orçamentário

R\$ 6.256 mil

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Unidade Orçamentária: 13101 – Justiça Militar da União

**EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA JMU DESCENTRALIZADO 2018**

(em R\$ milhares)

DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS	VALOR DESTAQUE	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.135</b>	<b>1.135</b>	<b>1.110</b>	<b>1.110</b>	<b>25</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.135	1.135	1.110	1.110	25
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100</b>
Investimentos	100	100	-	-	100
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DESCENTRALIZADO</b>	<b>1.235</b>	<b>1.235</b>	<b>1.110</b>	<b>1.110</b>	<b>125</b>

Fonte: SIAFI 2018

Destaca-se que o demonstrativo acima evidencia os termos de cooperação firmados por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), pelo qual a Justiça Militar da União descentraliza seu orçamento para que outros órgãos públicos executem atividades utilizando-se dos valores transferidos. Os órgãos públicos parceiros são: Senado Federal, Fundação Universidade de Brasília (FUB), Academia Militar das Agulhas Negras, Base Administrativa do CMDO de Operações Especiais, Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Exército Brasileiro.

(em R\$ milhares)

Restos a Pagar	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro de 2017	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>Não Processados</b>	<b>822</b>	<b>35.395</b>	<b>18.357</b>	<b>4.456</b>	<b>13.404</b>
Pessoal e Encargos Sociais	61	23.017	11.367	36	11.675
Outras Despesas Correntes	727	10.967	5.822	4.375	1.497
Investimentos	34	1.411	1.168	45	232
<b>Processados</b>	<b>132</b>	<b>125</b>	<b>85</b>	<b>30</b>	<b>142</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	15	-	-	15
Outras Despesas Correntes	132	110	85	30	127
Investimentos	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>954</b>	<b>35.520</b>	<b>18.442</b>	<b>4.486</b>	<b>13.546</b>

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

**Restos a Pagar Inscritos (em R\$ milhares)**





## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A JMU reduziu **63%** (RS 22.928 mil) dos Restos a Pagar Inscritos dentre pagamentos cancelados. A redução está vinculada à política institucional de diminuição dos estoques de Restos a Pagar, conforme proposto pelas diretrizes contidas na Emenda Constitucional nº. 95/2016.



### BALANÇO FINANCEIRO

(em R\$ milhares)

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>6.622</b>	<b>905</b>
Ordinárias	-	290
Vinculadas	12.945	655
(-) Deduções da Receita Orçamentária	(6.323)	(40)
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>1.044.426</b>	<b>1.033.550</b>
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>20.975</b>	<b>36.905</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	231	111
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	15.312	35.395
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	421	309
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.011	1.090
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>51.391</b>	<b>27.280</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	51.391	27.280
<b>TOTAL</b>	<b>1.123.414</b>	<b>1.098.639</b>

**Redução de 56% na inscrição  
de Restos a Pagar**

(em R\$ milhares)

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>531.760</b>	<b>518.588</b>
Ordinárias	452.448	329.687
Vinculadas	79.312	188.900
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>526.319</b>	<b>519.048</b>
<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>18.906</b>	<b>9.612</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	85	110
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	18.357	9.212
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	464	291
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>46.429</b>	<b>51.391</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.429	51.391
<b>TOTAL</b>	<b>1.123.414</b>	<b>1.098.639</b>

**Diminuição de 58% no  
pagamento de despesas**

O resultado financeiro do exercício 2018 foi deficitário em R\$ 4.962 mil. Esse resultado é representado pelo confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da Justiça Militar da União. Em função das particularidades da JMU, pela observância do princípio de caixa único, é possível verificar também o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A redução de 62% (R\$ 113.442 mil) das despesas vinculadas com a seguridade social impactou negativamente os dispêndios realizados pela JMU. A diminuição das transferências financeiras vinculadas ocorreu em virtude de mudanças na operacionalização do detalhamento da fonte de recursos realizado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) no momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2018.



É válido notar, também, que a diminuição de despesas vinculadas impactou o Relatório de Gestão Fiscal da JMU, aumentando sua Despesa Líquida com Pessoal em 62%. Tal aumento deve-se, principalmente, à redução do repasse de recursos do orçamento de fontes vinculadas (0156 e 0169) e ao aumento de repasse em fonte ordinária (0100) para pagamento de despesas com inativos e os pensionistas. Assim, as despesas com inativos e pensionistas, pagas com recursos ordinários, não podem ser inseridas como despesas não computadas e, conseqüentemente, impactam no aumento do percentual em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).

### BALANÇO FINANCEIRO

(em R\$ milhares)

	2018	2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>2.501,09</b>	<b>28.286,10</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.056.480</b>	<b>1.035.853</b>
Receitas Derivadas e Originárias	6.622	905
Outros Ingressos das Operações	1.049.858	1.034.948
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>(1.053.979)</b>	<b>(1.007.567)</b>
Pessoal e Demais Despesas	(496.256)	(458.127)
Transferências Concedidas	(30.940)	(30.102)
Outros Desembolsos das Operações	(526.783)	(519.338)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(7.464)</b>	<b>(4.175)</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>(7.464)</b>	<b>(4.175)</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	(7.125)	(3.615)
Outros Desembolsos de Investimentos	(338)	(559)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(4.963)</b>	<b>24.111</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>51.391</b>	<b>27.280</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>46.429</b>	<b>51.391</b>

Em 2018, o Fluxo de caixa da JMU apresentou uma redução de **R\$ 5 milhões** em relação a 2017. vinculadas



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **EXERCÍCIO FINANCEIRO 2018**

#### 1.0 – Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Justiça Militar da União (DCONJMU) foram elaboradas tomando por base as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP/NBCASP), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição (Portaria Conjunta das Secretarias do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) nº 2/2016 e Portaria da STN nº 840/2016), a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), consoante a Portaria da STN nº 510/2016, os dispositivos constantes da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e demais normas técnicas aplicáveis. As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*) foram utilizadas de maneira subsidiária e observadas em sua integridade.

As DCONJMU apresentam as informações das Unidades Gestoras integrantes do Órgão 13000 – Justiça Militar da União (JMU), abaixo relacionadas, e compõem o processo de Contas do Governo a ser apreciado pelo Congresso Nacional, o qual compreende a Prestação de Contas do Presidente da República na qualidade de Chefe do Poder Executivo, bem como as Prestações de Contas dos demais Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, segundo a independência constitucional de cada ente, tendo sido elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

	Unidades Gestoras	Localização
60001	STM	Brasília/DF
60002	8ª CJM	Belém/PA
60003	10ª CJM	Fortaleza/CE
60004	7ª CJM	Recife/PE
60005	6ª CJM	Salvador/BA
60006	4ª CJM	Juiz de Fora/MG
60007	9ª CJM	Campo Grande/MS
60017	5ª CJM	Curitiba/PR
60018	1ª DA 3ª CJM	Porto Alegre/RS
60019	2ª DA 3ª CJM	Bagé/RS
60020	3ª DA 3ª CJM	Santa Maria/RS
60021	12ª CJM	Manaus/AM
60025	Setorial Orçamentária e Financeira	Brasília/DF
60027	Setorial Contábil	Brasília/DF
60028	Foro da 1ª CJM	Rio de Janeiro/RJ
60029	Foro da 2ª CJM	São Paulo/SP
60030	Foro da 11ª CJM	Brasília/DF

O objetivo principal das DCONJMU é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o quarto trimestre de 2018.

Nas DCONJMU, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e a mutação do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa, os fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Brasileiro, particularizadas pelos dados consolidados das unidades gestoras integrantes desta Justiça Especializada.

As estruturas e a composição das DCONJMU estão de acordo com as bases propostas pelas NBCASP e MCASP, sendo compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF) e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

#### 2.0 - Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e as políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo PCASP que nortearam a elaboração das Notas Explicativas.

##### Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

##### Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- créditos tributários;
- créditos não tributários;
- dívida ativa;
- transferências concedidas;
- empréstimos e financiamentos concedidos;
- adiantamentos e
- valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo de aquisição.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 3.0- Composição dos Principais Itens das Demonstrações

#### 3.1- Balanço Patrimonial

##### Nota 01 – Ativo Circulante – Caixa e equivalentes de caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Observa-se que o Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, no valor de R\$ 46.429 mil em 31/12/2018, refere-se aos valores disponíveis para transferências e liquidação de obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e com fornecedores – R\$ 46.229 mil - e depósitos e cauções recebidos – R\$ 200 mil alocados na fonte de recursos 190.

##### Tabela 01 – Caixa e equivalentes de caixa – Composição

Identificação da Disponibilidade de Caixa	R\$ milhares		
	2018	2017	Variação
Fonte 156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	365	371	(6)
Fonte 169 - Contribuição Patronal P/Pano de Segurid. Soc.Serv.	11	201	(190)
Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	2.468	2.831	(363)
Fonte 150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	4.675	1.671	3.003
Fonte 188 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	0	1.777	(1.777)
Fonte 190 - Recursos Diversos	200	243	(43)
<b>Total dos Recursos Vinculados</b>	<b>7.719</b>	<b>7.094</b>	<b>624</b>
Fonte 100 - Recursos Ordinários	38.710	44.297	(5.587)
<b>Total de Recursos Não Vinculados</b>	<b>38.710</b>	<b>44.297</b>	<b>(5.587)</b>
<b>Total da Disponibilidade de Caixa</b>	<b>46.429</b>	<b>51.391</b>	<b>(4.962)</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

##### Nota 02 – Ativo Circulante – Demais créditos e valores a curto prazo

Composto por adiantamentos concedidos a pessoal, suprimentos de fundos e créditos a receber.

Os adiantamentos concedidos a pessoal são oriundos dos registros da folha de pagamento de servidores e magistrados, cuja conciliação para ajustes e/ou baixas é realizada pela Diretoria de Pessoal (DIPES), por meio do Sistema de Recursos Humanos (SRH), utilizado na elaboração da folha de pagamento.

##### Tabela 02 – Demais créditos e valores a curto prazo – Composição

	2018	2017	Variação
Adiantamentos concedidos a pessoal	5.341	5.084	257
- 13º salário	2.511	2.355	156
- 1/3 de férias	2.152	2.118	34
- Salários e ordenados	678	611	67
Suprimento de fundos	1	-	1
<b>Total</b>	<b>5.342</b>	<b>5.084</b>	<b>258</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

##### Nota 03 – Ativo Circulante – Estoques

Em 31/12/2018, a JMU possuía o montante de R\$ 899 mil em estoque de material de consumo e mercadorias para doação. As Unidades Gestoras da JMU, à exceção do Superior Tribunal Militar (STM)- UG 060001, não registram em estoque os itens de almoxarifado e material de consumo, tendo em vista sua baixa

materialidade, quantidade e relevância, comparativamente ao custo-benefício da manutenção de controle de estoque e respectivos relatórios de almoxarifado. Portanto, as entradas são registradas diretamente em contas de Variação Patrimonial Diminutiva como consumo imediato.

Os estoques são mensurados pelo valor de custo. A política contábil de avaliação adotada até outubro/2018 era o método PEPS- primeiro a entrar e primeiro a sair. Contudo, a partir de novembro/2018, o critério contábil foi modificado para preço médio ponderado, em consonância com as exigências da Lei nº 4.320/1964 e em virtude da implantação de novo Sistema de Controle Patrimonial na JMU, o Sistema de Gestão Administrativa (GEAFIN), desenvolvido e cedido pelo TRF da 4ª Região.

##### Nota 04 – Ativo Não Circulante – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 31/12/2018 foi registrado o valor de R\$ 336 mil referente às contribuições patronais antecipadas à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp-Jud), realizadas em 27/11/2013, bem como a respectiva atualização monetária, no valor de R\$ 117 mil. Trata-se de aporte inicial realizado pelos órgãos patrocinadores quando da criação da Funpresp-Jud, a título de contribuições futuras. Tais valores serão atualizados mensalmente pelo IPCA, devendo ser compensados a partir do ano subsequente ao ano em que o plano atingir o Ponto de Equilíbrio Operacional. Compõem, ainda, o saldo dos Demais Créditos, os valores referentes aos depósitos judiciais efetuados (R\$ 46 mil).





## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 04 – Tabela de Depreciação da JMU

Título	Vida útil (anos)	Valor residual (%)
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hospitalares	15	20%
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
Máquinas e Equipamentos Industriais	20	10%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	5	10%
Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	20	10%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Eletroeletrônicos	10	10%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%
Mobiliário em Geral	10	10%
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
Discotecas e Filмотecas	5	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
Obras de Arte e Peças para Exposição	0	0%
Veículos em Geral	15	10%
Veículos de Tração Mecânica	15	10%
Armamentos	20	15%
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10%

Fonte: Macrofunção Siafi 02.03.30

Nota 06 – Ativo Não Circulante – Bens móveis e depreciação

Em 31/12/2018 a JMU possuía o montante de R\$ 39.066 mil em bens móveis (R\$ 36.095 mil em 31/12/2017), sendo R\$ 61.710 mil relativos ao custo de aquisição (R\$ 54.929 mil em 31/12/2017), dos quais se deduz o valor de R\$ 22.644 mil relativo à depreciação acumulada (R\$ 18.833 mil em 31/12/2017).

O acréscimo de R\$ 6.781 mil no custo de aquisição de bens móveis refere-se à incorporação/desincorporação dos seguintes itens:

Tabela 05 – Composição da Variação dos Bens Móveis

	R\$ milhares		
	2018	2017	Variação
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.534	9.264	270
Bens de Informática	22.289	18.256	4.027
Móveis e Utensílios	14.246	12.854	1.393
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.360	3.046	313
Veículos	11.104	8.114	2.990
Bens Móveis em Almoarifado	77	2.410	-2.326
Demais Bens Móveis	1.100	985	115
<b>Total</b>	<b>61.710</b>	<b>54.929</b>	<b>6.781</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Em dezembro de 2017 devido à implantação do e-Proc/JMU cerca de 70% de microcomputadores e equipamentos de redes foram adquiridos para substituição dos existentes. Os referidos bens ficaram em almoxarifado, e foram distribuídos no exercício financeiro de 2018, impactando numa variação negativa de R\$ -2.300 mil no Almoxarifado e aumento de Bens de Informática no mesmo valor. Somadas as novas aquisições para o e-Proc/JMU, tem-se a variação de R\$ 1.700 mil resultante da aquisição de equipamentos para vídeo conferência e ensino à distância.

A renovação da frota de veículos de transporte institucional dos Magistrados das Unidades Gestoras da JMU, no exercício de 2018, ocasionou um aumento de R\$ 2.990 mil.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Nota 07- Ativo Não Circulante – Bens imóveis e depreciação

Refere-se a bens de uso especial e a obras em andamento, utilizados para a realização das atividades da JMU, bem como imóveis funcionais para utilização por servidores e magistrados, compostos pelos seguintes itens:

**Tabela 06 – Bens Imóveis - Composição**

	R\$ milhares		
	2018	2017	Variação
Edifícios Registrados no SPIUNET	51.459	48.131	3328
Imóveis Residenciais / Comerciais	33.841	34.054	-213
Obras em Andamento	20.006	19.886	120
Terrenos/Glebas	2.608	2.608	--
Armazéns/Galpões	1.853	1.853	--
Estudos e Projetos	1452	1.443	9
Instalações	849	843	6
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	100	100	--
Edifícios Não Registrados no SPIUNET	85	85	--
<b>Subtotal</b>	<b>112.253</b>	<b>109.003</b>	<b>3250</b>
Depreciação Acumulada	-5.002	-3.424	-1.578
<b>Total</b>	<b>107.251</b>	<b>105.579</b>	<b>-1.672</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Os registros da depreciação dos bens imóveis são realizados diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

A variação de R\$ 3.328 mil refere-se à reavaliação de imóvel da UG 060006- Auditoria da 4ª CJM, bem como a incorporação e baixa de imóveis na UG 0600020- Auditoria da 3ª CJM, de acordo com a tabela abaixo:

**Tabela 07 - Edifícios registrados no SPIUNET - Variação**

R\$ milhares

Histórico	Valor	RIP do imóvel
Reavaliação	956	4733000605002
Incorporação	3.123	8841001465009
Baixa	(751)	8841000725007
<b>Total</b>	<b>3.328</b>	<b>--</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

### Nota 08 – Ativo Não Circulante – Intangível

Registra os softwares adquiridos de terceiros, licenças e direitos de uso, bem como aplicativos desenvolvidos internamente, para utilização do Órgão, conforme o Procedimento SIAFI 02.11.30 – Despesas com TI.

A amortização dos itens registrados no Ativo Intangível não está sendo registrada, em virtude da inviabilidade técnica do Sistema de Controle Patrimonial existente no Órgão, o LICIMAP. Com o objetivo de sanar tal ressalva, a Secretaria de Controle Interno (SECIN) demandou à Diretoria de Tecnologia da Informação (DITIN) e à Diretoria de Administração (DIRAD) a aquisição ou desenvolvimento interno de um Sistema de Controle Patrimonial que permita o controle, acompanhamento e mensuração dos valores dos bens intangíveis passíveis de amortização.

Conforme já mencionado, o Projeto do novo sistema de controle patrimonial da JMU iniciou-se em Novembro/2018, abrangendo a Gestão de Almoxarifado. Tal procedimento permitirá que os Estoques sejam mensurados e avaliados pelo critério contábil de preço médio ponderado, conforme preceitua a Lei 4.320/64 e poderá disponibilizar tal tecnologia para as unidades gestoras fora da sede do Superior Tribunal Militar (STM).

Além disso, a segunda fase de implantação do GEAFIN está em execução com a migração e validação dos dados por parte da Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Administração e Secretaria de Controle Interno. Reitera-se que a sua implantação eliminará as divergências sistêmicas existentes



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

atualmente no Sistema de Controle Patrimonial (LICIMAP), proporcionando à contabilidade razoável segurança quanto à integridade dos dados gerados pelo sistema, melhorando a qualidade da informação contábil do Órgão. O GEAFIN possui a funcionalidade de amortização de bens, tratamento contábil que deverá ser iniciado com a operacionalização do novo sistema

**Tabela 08 – Ativo Intangível - Composição**

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
Softwares	5.497	5.159	338
- Softwares com vida útil definida	5.481	5.143	338
- Softwares com vida útil indefinida	16	16	--
Marcas, direitos e patentes industriais	226	227	(1)
<b>Total</b>	<b>5.723</b>	<b>5.386</b>	<b>337</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

### Nota 09 – Passivo Circulante

**Tabela 09 - Passivo Circulante - Composição**

	R\$ milhares		
Passivo Circulante	2018	2017	Varição
Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	360	2.666	(2.306)
Fornecedores e Contas a Pagar	138	75	63
Provisões	--	10	-10
Demais Obrigações	446	414	32
<b>Total</b>	<b>944</b>	<b>3.165</b>	<b>(2.221)</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Em 31/12/2018, valores de adiantamentos e provisões da folha de pagamento reconhecidos pela JMU e contabilizados em 2018, no valor de R\$ 4.118 mil, foram ajustados.

Evidencia-se, no momento, o saldo de R\$ 360 mil em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo.

O sistema de administração de pessoal utilizado pela JMU não está preparado para calcular as provisões da folha de pagamento, sendo sua mensuração e registro efetuados à base de 1/12 da estimativa anual da Folha de Pessoal do Órgão.

Em maio/2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Recursos Humanos (SERH), desenvolvido e de propriedade do TRF-4ª Região, por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias à mensuração da provisão da folha de pagamento.

Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais refere-se aos valores a pagar aos credores decorrentes da prestação de serviços e do fornecimento de bens e de materiais.

### Nota 10- Passivo não Circulante – Provisões de longo prazo

No âmbito da JMU, estão registrados os passivos decorrentes de decisões administrativas referentes a despesas com pessoal. Esses passivos, reconhecidos pela entidade como provisões para perdas judiciais e administrativas de longo prazo até 31/12/2017, totalizavam o valor de R\$ 305.655 mil.

Em 2018, as provisões de longo prazo foram impactadas com uma variação de R\$ 26.140 mil. Tal variação é resultante das atualizações monetárias e recálculos dos valores de passivos em virtude de decisão definitiva do Complemento da PAE, além da inclusão e pagamento de novos passivos.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Tabela 10 - Passivo não Circulante – Provisões de longo prazo**

	R\$ milhares		
	2018	2017	Variação
VPI (13,23%)	219.879	219.879	--
Complemento PAE	16.123	27.403	11.280
VPNI – Quintos	25.622	25.622	--
ATS Magistrados	287	287	--
URV (11,98%)	5.349	5.349	--
Abono Variável - Magistrados	562	562	--
Outros Passivos	11.693	26.553	14.860
<b>TOTAL</b>	<b>279.515</b>	<b>305.655</b>	<b>26.140</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

### Nota 11- Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

A JMU possuía, em 31/12/2018, resultados acumulados (déficit) no valor de R\$ 75.123 mil, compostos pela soma do resultado do exercício de 2018 (R\$ 346 mil) com o resultado do exercício anterior negativo (déficit de R\$ 104.313 mil no exercício 2017), somados ao ajuste de exercícios anteriores no valor de R\$ 28.844 mil.

A conta de ajustes de exercícios anteriores no exercício aumentou significativamente em relação ao exercício anterior, de R\$ (2.388 mil) para R\$ 28.844 mil, devido, necessariamente, ao ajuste em Provisões de Longo Prazo no valor de R\$ 26.140 mil, de acordo com a Nota 10- Passivo não Circulante - Provisões de longo prazo.

**Tabela 11 - Patrimônio Líquido- Resultados Acumulados**

	R\$ milhares		
	2018	2017	Variação
Resultado do Exercício	346	14.806	(14.460)
Resultados de Exercícios Anteriores	(104.313)	(116.731)	12.418
Ajustes de Exercícios Anteriores	28.844	(2.388)	31.232
<b>Total</b>	<b>(75.123)</b>	<b>(104.313)</b>	<b>29.190</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

### 3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais

#### Nota 12 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da JMU no exercício de 2018 foi de R\$ 346 mil, representando redução de R\$ 14.460 mil (-97,66%) em relação ao mesmo período de 2017 (superávit de R\$ 14.806 mil), conforme tabela a seguir.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 12 – Resultado Patrimonial

R\$ milhares

	2018	2017	Varição
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.063.544	1.036.279	<b>27.265</b>
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.063.198	1.021.473	<b>41.725</b>
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>346</b>	<b>14.806</b>	<b>(14.460)</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Conforme demonstrado na tabela seguinte, os principais motivos para a redução do resultado patrimonial foram maiores acréscimos das despesas com benefícios previdenciários e assistenciais (R\$ 25.925 mil), despesas com pessoal e encargos (R\$ 6.959 mil), transferências e delegações concedidas (R\$ 9.106 mil) e uso de bens, serviços e consumo de capital fixo (R\$ 5.477 mil), em relação aos acréscimos das receitas de transferências e delegações recebidas (R\$ 19.755 mil), exploração e venda de bens, serviços e direitos (R\$ 5.994 mil) e da valorização e ganhos com ativos (R\$ 1.668 mil), bem como à redução da desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos (R\$ 5.666 mil).

Tabela 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

R\$ milhares

Variações Patrimoniais Aumentativas	2018	2017	Varição
Transferências e delegações recebidas	1.053.991	1.034.236	19.755
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	6.233	239	5.994
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	1.675	7	1.668
Contribuições	1.084	1.090	(6)
Outras variações patrimoniais aumentativas	545	707	(162)
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	17	-	17
<b>TOTAL</b>	<b>1.063.545</b>	<b>1.036.279</b>	<b>27.266</b>

Variações Patrimoniais Diminutivas	2018	2017	Varição
Transferências e delegações concedidas	529.737	520.631	9.106
Pessoal e encargos	220.610	213.651	6.959
Benefícios previdenciários e assistenciais	224.192	198.267	25.925
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	86.705	81.228	5.477
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	1.005	6.671	(5.666)
Tributárias	259	258	1
Outras variações patrimoniais diminutivas	577	724	(147)
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	113	43	70
<b>TOTAL</b>	<b>1.063.198</b>	<b>1.021.473</b>	<b>41.725</b>
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>346</b>	<b>14.806</b>	<b>(14.460)</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

### Nota 13- Variação Patrimonial Aumentativa – Contribuições

Refere-se às contribuições destinadas ao custeio de pensões militares, decorrentes de descontos mensais obrigatórios na folha de pagamento de militares cedidos à JMU, à alíquota de 7,5%. Essas contribuições são repassadas ao Ministério da Defesa, Órgão do Governo Federal responsável pela direção superior das Forças Armadas, não tendo impacto no resultado patrimonial da JMU.

### Nota 14 – Variação Patrimonial Aumentativa – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Os valores relativos ao exercício 2018 são oriundos, principalmente, das receitas auferidas com taxas de inscrição para o concurso para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário da JMU.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 14 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

	R\$ milhares		
	2018	2017	Variação
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.233	239	5.994
<b>Total</b>	<b>6.233</b>	<b>239</b>	<b>5.994</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Nota 15 – Variação Patrimonial Aumentativa – Transferências e Delegações Recebidas

Tabela 15 – Transferências e Delegações Recebidas

	R\$ milhares		
	2018	2017	Variação
Cota Recebida	522.495	516.725	19.129
Sub Repasse Recebido	520.108	516.705	9.790
Movimentações de VPA	4.100	63	4.037
Transf. Recebidas p/ Pagto de Restos a Pagar	1.777	56	1.721
Doações/Transferências Recebidas	5.466	687	(595)
Sub Repasse Devolvido	44	--	44
Repasse Recebido	1	--	1
<b>Total</b>	<b>1.053.991</b>	<b>1.034.236</b>	<b>19.755</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Os valores relativos à Cota Recebida são decorrentes das transferências financeiras realizadas pela STN para a JMU, com o intuito da realização das suas atividades. Posteriormente, esses valores são objetos de transferências internas para as diversas Unidades Gestoras da JMU, classificados como Sub Repasse Recebido. Dessa forma, ocorre a duplicidade na informação, pois os valores recebidos como Sub Repasse estão contidos na Cota Recebida pelo Órgão.

Os valores relativos a Movimentações de VPA referem-se a reclassificações de pagamentos entre notas de empenho de exercícios diferentes.

Nota 16 – Variação Patrimonial Aumentativa – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

No exercício de 2018 foi reconhecida a valorização de imóveis de uso especial no *Spiunet* no montante de R\$ 1.600 mil, decorrente de reavaliações para fins de alienação de imóvel funcional (R\$ 357 mil) e transferência entre Unidades Gestoras da JMU (R\$ 1.243 mil).

Foram auferidos, ainda, ganhos no valor de R\$ 56 mil relativos ao reconhecimento de ativos, principalmente em decorrência da incorporação de bens utilizados em reforma de apartamentos funcionais e de bens móveis doados pela Marinha do Brasil.

Nota 17 – Variação Patrimonial Aumentativa – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Refere-se a restituições e indenizações reconhecidas como receitas pela JMU, decorrentes de aplicação de multas, bem como valores devolvidos por servidores por motivos de cessação, redistribuição, alteração do período de férias, posse em cargo inacumulável, óbito, diárias não utilizadas etc.

Nota 18 – Variação Patrimonial Diminutiva – Pessoal e Encargos

Tabela 16 – Pessoal e Encargos Sociais

	R\$ milhares		
	2018	2017	Variação
Remuneração a Pessoal	172.799	166.934	5.865
Encargos Patronais	30.838	30.005	833
Benefícios a Pessoal	16.359	16.452	(93)
Outras VPD – Pessoal e Encargos	613	260	353
<b>TOTAL</b>	<b>220.609</b>	<b>213.651</b>	<b>6.958</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O aumento das despesas de Remuneração a Pessoal, composto, principalmente, pelos vencimentos e gratificações de natureza salarial, decorreu, em especial, da implantação parcelada do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela Lei nº 13.317/2016.

O referido aumento causa reflexo também nos benefícios de aposentadorias e reformas, conforme Nota 19 – Variação Patrimonial Diminutiva - Benefícios Previdenciários e Assistenciais, em razão da paridade entre servidores ativos e inativos, a que tem direito os agentes públicos empossados até 2004.

### Nota 19 – Variação Patrimonial Diminutiva – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Tabela 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

R\$ milhares

	2018	2017	Varição
Aposentadorias e Reformas	134.985	119.671	15.314
Pensões	89.018	78.308	10.710
Outros Benef. Previdenciários e Assistenciais	188	288	(100)
<b>TOTAL</b>	<b>224.191</b>	<b>198.267</b>	<b>25.924</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

### Nota 20 – Variação Patrimonial Diminutiva – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Tabela 18 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

R\$ milhares

	2018	2017	Varição
Uso de material de consumo	77.629	72.289	5.340
Serviços	5.422	6.201	(779)
Depreciação	3.654	2.737	917
<b>TOTAL</b>	<b>86.705</b>	<b>81.227</b>	<b>5.478</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

Compreende as despesas com manutenção e operação da máquina pública realizadas para o funcionamento da JMU, tais como: serviços administrativos, vigilância, limpeza, água, energia elétrica, diárias, material de consumo, passagens e despesas com hospedagens e locomoção, depreciação de bens móveis e imóveis etc.

### Nota 21 – Variação Patrimonial Diminutiva – Transferências e Delegações Concedidas

Tabela 19 – Transferências e Delegações Concedidas

R\$ milhares

	2018	2017	Varição
<b>Sub Repasse Concedido</b>	<b>520.108</b>	<b>516.705</b>	<b>3.403</b>
<b>Outras Transferências e Doações Concedidas</b>	<b>3.114</b>	<b>692</b>	<b>2.422</b>
<b>Devolução de Diferido (cota e sub-repasse)</b>	<b>2.054</b>	<b>--</b>	<b>2.054</b>
<b>Transf. Concedidas p/ Pagto de Restos a Pagar</b>	<b>1.777</b>	<b>--</b>	<b>1.777</b>
<b>Repasse Concedido</b>	<b>1.237</b>	<b>900</b>	<b>337</b>
<b>Movimento de Saldos Patrimoniais</b>	<b>1.143</b>	<b>1.443</b>	<b>(300)</b>
<b>Movimentações de VPD</b>	<b>232</b>	<b>--</b>	<b>232</b>
<b>Doações/Transferências Concedidas</b>	<b>72</b>	<b>891</b>	<b>(819)</b>
<b>Total</b>	<b>529.737</b>	<b>520.631</b>	<b>9.106</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

### Nota 22 – Variação Patrimonial Diminutiva – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

No exercício de 2018 foi realizada a alienação de um imóvel funcional pelo valor de R\$ 570 mil, relativo ao valor patrimonial acrescido da valorização descrita na Nota 16 - Variação Patrimonial Aumentativa- Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos. Foram, ainda, realizadas baixas de bens patrimoniais de bens inservíveis no valor de R\$ 100 mil.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

No exercício de 2017 houve o registro de Perdas Involuntárias de Bens Móveis no valor de R\$ 1.435 mil, decorrentes, principalmente, da baixa de veículos usados em virtude de sua permuta por novos veículos de representação para transporte de membros do STM (bens dados como parte do pagamento). Ocorreu, ainda, a Incorporação de Passivos no valor de R\$ 5.099 mil, decorrente da atualização monetária das provisões para perdas judiciais/administrativas.

**Tabela 20 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos**

R\$ milhares

	2018	2017	Variação
Desincorporação de Ativos	682	137	545
Reavaliação de Bens Imóveis	287	--	287
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	36	1.435	(1.399)
Incorporação de Passivos	--	5.099	(5.099)
<b>TOTAL</b>	<b>1.005</b>	<b>6.671</b>	<b>(5.666)</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

### 3.3 Balanço Orçamentário

#### Nota 23- Previsão Inicial e Dotação Inicial

O Balanço Orçamentário do Órgão Superior da Justiça Militar da União apresenta-se de forma não consolidada com o Balanço Geral da União. Sendo assim, evidencia-se um desequilíbrio/déficit orçamentário entre a previsão inicial da receita e a fixação da despesa. Isso se deve ao fato de a JMU não possuir como finalidade a arrecadação de tributos ou a arrecadação de receitas próprias.

Dessa forma, as atividades finalísticas da JMU são custeadas pela União por meio de descentralização financeira provenientes de fontes de recursos ordinários do Tesouro Nacional, o que não é evidenciado no Balanço Orçamentário e sim no Balanço Financeiro.

**Tabela 21 – Orçamento Aprovado 2018 – Composição**

R\$ milhares

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial
<b>Receitas Correntes</b>	<b>362</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>540.920</b>
Receita Patrimonial	129	Pessoal e Encargos Sociais	426.439
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	129	Juros e encargos da dívida	--
Receitas de Serviços	4	Outras Despesas Correntes	114.481
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4	<b>Despesas de Capital</b>	<b>9.132</b>
Outras Receitas Correntes	229	Investimentos	9.132
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	229	Inversões Financeiras	--
<b>Total das Receitas</b>	<b>362</b>	<b>Total das Despesas</b>	<b>550.052</b>

#### Nota 24 – Receitas Orçamentárias – Previsão x Execução

A disparidade das receitas de serviços previstas inicialmente (R\$ 4 mil), com o que foi efetivamente arrecadado (R\$ 6.115 mil), deve-se, ao concurso público realizado pela JMU no exercício corrente de 2018.

A arrecadação da receita corrente patrimonial com a exploração do patrimônio da JMU chega a 91% (R\$ 129 mil) em relação à previsão inicial (R\$ 118 mil).



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Tabela 22 – Previsão e Execução da Receita Orçamentária**

R\$ milhares

Receita	2018			
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Variação
Receitas Orçamentárias	(a)	(b)	(c)	(c-b)
<b>Receitas correntes</b>	<b>362</b>	<b>362</b>	<b>6.622</b>	<b>6.260</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	129	129	118	(11)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	129	129	118	(11)
<b>Receitas de Serviços</b>	4	4	6.115	6.111
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4	4	6.115	6.111
<b>Outras Receitas Correntes</b>	229	229	389	160
Multas administrativas, contratuais e Judiciais	--	--	5	5
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	229	229	384	154
Demais receitas correntes	--	--	1	1
<b>Total das Receitas</b>	<b>362</b>	<b>362</b>	<b>6.622</b>	<b>6.260</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

### Nota 25 – Despesas Orçamentárias – Execução

A JMU no exercício de 2018 empenhou R\$ 8.792 mil com despesas de capital e R\$ 522.968 mil com despesas correntes. Destas, 81% (R\$ 421.901 mil) referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais e 19% (R\$ 101.067 mil) representam gastos com a operacionalização de suas atividades.

No que se refere às despesas de capital, 65% (R\$ 8.792 mil) foram empenhadas, restando um saldo de dotação de 35% (R\$ 4.645 mil), que não foi comprometido com a formação ou a aquisição de um bem de capital.

Das despesas correntes liquidadas, 99% (R\$ 509.921 mil) foram pagas, enquanto que das despesas de capital liquidadas, 100% foram pagas.

Se comparada a diferença da dotação atualizada total (R\$ 550.052 mil) com o saldo da dotação final (R\$ 18.292 mil), tem-se o valor de R\$ 531.760 mil, ou seja, 97% das despesas dotadas na JMU foram executadas (empenhadas) no exercício de 2018.

**Tabela 23 – Execução da Despesa Orçamentária**

R\$ milhares

Despesa	2018					
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Orçamentárias	(a)	(b)	©	(d)	(e)	(b-c)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>540.920</b>	<b>536.615</b>	<b>522.968</b>	<b>510.152</b>	<b>509.921</b>	<b>13.647</b>
Pessoal e Encargos Sociais	426.439	<b>426.439</b>	421.901	417.091	417.061	4.538
Outras Despesas Correntes	114.481	<b>110.176</b>	101.067	93.061	92.860	9.109
<b>Despesas de Capital</b>	<b>9.132</b>	<b>13.437</b>	<b>8.792</b>	<b>6.296</b>	6.296	<b>4.645</b>
Investimentos	9.132	<b>13.437</b>	<b>8.792</b>	<b>6.296</b>	6.296	<b>4.645</b>
<b>Subtotal das Despesas</b>	<b>550.052</b>	<b>550.052</b>	<b>531.760</b>	<b>516.448</b>	<b>516.217</b>	<b>18.292</b>
<b>Total</b>	<b>550.052</b>	<b>550.052</b>	<b>531.760</b>	<b>516.448</b>	<b>516.217</b>	<b>18.292</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

### Nota 26 – Execução dos Restos a Pagar - Não Processados

Do total de restos a pagar não processados inscritos do exercício de 2017, 65% fazem referência a despesas com pessoal (R\$ 23.017 mil), 31%, a outras despesas correntes (R\$ 10.967 mil), e 4%, despesas de capital com investimentos (R\$ 1.411 mil).

Foram pagos até o encerramento do exercício de 2018 cerca de 51% (R\$ 18.357 mil) referentes aos restos a pagar inscritos do exercício de 2017.

Até o momento, 49% (R\$ 11.367 mil) dos restos a pagar não processados inscritos no grupo de despesa pessoal e encargos sociais (23.017 mil) foram liquidados e pagos, restando um saldo de R\$ 11.675 mil a ser liquidado e pago até junho de 2019.

 **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Tabela 24 - Restos a Pagar Não processados - Composição 2018**

R\$ milhares

Despesa	2018					Saldo
	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em Dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	
<b>Despesas Orçamentárias</b>						
<b>Despesas Correntes</b>	<b>788</b>	<b>33.984</b>	<b>17.189</b>	<b>17.189</b>	<b>4.411</b>	<b>13.172</b>
Pessoal e Encargos Sociais	61	23.017	11.367	11.367	36	11.675
Outras Despesas Correntes	727	10.967	5.822	5.822	4.375	1.497
<b>Despesas de Capital</b>	<b>34</b>	<b>1.411</b>	<b>1.168</b>	<b>1.168</b>	<b>45</b>	<b>232</b>
Investimentos	34	1.411	1.168	1.168	45	232
<b>Subtotal das Despesas</b>	<b>822</b>	<b>35.395</b>	<b>18.357</b>	<b>18.357</b>	<b>4.456</b>	<b>13.404</b>
<b>Total</b>	<b>822</b>	<b>35.395</b>	<b>18.357</b>	<b>18.357</b>	<b>4.456</b>	<b>13.404</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

**Nota 27 – Execução dos Restos a Pagar – Processados (RPP)**

No tocante aos restos a pagar processados inscritos em 2017 (R\$ 125 mil), 88% fazem referência ao grupo de despesas - outras despesas correntes (R\$ 110 mil) e 12% são relativos ao grupo de despesas - pessoal e encargos sociais (R\$ 15 mil).

Dos valores cancelados no exercício de 2018 (R\$ 30 mil), 50% referem-se a restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores.

Quanto aos valores pagos no exercício de 2018, de restos a pagar processados (R\$ 85 mil), apenas 18% (R\$ 15 mil) referem-se a pagamentos de restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores, o restante que equivale a 82% (R\$ 70 mil), relaciona-se a pagamentos de restos a pagar processados inscritos em 2017.

**Tabela 25 - Restos a Pagar processados - Composição de 2018**

R\$ milhares

Despesa	2018				
	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>Despesas Orçamentárias</b>					
<b>Despesas Correntes</b>	<b>132</b>	<b>125</b>	<b>85</b>	<b>30</b>	<b>142</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	15	-	-	15
Outras Despesas Correntes	132	110	85	30	127
<b>Despesas De Capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos	-	-	-	-	-
<b>Subtotal das Despesas</b>	<b>132</b>	<b>125</b>	<b>85</b>	<b>30</b>	<b>142</b>
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>125</b>	<b>85</b>	<b>30</b>	<b>142</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

**3.4 - Balanço Financeiro**

**Nota 28 - Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária**

A descentralização de recursos financeiros ocorre meio de cota transferida da Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN), Órgão Central de Programação Financeira da STN, para a Setorial Orçamentária e Financeira, que está localizada na Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI) da JMU, a qual descentraliza os recursos financeiros, recebidos anteriormente sob a forma de cota da COFIN, às Unidades Gestoras executoras por meio de sub-repasse.

O valor da Cota Recebida da COFIN corresponde à R\$ 522.495 mil. Desse valor, foi repassado às Unidades Gestoras pertencentes à JMU o valor de R\$ 520.108 mil, que representa aproximadamente 99% do valor da cota recebida da COFIN/STN.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Observa-se que o montante do sub-repasse recebido no valor de R\$ 520.108 mil já está contabilizado dentro da cota recebida (R\$522.495 mil), fazendo com que esse valor seja duplicado quando extraído do Demonstrativo - Balanço Financeiro no SIAFIWEB. Quando verificados os demonstrativos consolidados, constata-se a compensação dessa quantia pelas transferências financeiras concedidas.

O valor das transferências financeiras descentralizadas da COFIN/STN para a JMU, por meio de cota, é maior em R\$ 5.769 mil se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

**Tabela 26 - Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária**

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	1.042.648	1.033.431	<b>9.217</b>
Cota Recebida	522.495	516.726	5.769
Repasse Recebido	1	--	1
Sub-repasse Recebido	520.108	516.705	3.403
Sub-repasse Devolvido	44	--	44
<b>Total</b>	<b>1.042.648</b>	<b>1.033.431</b>	<b>9.217</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

**Nota 29 - Transferências Financeiras Recebidas Independente da Execução Orçamentária**

As Transferências Financeiras Independentes da Execução Orçamentária recebidas para pagamento de Restos a Pagar tiveram a variação de R\$ 1.721 mil se comparadas ao mesmo período do exercício anterior.

**Tabela 27- Transferências Financeiras Recebidas Independente da Execução Orçamentária**

	R\$ milhares		
Recebimentos Extraorçamentários	2018	2017	Varição
Independente da Execução Orçamentária	<b>1.777</b>	118	<b>1.659</b>
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	<b>1.777</b>	56	<b>1.721</b>
Movimentação de Saldos Patrimoniais		62	<b>(62)</b>
<b>Total</b>	<b>1.777</b>	<b>118</b>	<b>1.659</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

**Nota 30- Recebimentos Extraorçamentários**

A inscrição de restos a pagar não processados relativos às despesas empenhadas e não liquidadas até o último dia do exercício financeiro de 2018 sofreu uma diminuição de 57% (R\$ 20.083 mil) se comparado ao exercício financeiro de 2017. Essa contração é outorgada em função dos limites estabelecidos pela EC 95/2016 para execução dos orçamentos anuais que dispõe que os valores inscritos em Restos a Pagar referentes a contratos, serviços e aquisições por Órgão Informativo de Orçamento serão objeto de restrição orçamentária com o bloqueio dos respectivos encargos no Plano de Ação da Unidade em 2019, uma vez que os valores pagos de Restos a Pagar durante o exercício financeiro reduzem os limites para execução da dotação autorizada do exercício.

Dos recebimentos extraorçamentários que totalizam R\$ 20.975 mil, 73% referem-se à inscrição de restos a pagar não processados do exercício de 2018 (R\$ 15.312 mil), 24% a regularização de saldo invertido decorrente de procedimentos de reclassificação de pagamentos entre notas de empenhos de exercícios diferentes classificados como outros recebimentos extraorçamentários (R\$ 5.011 mil) e 3% refere-se à inscrição de restos a pagar processados, depósitos restituíveis e arrecadação de outra unidade das quais a JMU é mera repassadora desses valores.

**Tabela 28- Recebimentos Extraorçamentários**

	R\$ milhares		
Recebimentos Extraorçamentários	2018	2017	Varição
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	231	111	120
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	15.312	35.395	(20.083)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	421	309	112
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.011	1.090	3.921
<b>Total</b>	<b>20.975</b>	<b>36.905</b>	<b>(15.930)</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Nota 31 – Despesas Orçamentárias Executadas

Do total de Despesas Orçamentárias empenhadas do exercício financeiro de 2018, 85% (R\$ 452.448 mil) são referentes às Despesas Ordinárias, que são de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, e que no caso da JMU estão alocadas em gastos com despesas de pessoal, manutenção e investimentos; 15% (R\$ 79.312 mil) representam despesas vinculadas, cuja aplicação depende de definição em lei, no caso em pauta referem-se à seguridade social e outras vinculações a órgãos e programas.

Em 2018 as despesas vinculadas com a seguridade social sofreram redução em torno de 62% (R\$ 113.442 mil). Este procedimento deve-se ao fato de mudanças na operacionalização do detalhamento da fonte de recursos realizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) no momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2018.

A redução de despesas vinculadas impactou o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União aumentando sua Despesa Líquida com Pessoal em 62%. Esse aumento deve-se à redução do repasse de recursos do orçamento de fontes vinculadas (0156 e 0169) e ao aumento de repasse em fonte ordinária (0100) para pagamento de despesas com inativos e o pensionistas. Assim, as despesas com inativos e pensionistas, pagas com recursos ordinários, não podem ser inseridas como despesas não computadas e, conseqüentemente, impactam no aumento do percentual em relação à RCL.

**Tabela 29 – Despesas Orçamentárias**

Despesas orçamentárias	R\$ milhares				
	2018	AV%	2017	AV%	Varição
Ordinárias	452.448	85%	329.687	64%	122.761
Vinculadas	79.312	15%	188.900	36%	(109.588)
Seguridade social (Exceto RGPS)	68.367	86%	181.809	96%	(113.442)
Outros recursos vinculados a órgãos e Programas	10.945	14%	7.091	4%	3.854
<b>Total</b>	<b>531.760</b>	<b>100%</b>	<b>518.587</b>	<b>100%</b>	<b>13.173</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

### Nota 32 – Transferências Financeiras Concedidas

Das Transferências Financeiras Concedidas Resultantes da Execução Orçamentária da JMU no exercício financeiro de 2018, o valor de R\$ 520.108 mil corresponde à quantia descentralizada para as unidades gestoras da JMU.

No exercício financeiro de 2018, houve devolução de recursos financeiros diferidos da Setorial de Orçamento e Programação financeira da JMU à Coordenação Geral de Programação Financeira – STN/COFIN no valor de R\$ 2.010 mil por meio de cota devolvida e de devolução de recursos financeiros internos das Unidades Gestoras da JMU mediante sub-repasse devolvido no valor de R\$ 44 mil.

Dentro do grupo Transferências Financeiras Concedidas independentes de execução orçamentária houve um acréscimo de R\$ 1.477 mil se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

**Tabela 30 – Transferências Financeiras Concedidas**

	R\$ milhares		
	2018	2017	Varição
<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	<b>523.399</b>	<b>517.605</b>	<b>5.794</b>
Repasse Concedido	1.237	900	337
Sub-repasse Concedido	520.108	516.705	3.403
Cota Devolvida	2.010	--	2.010
Sub-repasse devolvido	44	--	44
<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>2.920</b>	<b>1.443</b>	<b>1.477</b>
<b>Total</b>	<b>526.319</b>	<b>519.048</b>	<b>7.271</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

### Nota 33 – Despesas extraorçamentárias

O pagamento de restos a pagar não processados no exercício financeiro de 2018 (R\$ 18.357 mil) se comparado ao exercício financeiro anterior (R\$ 9.212 mil) aumentou em R\$ 9.145 mil.

Quanto ao pagamento de restos a pagar processados houve uma redução de R\$ 25 mil quando confrontado os exercícios financeiros 2018/2017.

 **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Tabela 31 – Despesas Extraorçamentárias**

	R\$ milhares		
Receitas Derivadas e Originárias	2018	2017	Variação
Receita Patrimonial	118	121	(3)
Receita de Serviços	6.115	118	5.997
<b>Total</b>	<b>6.233</b>	<b>239</b>	<b>6.145</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

**3.5 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa**

**Nota 34 – Fluxos de Caixa das Atividades das Operações – Receitas Derivadas e Originárias**

No período em pauta a receita patrimonial é de R\$ 3 mil a menor em relação ao mesmo período de 2017, referente à Taxa de uso de Imóvel.

As receitas derivadas e originárias têm sua maior representatividade financeira no grupo da Receita de Serviços totalizando o valor de R\$ 6.115 mil, composto principalmente das receitas auferidas com taxas de inscrição para o concurso de ingresso na JMU.

**Tabela 32 – Receita Patrimonial e de Serviços – Variação 2018**

	R\$ milhares		
Desembolsos	2018	2017	Variação
Aquisição de Ativo Não Circulante	7.125	3.615	3.510
Outros Desembolsos de Investimentos	338	559	(221)
<b>Total</b>	<b>7.463</b>	<b>4.174</b>	<b>3.289</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

**Nota 35 – Das Atividades de Investimento – Desembolsos**

Nos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento ocorreu um aumento no desembolso de R\$ 3.289 mil se comparado os exercícios financeiros de 2018/2017, principalmente, pelos pagamentos efetuados com despesas de capital no grupo de despesas- investimentos- inscritas em Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

**Tabela 33 – Aquisição de Ativo não Circulante – Variação 2018**

	R\$ milhares		
Desembolsos	2018	2017	Variação
Aquisição de Ativo Não Circulante	7.125	3.615	3.510
Outros Desembolsos de Investimentos	338	559	(221)
<b>Total</b>	<b>7.463</b>	<b>4.174</b>	<b>3.289</b>

Fonte: SIAFI 2017 e 2018

**Nota 36 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa**

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 46.429 mil, quando o mesmo período analisado de 2017 foi de R\$ 51.391 mil.

Observa-se que o saldo de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 46.429 mil, referente ao exercício de 2018, relaciona-se aos valores disponíveis para transferências e liquidação de obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e com fornecedores – R\$ 46.229 mil – e depósitos e cauções recebidos – R\$ 200 mil de acordo com a Nota 01- Ativo Circulante – Caixa e equivalentes de caixa

**Tabela 34 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa**

	R\$ milhares		
	2018	2017	Variação
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	(4.963)	24.111	19.148
Caixa e equivalentes de caixa inicial	51.391	27.280	24.111
<b>Caixa e equivalente de caixa final</b>	<b>46.429</b>	<b>51.391</b>	<b>(94.962)</b>
<b>Total</b>	<b>46.429</b>	<b>51.391</b>	<b>38.297</b>

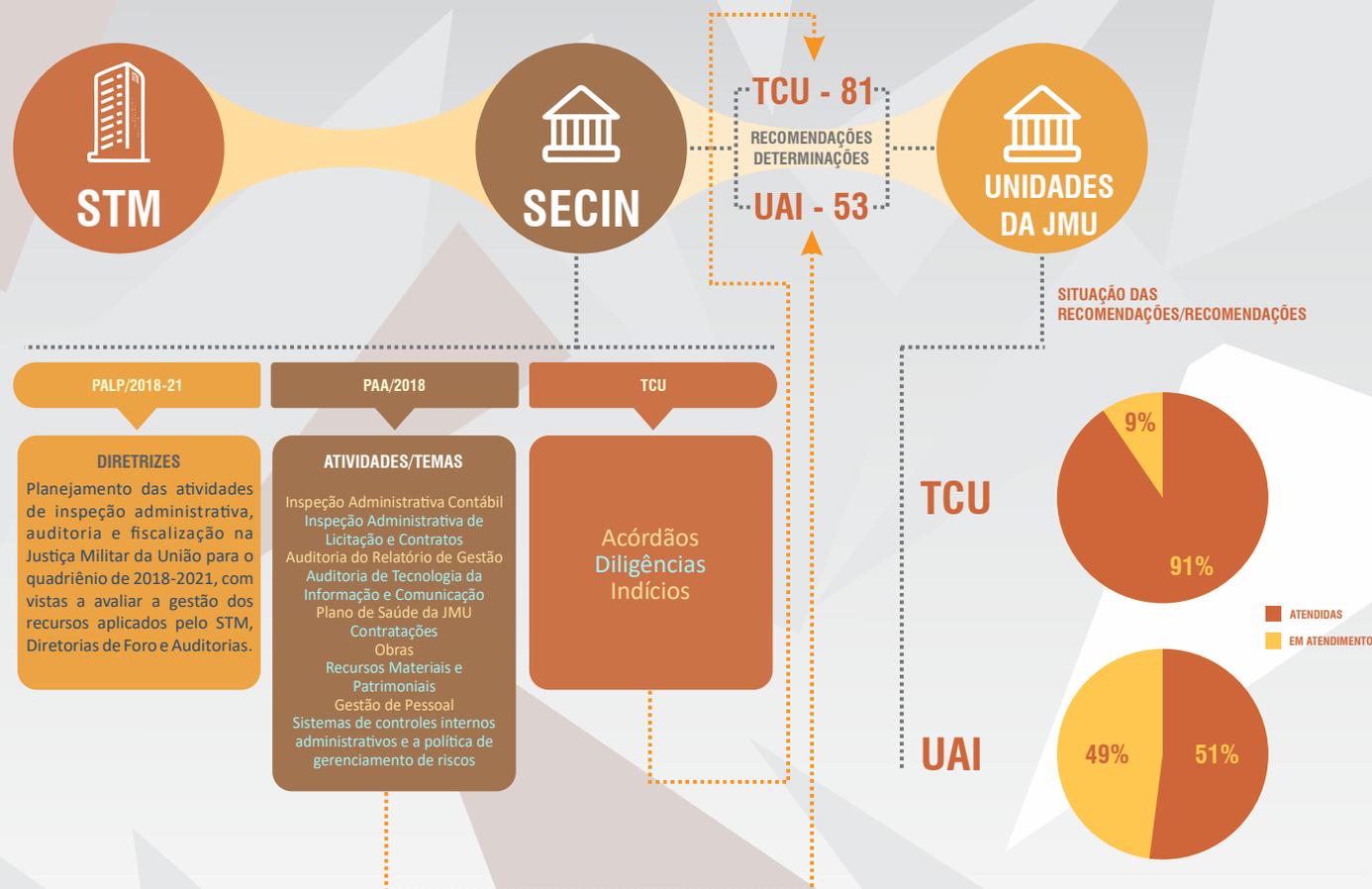
Fonte: SIAFI 2017 e 2018

## **+** OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

No âmbito do Controle Interno, a Coordenadoria de Auditoria (COAUD) assessora o titular da SECIN na aplicação da legislação, dos regulamentos e da jurisprudência pertinentes às áreas de atuação da Secretaria relativas a normas e padrões de auditoria, bem como coordena as atividades de auditoria, inspeção e fiscalização desempenhadas pelas seguintes unidades subordinadas: Seção de Auditoria (SEAUD) e Seção de Análise de Registro de Pessoal (SEARP). Exerce suas atividades previstas em regulamento de forma centralizada, não havendo unidades ou subunidades descentralizadas de Auditoria Interna.

No que se refere aos trabalhos realizados em 2018, a COAUD buscou o aperfeiçoamento contínuo em suas auditorias, levando em consideração o planejamento, as estratégias, os objetivos e as metas da organização, atuando continuamente com a alta administração na busca da eficácia dos atos de gestão, com a conformidade e eficiência necessária, em consonância com o Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP/JMU 2018-2021 e o Plano Anual de Auditoria – PAA/2018.

Assim, os trabalhos previstos no PAA/2018 foram sobre os seguintes temas: 1. Plano de Saúde da JMU; 2. Contratações; 3. Obras; 4. Recursos Materiais e Patrimoniais; 5. Gestão de Pessoal; 6. Sistemas de Controles Internos e 7. Gestão de Riscos. Com base nesses trabalhos, a figura a seguir apresenta o atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle.



**Legenda:** TCU – Tribunal de Contas da União; UAI – Unidade de Auditoria Interna (SECIN – Secretaria de Controle Interno); PALP – Plano de Auditoria de Longo Prazo; PAA – Plano Anual de Auditoria.

## OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Frisa-se que a Seção de Auditoria (SEAUD) realizou trabalhos conduzidos pela Coordenadoria de Auditoria (COAUD) em consonância com o PAA/2018, e, assim, foram apresentadas recomendações e solicitações no exercício de 2018, com destaque para a Ação Coordenada de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, conforme diretrizes estabelecidas pelo CNJ. Nessa atuação conjunta, foram elaboradas 32 solicitações de informações e, ao final, foram encaminhadas ao CNJ 52 respostas sobre o assunto com as devidas evidências. Em relação aos temas Plano de Saúde da JMU e Obras, registra-se que novas recomendações foram feitas, a fim de permitir avanços nos ajustes necessários no sistema do PLAS/JMU (FacPlan), bem como nos projetos da nova sede do STM.

Importante salientar que nos trabalhos de auditoria são liberadas, inicialmente, recomendações preliminares, as quais são convertidas em recomendações finais, se for o caso, após manifestação das unidades auditadas em relação ao relatório preliminar.

Dessa forma, atualmente as recomendações finais e solicitações exaradas se encontram em fase de estudos pelos gestores das unidades envolvidas. De todo modo, a SEAUD vem implantando, com o uso do sistema SEI, uma sistemática de monitoramento que confira maior eficácia aos trabalhos.

No processo de contínuo aperfeiçoamento, o STM participa do projeto piloto de instalação do Sistema Auditar, o qual visa garantir a melhoria da qualidade das atividades de auditoria, acelerando a comunicação entre auditoria, auditados, gestores, controle externo e interno governamental, além de oferecer a transparência nas ações de auditoria, o que está em sintonia com o Parecer nº 2/2013 SCI/Presi/CNJ. Esse projeto é coordenado pela Secretaria de Controle Interno do CNJ, que pretende verificar as condições de instalação e usabilidade do referido sistema.

No âmbito da atuação do órgão de controle externo (TCU), todas as determinações e recomendações endereçadas à JMU foram acolhidas e replicadas pelo Ministro-Presidente e Diretor-Geral, sob a forma de determinação de cumprimento ou pedido de esclarecimentos aos gestores do órgão. Em geral, as unidades da JMU atenderam, no exercício de 2018, tempestivamente às recomendações, determinações, notificações e solicitações de auditoria encaminhadas pelo TCU e vinculadas à gestão da Justiça Militar.

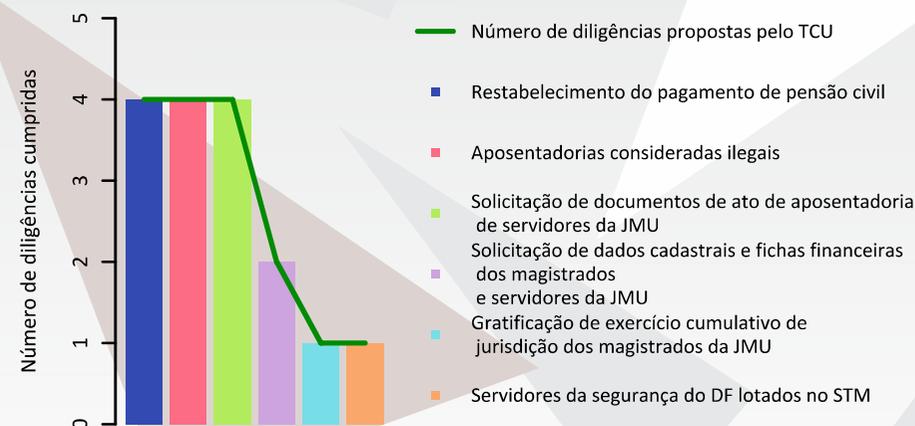
Vale ressaltar, no entanto, que o julgamento da representação objeto da TC 003.784/2015-0 findou-se pela lavra do Acórdão nº 9863/2017-TCU-2ª Câmara, ocorrido em 21 de novembro de 2017. Em suma, o Acórdão caracterizado relatou e discutiu a representação acerca de irregularidades detectadas nas obras para construção da nova sede da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar (7ª CJM). Destarte, a representação foi conhecida e considerada improcedente, sendo que todas as determinações do referido acórdão encontram-se regularizadas, bem como foram tomadas providências com vistas ao ressarcimento de R\$ 19.619,47 (item 9.3 do acórdão).

Quanto ao Acórdão Nº 3146/2018- 2ª Câmara, Sessão Ordinária de 02 de maio de 2018 (Processo TC 025.734/2017-2), em que o TCU julgou as contas de 2016 do STM como regulares, informa-se que as propostas de encaminhamento e os itens, apresentados pelo TCU no referido Acórdão, foram devidamente atendidos, conforme a Tabela nº 1036707 (código verificador 1036707 e código CRC 1DF763A1), em que são demonstradas as medidas tomadas pelas unidades da JMU envolvidas no citado processo.

Com relação às visitas *in loco*, convém esclarecer que a SECIN, considerando as restrições orçamentárias enfrentadas por toda a Administração Pública no ano de 2018, absteve-se de realizar viagens. Entretanto, os trabalhos foram realizados com auditorias nos sistemas/processos das unidades de regiões geográficas longínquas, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI (sistema de processos administrativos em meio eletrônico) e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A Seção de Análise de Registro de Pessoal (SEARP) realizou trabalhos conduzidos pela COAUD, em consonância com o PAA/2018. No âmbito da atuação do órgão de controle externo (TCU), durante o exercício de 2018, o TCU encaminhou ao STM, mediante Acórdãos e Ofícios, deliberações e recomendações relativas ao saneamento de pendências no que tange aos atos de admissão, aposentadoria, pensões civis e militares, bem como encaminhou solicitações de informações sobre dados financeiros e pagamentos de gratificações diversas aos servidores e magistrados da Justiça Militar, conforme a quantidade abaixo:

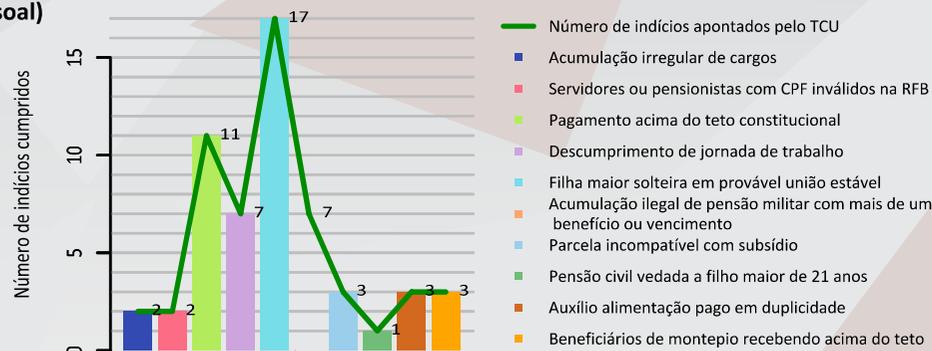
**Cumprimento das Diligências do TCU**



## OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

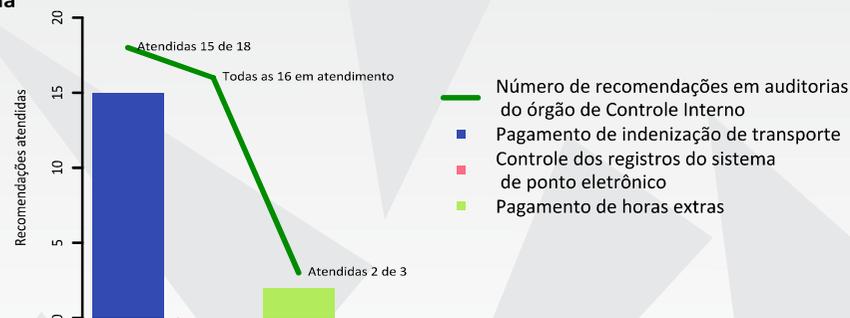
Ademais, o TCU encaminhou, por meio do novo sistema e-pessoal, outros 56 (cinquenta e seis) indícios para análise e esclarecimentos do STM a possíveis inconsistências na situação funcional de servidores do seu quadro de pessoal ou na folha de pagamento da JMU. Os indícios foram relativos aos seguintes temas:

### Cumprimento dos Indícios do TCU (sistema e-Pessoal)



Em relação ao tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno, no exercício de 2018, em consonância com Plano de Auditoria Anual – PAA, foram realizadas 03 auditorias de pagamento de pessoal da JMU, resultando em 3 Relatórios de Auditoria e 19 Extratos de Auditoria a todos os órgãos de primeira instância da Justiça Militar da União, tendo como escopo o pagamento de indenização de transporte, o pagamento de horas extras executadas no recesso judiciário e o controle dos registros do sistema de ponto eletrônico do STM. Todas as recomendações foram atendidas ou estão em fase de atendimento conforme gráfico abaixo:

### Relatórios de Auditoria



Os trabalhos foram realizados com vistas a reduzir possíveis inconsistências, presentes e futuras, na folha de pagamento, e basearam-se na análise de contracheques com fatores de risco como os pagamentos de adicional de serviços extraordinários, gratificações de raios-x, indenização de transporte, participação de gerência, administração de sociedade privada ou se exercem comércio, bem como a análise dos registros de ocorrências no sistema de biometria com maior probabilidade de erro e conseqüente impacto no saldo de banco de horas e no pagamento dos servidores do STM.

O impacto dessas auditorias contribuiu tanto para a melhoria no controle de processos, inclusive documentais, quanto para a modernização e atualização dos atos de natureza de pessoal. Após os procedimentos de acompanhamento realizados, considerou-se que os dados referentes à folha de pagamento estão sendo processados de forma satisfatória, tendo por base o aspecto geral das informações colhidas.

Entre as atividades de relevância, no âmbito interno, destacam-se, ainda, a análise e emissão de parecer de legalidade, após a correção de eventuais inconsistências. De 22 atos de admissão, decorrente do novo concurso de servidores, 21 atos de concessão de aposentadoria e 5 atos de pensão civil. A Secretaria de Controle Interno do Superior Tribunal Militar (SECIN/STM), por meio da Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação (COAVO) e da Seção de Análise de Despesas com Aquisição de Bens e Serviços (SEADE), consoante as atribuições previstas na Resolução STM nº 241/2017, atua, ao expedir Recomendações de Controle Interno, sob a ótica preventiva, com o objetivo de orientar a Administração da Justiça Militar da União (JMU) sobre a correta aplicação do ordenamento jurídico, e em consonância ao disposto na alínea e.1.2 do Parecer CNJ nº 2/2013, cujo teor determina às unidades de controle interno do poder judiciário que trabalhem, prioritariamente:

(...) na definição de procedimentos e medidas para evitar falhas de ordem operacional, acompanhar, a critério do órgão de controle interno, a execução das atividades em caráter opinativo, preventivo ou corretivo, buscando evitar erros de ordem intencional, ou não, protegendo assim a fidelidade das informações geradas, com segurança e de forma a fornecer subsídios aos gestores quanto à tomada de decisão.

## OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Dessa forma, a síntese das recomendações de Controle Interno, expedidas em caráter preventivo e normativo a todas as unidades administrativas da Justiça Militar da União, encontra-se disponibilizada no link a seguir:

<https://bit.ly/2MFEPF0>.

Em relação à prestação de contas mensal da conta-depósito vinculada, com o objetivo de adoção de mecanismos de controle dos riscos em contratações que envolvam mão de obra terceirizada, foi adotada a conta-depósito vinculada pelos Órgãos da Justiça Militar da União (JMU), conforme determina o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução CNJ nº 98/2009 e da Resolução CNJ nº 169/2013, cujo texto está atualizado e compilado a partir das redações das Resoluções CNJ nº 183/2013 e nº 248/2018, bem como da Portaria CNJ nº 391/2013.

Assim, a fim de uniformizar os procedimentos operacionais referentes à gestão dos recursos provisionados na conta-depósito vinculada, objeto de mitigação de riscos para a União, a Secretaria de Controle Interno do Superior Tribunal Militar (SECIN/STM), mediante as atuações da Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação (COAVO) e da Seção de Análise de Despesas com Aquisição de Bens e Serviços (SEADE), consoante às atribuições previstas na Resolução STM nº 241/2017, com o foco em ações preventivas, expediu Recomendações de Controle Interno, descritas na Tabela 1296142, Processo STM nº 000566/19-00.13, com a finalidade de implantar a prestação de contas mensal da conta-depósito vinculada de cada um dos contratos da JMU e de disponibilizar ao fiscal/gestor boas práticas para o efetivo desempenho da função de gerir os recursos da conta-depósito vinculada e suas movimentações.

A situação consolidada das prestações de contas mensais da conta-depósito vinculada a SECIN/COAVO/SEADE, conforme amostragem de janeiro a novembro do ano de 2018, pode ser observada no seguinte endereço:

<https://bit.ly/2WGjQ9A>.

Objetivando atender o elencado no art. 70 da Constituição Federal de 1988, bem como dispositivos infraconstitucionais, o Órgão de Controle Interno atua de forma preventiva, corretiva e detectiva quanto à gestão dos recursos orçamentários da Justiça Militar da União (JMU).

Opera, ainda, em conformidade com orientações emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) visando à melhoria dos controles internos administrativos, realizando, assim, gestões perante os Órgãos da JMU. Vale ressaltar que o exercício do controle prévio e concomitante pelos órgãos de controle interno tem sido igualmente reconhecido pelo então Ministro Presidente do TCU quanto aos expressivos benefícios financeiros ao Erário, mensuráveis e não mensuráveis ou quantificáveis, gerando economia a longo prazo e por tempo indeterminado.

Dessa forma, apresenta-se a seguir tabela evidenciando as economias efetivas e potenciais decorrentes das análises de revisões, repactuações e reajustes relativos aos processos concernentes aos reequilíbrios

econômico-financeiros submetidos ao crivo da Secretaria de Controle Interno do Superior Tribunal Militar (SECIN/STM), por meio da Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação (COAVO) e da Seção de Análise de Despesas com Aquisição de Bens e Serviços (SEADE), consoante as atribuições previstas na Resolução STM nº 241/2017.

VALORES ESTIMADOS ECONOMIZADOS NO ANO DE 2018, ORIUNDOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO E REVISÃO DA REFORMA TRABALHISTA.			
UNIDADES	ECONOMIA MENSAL	ECONOMIA GLOBAL	GLOSA
STM	R\$ 15.309,61	R\$ 605.505,77	-
FORO DA 1ª CJM	R\$ 546,23	R\$ 5.904,24	R\$ 11.074,29
FORO DA 2ª CJM	-	-	R\$ 19.224,26
1ª AUDITORIA DA 3ª CJM	R\$ 1.540,38	R\$ 1.610,78	-
2ª AUDITORIA DA 3ª CJM	R\$ 35,10	R\$ 254,84	-
3ª AUDITORIA DA 3ª CJM	-	-	-
AUDITORIA DA 4ª CJM	-	-	-
AUDITORIA DA 5ª CJM	R\$ 1.801,85	R\$ 20.053,39	R\$ 4.489,14
AUDITORIA DA 6ª CJM	R\$ 40,59	R\$ 122,37	-
AUDITORIA DA 7ª CJM	R\$ 71,00	R\$ 852,00	R\$ 45.030,67
AUDITORIA DA 8ª CJM	R\$ 1.306,06	R\$ 8.623,05	-
AUDITORIA DA 9ª CJM	R\$ 801,87	R\$ 9.622,44	R\$ 188,10
AUDITORIA DA 10ª CJM	R\$ 959,15	R\$ 10.563,94	R\$ 1.307,40
FORO DA 11ª CJM	R\$ 99,59	R\$ 1.195,08	R\$ 850,05
AUDITORIA DA 12ª CJM	R\$ 2.237,86	R\$ 24.968,78	R\$ 6.453,14
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 24.749,29</b>	<b>R\$ 689.276,68</b>	<b>R\$ 88.617,05</b>

A Secretaria de Controle Interno do Superior Tribunal Militar (SECIN/STM), mediante as atuações da Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação (COAVO) e da Seção de Análise de Despesas com Aquisição de Bens e Serviços (SEADE), sob o ponto de vista preventivo, expediu a Recomendação de Controle Interno nº 2/2018 (RCI nº 2/2018), visando a orientar a Administração da JMU, para ajustar os contratos vigentes de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, de forma a atender à Lei nº 13.467/2017 e à MP 808/2017 (revogada), que tratam sobre a Reforma Trabalhista, e para cumprir as orientações provenientes da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as quais foram frutos de oitiva do Tribunal de Contas da União (TCU), TC 005.755/2018-2, conforme o Ofício CNJ nº 0478/2018 1041293 fl.3, contido no Processo STM nº 009037/18-00.02.

Assim, foi elaborada a seguinte Tabela SECIN/COAVO/SEADE, com o resultado das providências efetivadas pelos Órgãos da JMU:

<https://bit.ly/2wZti97>

 ANEXOS E APÊNDICES ▶ Procedimentos Administrativos

Em 2018, o STM instaurou os procedimentos administrativos listados na tabela abaixo, dos quais apenas dois resultaram em penalidades de suspensão e de advertência, sendo os demais processos arquivados.

Processo SEI	Objeto	Sindicado	Penalidade	Observação
003329/18-00.01	Sindicância instaurada pela Portaria nº 1.536, de 03 de abril de 2018.	Técnico Judiciário, matrícula nº 668.	Foi aplicada a penalidade de <b>ADVERTÊNCIA</b> ao servidor James Antunes Carlos Melão, por ter infringido os deveres funcionais de cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais, e de tratar com urbanidade as pessoas, previstos, respectivamente, nos incisos IV e XI do art. 116 da Lei 8.112, de 1990.	O Senhor Diretor-Geral deixou de formalizar a Portaria de Punição Disciplinar de advertência e seu respectivo registro nos assentamentos funcionais do acusado, uma vez que a advertência foi aplicada, reservadamente, no Gabinete do Diretor-Geral, em virtude de disposição legal específica (art. 87, parágrafo único da Lei nº 8.457/1992).
006110/18-00.01	Processo Administrativo Disciplinar instaurado no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e, posteriormente, encaminhado a este STM.	Ex-policial Rodoviário Federal e atualmente Técnico Judiciário – Especialidade: Segurança.	Conforme Portaria STM nº 1617 (1051717), de 22 maio 2018 (1040446), foi aplicada ao servidor a penalidade de <b>SUSPENSÃO por cinco dias</b> , pela desobediência do dever funcional constante no inciso III do art. 116 da Lei nº 8.112/1990, c/c o inciso XXXVI do art. 3º da Portaria nº 1.534, de 14 de novembro de 2002, do Ministério da Justiça, Regulamento Disciplinar do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.	Após a Decisão, o servidor interpôs Recurso Administrativo cumulado com pedido de reconsideração. Entretanto, pelo Despacho nº 1051717, o Diretor-Geral manteve a Decisão irretocável, e pelo Despacho nº 1099679, o Exmo. Sr. Ministro-Presidente negou provimento ao Recurso e ratificou, na íntegra, a penalidade imposta.
Processo Sei nº 006007/18-00.01 (Sigiloso)	Sindicância Investigativa, de caráter sigiloso, para apurar os fatos narrados no Memorando 0978922, da lavra da Ministra Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha.	Servidores da Secretaria Judiciária (SEJUD)	Com fundamento no art. 143 c/c o parágrafo único do art. 144, ambos da Lei nº 8.112, de 11.12.1990 e o art. 206, §1º, inciso I, do Regimento Interno do STM, foi decidido pelo <b>ARQUIVAMENTO</b> da Sindicância Investigativa, por não se encontrar presente o juízo de viabilidade para a conversão da Sindicância Investigativa em Sindicância Processual, haja vista que as condutas das servidoras no presente feito foram distintas, agindo na conformidade da praxe estabelecida na esfera do respectivo órgão, em razão da ausência de normativo que discipline a pasta de rede denominada "REVISTA".	
Processo Sei nº 013434/18-00.01	Ilícito de trânsito, supostamente praticado por Magistrado integrante da Justiça Militar da União, consoante ao registrado no Expediente Administrativo nº 14-A/2018.	Magistrado da JMU	O Tribunal, por unanimidade, decidiu pelo <b>ARQUIVAMENTO</b> do procedimento prévio de apuração, instaurado por determinação Plenária, em 1º.08.2018, sob a Relatoria do Ministro CARLOS AUGUSTO DE SOUSA, a fim de promover a apuração dos fatos descritos no Ofício nº 2677/2018 (1136648) e no Boletim de Ocorrência nº 7.064/2018-0, ambos da 1ª DP do Distrito Federal (...) (O presente expediente foi apreciado em caráter reservado, a teor do disposto no art. 93, inciso IX, parte final, c/c o art. 5º, inciso X, da CF)	

 ANEXOS E APÊNDICES ▶ Declaração de Integridade



MINISTRO-PRESIDENTE E DIRETOR-GERAL DO STM



“ Esta UPC buscou apresentar o conteúdo proposto, tendo como elemento agregador o seu Planejamento Estratégico, de forma que as informações fossem consolidadas em alinhamento aos objetivos estratégicos. ”

**E**m observância ao estabelecido no subitem “1.20” da Estrutura Internacional para Relato Integrado do IIRC, declaramos que o dirigente máximo da Justiça Militar da União e o Diretor-Geral do STM, na condição de responsáveis pela Governança, reconhecem ter sido aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do presente relatório integrado.

Para esse fim, a partir das orientações gerais para a elaboração dos relatórios de gestão de 2018, contidas nas Decisões Normativas TCU nºs 170 e 172, foram realizadas diversas reuniões com os gestores das áreas desta Unidade Prestadora de Contas, oportunidade em que foram assentadas todas as premissas a fim de que houvesse conexão entre os elementos de conteúdo do Relatório, para que se tornasse possível a compreensão da estratégia, da governança, do desempenho e das perspectivas desta UPC.

Daí o motivo pelo qual não se perdeu de vista o proposto na Cartilha para Elaboração do Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado (página 16), bem como no art. 5º, § 4º, da Decisão Normativa TCU 170/2018, segundo a qual a estrutura do Relatório poderia ser adaptada para melhor conexão entre os elementos do conteúdo apresentado.

Nesse sentido, esta UPC buscou apresentar o conteúdo proposto, tendo como elemento agregador o seu Planejamento Estratégico, de forma que as informações fossem consolidadas em alinhamento aos objetivos estratégicos.

Com esse enfoque, embora a mencionada Decisão Normativa (DN) apresente uma proposta de demonstração de resultados da gestão apenas para área finalística, a JMU preocupou-se também em apresentar dados referentes à gestão estratégica e a área de apoio. Isso se deve ao fato de que realmente existe um encadeamento lógico entre os itens apresentados na DN e os objetivos estratégicos desta UPC.

**P**or fim, declaramos a integridade do presente Relatório e que essa declaração será reiterada nos sucessivos Relatórios de Gestão desta UPC.



## CRÉDITOS

**A elaboração deste Relatório de Gestão é resultado de um trabalho conjunto e integrado entre as diversas unidades administrativas da Justiça Militar da União, capitaneado pela Diretoria-Geral e pela Assessoria de Gestão Estratégica do Superior Tribunal Militar.**

### MINISTROS

Ministro Dr. José Coêlho Ferreira (Presidente)  
Ministro Gen Ex Lúcio Mário de Barros Góes (Vice-presidente)  
Ministra Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha  
Ministro Ten Brig Ar William de Oliveira Barros  
Ministro Alte Esq Alvaro Luiz Pinto  
Ministro Dr. Artur Vidigal de Oliveira  
Ministro Alte Esq Marcus Vinicius Oliveira dos Santos  
Ministro Gen Ex Luis Carlos Gomes Mattos  
Ministro Dr. José Barroso Filho  
Ministro Gen Ex Odilson Sampaio Benzi  
Ministro Alte Esq Carlos Augusto de Sousa  
Ministro Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente Camelo  
Ministro Gen Ex Marco Antônio de Farias  
Ministro Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz  
Ministro Ten Brig Ar Carlos Vuyk de Aquino

### DIRETOR-GERAL

Eder Soares de Oliveira

### CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

José Aloysio de Melo

### ASSESSORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Raissa Fernandes Marinho (em exercício)

### EXPEDIENTE

#### Conteúdo:

André Ruiz Evelim  
Angélica Carmo Araujo  
Caroline Mendes de Aquino  
Ingrid Vellenich  
Jefferson da Silva Sousa  
Mariele de Oliveira Teza  
Mosair Gomes Lima de Freitas  
Priscylla Souza de Sa  
Estagiário: Kênio Viana Filho

### ARTE

Capa e Projeto Gráfico: Mosair Gomes Lima de Freitas  
Diagramação: Mosair Gomes Lima de Freitas  
Foto: Odair Amancio Freire  
Colaboração: Eduardo Monteiro Pereira



## ERRATAS

Está disponível no portal do STM o documento que contém as correções tipográficas e os erros percebidos após a publicação deste relatório:

[stm.jus.br](http://stm.jus.br) > Portal do Cidadão > Transparência > Prestação de contas anual > Relatório de gestão > ERRATAS 2018